

SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final

**Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas
em Justiça Criminal e Segurança Pública**

Autor (s)

Haydée Glória Cruz Caruso

Título da Pesquisa

Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: da Escola de Formação à Prática Policial

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006



**Ministério
da Justiça**

GOVERNO FEDERAL

Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro:
da Escola de Formação à Prática Policial

Haydée Glória Cruz Caruso^{*}

Luciane Patrício Braga de Moraes^{**}

Nalayne Mendonça Pinto^{***}

^{*} Doutoranda em Antropologia no PPGA da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública e Pesquisadora do Programa de Pesquisa em Segurança Humana da ONG Viva Rio.

^{**} Mestranda em Antropologia no PPGA da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública e Coordenadora do Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã ONG Viva Rio/PMERJ.

^{***} Doutoranda em Sociologia do PPGSA da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora de Sociologia Jurídica da Universidade Candido Mendes e Universidade Veiga de Almeida

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
PARTE 1 – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	7
1.1. Material Bibliográfico Recolhido – Principais Fontes	7
1.2. A Produção sobre a Formação Policial no Brasil: Base de Dados do CNPQ	7
1.3. Análise do Material Bibliográfico Coletado	9
PARTE 2 – O SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DA PMERJ	13
2.1. Metodologia	13
2.2. O Sistema de Ensino da Polícia Militar do Rio de Janeiro	14
2.2.1. A Diretoria de Ensino e Instrução	14
2.2.2. O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários – CFAP	17
2.2.3. A Academia de Polícia Militar D. João VI – APM	25
2.3. Análise das Grades Curriculares dos Cursos de Formação de Soldados e de Oficiais da PMERJ	29
2.3.1. Matriz Curricular Nacional (SENASP/MJ) e Proposta de Reforma Curricular (ISP/SSP/RJ): Uma Avaliação	30
2.3.2. O Curso de Formação de Soldados – CFSD	32
2.3.3. O Curso de Formação de Oficiais – CFO	34
2.4. Análise dos Cursos de Formação da PMERJ em Perspectiva Comparada	37
2.4.1. Planejamento dos Currículos e Material Didático Utilizado	37
2.4.2. Corpo Docente das Escolas	42
2.4.3. Corpo Discente	45
2.4.4. Os Setores de Pedagogia e Psicologia	47
2.4.5. Formação Diferenciada de Praças e Oficiais na PMERJ	50
2.4.6. Estágio Prático de Soldados e Oficiais	53
2.4.7. Contrastes entre o CFAP 31 Vol e a APM D. João VI	55
PARTE 3 – PROCESSOS DE TRANSMISSÃO, ATUALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM DOS CONHECIMENTOS NA PMERJ	59
3.1. O Desafio da Formação Continuada	60
3.2. Os Limites dos Mecanismos de Atualização dos Conhecimentos Práticos	61
3.3 O que pensam Praças e Oficiais sobre a Construção do Saber Prático	65

PARTE 4 - A AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE PRAÇAS E OFICIAIS	69
4.1. Avaliando o Aluno: Recrutas e Cadetes	69
4.2. Avaliando a Escola: O que pensam Recrutas e Cadetes	72
4.3. Considerações sobre os Impactos do Processo de Formação na PMERJ	73
4.3.1. Qualificação Profissional X Demanda Operacional: Qual é o Grau de Importância dada à Formação?	73
4.3.2. Depois da Formação: Critérios de Avaliação do Policial Militar no dia a dia ...	75
PARTE 5 – AGENDA DE PROPOSTAS E SUGESTÕES	79
ANEXOS.....	83

APRESENTAÇÃO

Este trabalho apresenta, em seu desenvolvimento, o resultado final da pesquisa *Estudo exploratório sobre a produção e os processos de transmissão e aprendizagem dos conhecimentos práticos construídos pelos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro*, realizada no período de maio a outubro de 2005, no âmbito do Concurso de Dotações para Pesquisas Aplicadas em Formação e Valorização Profissional, organizado pela SENASP/MJ¹.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a dinâmica de produção, transmissão e aprendizagem dos conhecimentos construídos e acumulados pelos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro no espaço de suas escolas de formação. Nesse sentido, para identificação do campo de trabalho, foi necessário levantar todo material bibliográfico já produzido no Brasil sobre formação policial, incluindo a produção acadêmica e a produção de monografias já realizadas pelos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro; em seguida foi feita análise deste material e tecidas breves considerações sobre o acervo bibliográfico recolhido, com o objetivo de tomar conhecimento de como, nos últimos anos, o debate acadêmico vinha discutindo o tema.

Numa segunda etapa a pesquisa deu início ao trabalho de campo, iniciando os contatos com os atores sociais relevantes para o estudo, e estabelecendo critérios e encaminhamentos para a realização de entrevistas e grupos focais.

O trabalho, agora publicado, é resultado de pesquisa realizada ao longo de seis meses e encontra-se dividido em cinco partes distintas.

Na primeira fase é apresentado o levantamento bibliográfico a respeito do tema que engloba: a) a produção acadêmica das universidades e institutos de pesquisa; b) a produção das escolas de ensino superior da PMERJ; c) levantamento das grades curriculares das escolas de soldados e oficiais, contendo a relação de disciplinas e seu conteúdo; d) documentos técnicos específicos da instituição.

Em seguida, numa segunda parte, o trabalho destina-se, especificamente, a descrever o sistema de ensino e os processos de formação das escolas da

¹ Contribuíram como pesquisadores para este estudo: Verônica dos Anjos, Elizabete Albernaz e Marco Aurélio Martins.

PMERJ. Primeiro será apresentada a metodologia de entrada no campo, e, em seguida, descrito o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com especial atenção às escolas de formação de praças e oficiais. Neste mesmo bloco está sendo apresentada uma análise das Grades Curriculares do Curso de Formação de Soldados (CFSD) e do Curso de Formação de Oficiais (CFO) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro; da mesma forma, será realizada uma avaliação da influência da Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública (SENASP/MJ) nos cursos de formação da PMERJ.

Em outro momento, ainda na segunda parte, será desenvolvida uma análise dos cursos de formação de soldados e oficiais em perspectiva comparada, chamando atenção para as seguintes questões em ambas escolas: elaboração dos currículos; corpo discente e docente; material didático; funções dos setores de psicologia e pedagogia; formação e estágio prático oferecidos pelos cursos.

Na terceira parte serão analisados os mecanismos de transmissão e atualização dos conhecimentos e a construção da prática policial.

A quarta parte destina-se a discutir o processo de avaliação do ensino e da aprendizagem entre praças e oficiais, tanto nas escolas de formação como na sua trajetória profissional. Também serão realizadas algumas considerações importantes acerca dos dilemas e questões para o desenvolvimento da qualificação, como, por exemplo, a relação entre a grande demanda operacional “polícia na rua” e a necessidade de qualificação profissional.

A quinta e última parte se encontra voltada para a elaboração de uma agenda de propostas e sugestões que poderão influenciar e contribuir para futuras modificações na estrutura dos cursos de formação de soldados e oficiais. A idéia aqui será construir, através do diagnóstico e das análises realizadas, um conjunto de propostas objetivas que, adotadas, impactem diretamente no processo educacional da PMERJ.

É importante destacar que toda a metodologia utilizada durante a realização da pesquisa seguiu as previsões estabelecidas no projeto enviado e aprovado pela SENASP. A fim de identificar e analisar os instrumentos de formação e transmissão de conhecimentos práticos entre os Policiais Militares do Rio de Janeiro pesquisou-se os principais manuais, apostilas, diretrizes e regulamentos, planos de matérias, ementas, de modo a compreender como são construídos e

utilizados tais expedientes, tendo como método utilizado para tal a pesquisa exploratória.

Para compreender a dinâmica do processo de formação oferecida pela instituição tanto para praças quanto para oficiais, fez-se necessário a realização de trabalho de campo no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e na Academia de Polícia Militar D. João VI (APM), utilizando a técnica da observação participante, entrevistas individuais semi-estruturadas e grupos focais.

Tendo por objetivo a compreensão mais abrangente no que tange ao processo de construção de dos conhecimentos práticos entre os policiais militares e dos valores e visões de mundo acerca do conhecimento prático aprendido, acumulado e transmitido no espaço das escolas de formação e no espaço das ruas, novamente, fez-se necessário a realização de grupos focais e entrevistas individuais semi-estruturadas com os atores sociais envolvidos neste universo de pesquisa.

PARTE 1 – LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

1.1. Material Bibliográfico Recolhido – Principais Fontes

No período de maio a junho de 2005 foi realizado, paralelamente ao levantamento dos currículos dos cursos de formação de soldados e oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), o levantamento bibliográfico de publicações; dissertações de mestrado; teses de doutorado; monografias e artigos entre outros, a fim de identificar a produção teórica sobre a formação policial no Brasil; assim como a identificação de matrizes curriculares, manuais, apostilas, regulamentos, leis, decretos, notas de instrução, diretrizes, entre outros documentos que vieram a se mostrar relevantes para a análise da pesquisa.

Os instrumentos e locais utilizados para a realização da pesquisa foram: Rede Mundial de Computadores – Internet; Base de Dados do CNPq; Portal CAPES; Biblioteca da Academia D. João VI – APM; Biblioteca do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense – NUFEP/UFF²; Biblioteca da Escola Superior de Polícia Militar do Rio de Janeiro – ESPM; Biblioteca da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Modernização da PMERJ – APOM.

1.2. A Produção sobre a Formação Policial no Brasil: Base de Dados do CNPQ

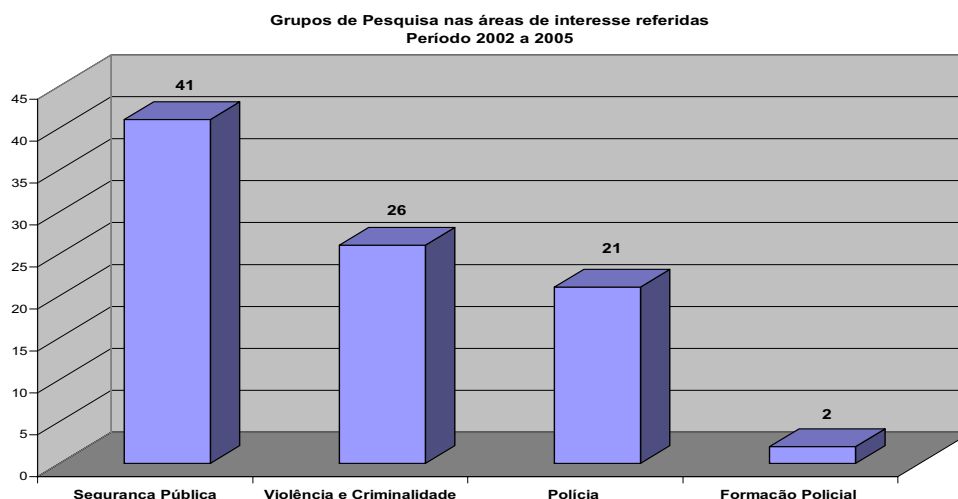
Nesta etapa do levantamento bibliográfico³ foram consultados os grupos de pesquisa dedicados aos temas da segurança pública, violência, criminalidade, estudos de polícia e formação policial existentes no Brasil.

O Diretório de Grupos de Pesquisa disponíveis na base de dados do CNPq, quando consultado sobre “segurança pública”, revela a existência de 41 (quarenta e um) grupos de estudo no tema referido. O mesmo banco de dados,

² O NUFEP é responsável pela coordenação do Curso de Pós Graduação *Latu Sensu* de Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, realizado hoje em convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, onde Policiais Militares, Policiais Civis e civis integram o corpo discente.

³ Ver anexo 01 deste documento.

quando consultado através da palavra-chave “violência e criminalidade” mostra o registro de 26 (vinte e seis) grupos de pesquisa, e se consultado como “Polícia”, apresenta 21 (vinte e uma) indicações de grupos de pesquisa e, por fim, apenas 02 (dois) grupos em todo o Brasil estão vinculados a palavra-chave “formação policial”.⁴

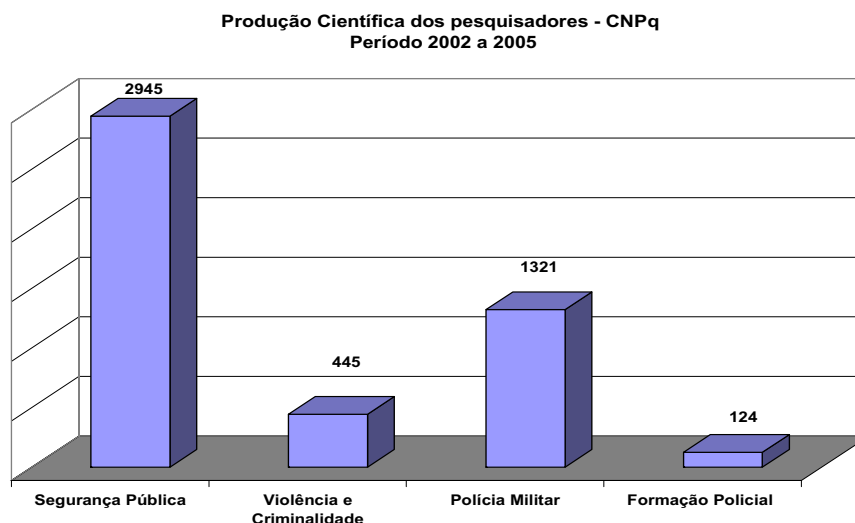


Fonte: www.cnpq.br/plataformalattes

Consultando ainda o sistema de busca sobre a produção científica dos pesquisadores do CNPq, no período de 2002 a 2005, constata-se que:

- **2.945** (dois mil, novecentos e quarenta e cinco) artigos, dissertações, teses e relatórios de pesquisa aparecem relacionados à palavra-chave: **segurança pública**;
- **445** (quatrocentos e quarenta e cinco) artigos, dissertações, teses e relatórios de pesquisa aparecem relacionados à palavra-chave: **violência e criminalidade**;
- **1.321** (mil trezentos e vinte e um) artigos, dissertações, teses e relatórios de pesquisa aparecem relacionados à palavra-chave: **Polícia Militar**
- **124** (cento e vinte e quatro) artigos, dissertações, teses e relatórios de pesquisa aparecem relacionados à palavra-chave: **Formação Policial**.

⁴ Tal resultado não significa necessariamente que os demais grupos de pesquisa deixam de tratar da questão da formação policial no Brasil. Porém, os grupos destinados aos estudos correlatos não disponibilizam como palavra-chave a categoria “formação policial”.



Fonte: www.cnpq.br/plataformalattes

1.3. Análise do Material Bibliográfico Coletado

Baseado na bibliografia coletada, não apenas na Internet como também nas diferentes bibliotecas visitadas, foi possível realizar o levantamento dos trabalhos produzidos nas Universidades e nas Escolas das Polícias Militares.

É importante ressaltar a produção de dois levantamentos bibliográficos publicados na área das ciências sociais que analisam a construção do campo de estudos sobre violência e criminalidade no Brasil, incluindo os temas “polícia” e “formação policial”. São eles: ZALUAR, Alba. Violência e Crime. In: O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) publicado em 1999; e MISSE, Michel, KANT DE LIMA, Roberto. MIRANDA, Ana Paula Mendes. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia, publicado em 2000.

Tais levantamentos revelam que ainda são muito restritas as pesquisas acadêmicas que tratam exclusivamente sobre formação policial. Na produção acadêmica dos cientistas sociais brasileiros, o tema “polícia”, apesar de apresentar um significativo volume de trabalhos, aparece inicialmente mais como objeto de denúncias do que de estudos específicos sobre suas organizações e práticas cotidianas. De uma forma geral, grande parte da bibliografia encontrada trata sobre violência policial, abordando exclusivamente a violência praticada por policiais durante sua atividade profissional. A questão da segurança pública é ressaltada frente às constantes violações dos Direitos Humanos que freqüentemente ocorrem

no Brasil. Assim, grande parte dos trabalhos baseia-se também em estudos de casos, como as chacinas da Candelária e Vigário Geral, por exemplo.

É somente a partir da década de 80, e significativamente na década de 90, que foram produzidos estudos mais aprofundados sobre a organização policial, incluindo sua “cultura” ou “práticas cotidianas” para explicar as violações aos direitos humanos. (Zaluar, 1999).

Sobre *formação policial* foram encontrados 43 (quarenta e três) trabalhos acadêmicos, produzidos em diferentes regiões do Brasil, que normalmente ficavam restritos ao meio acadêmico e pouco chegavam ao grande público ou aos policiais militares. No entanto, a partir de 2000, principalmente devido a uma maior aproximação das universidades ao ambiente das academias de polícia⁵, a produção de alguns autores ganhou conhecimento entre as polícias, como Kant de Lima (1985), Mingardi (1992), Bretas (1997), Holloway (1997) e Muniz (1999).

O universo cultural e institucional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi alvo dos estudos de Muniz (1999), apresentando como pano de fundo “o fazer ostensivo da polícia”, que pressupõe um significativo espaço de manobra decisória dos policiais na sua atividade cotidiana. Vale comentar os trabalhos de Nummer (2001) sobre o Curso de Formação de Soldados na Brigada Militar do Rio Grande do Sul como rito de passagem para a nova identidade de policial militar; de Sá (2002) sobre a auto-imagem e a disciplina entre oficiais da Polícia Militar do Ceará e de Silva (2002) que abordou a construção da identidade do policial militar e seu processo de socialização dentro de uma instituição total e hierarquizada.

Análises curriculares também se constituíram em objeto de estudos nas publicações de Albuquerque (1999), sobre a Academia de Polícia Militar da Bahia; e de Souza (2003), sobre o currículo da PMERJ frente às demandas democráticas. Araújo Filho (2003) analisou a estrutura curricular do Curso de Formação de Soldados do Rio de Janeiro, alertando para a priorização dada as disciplinas de conteúdo militar em detrimento às disciplinas que possibilitem “uma visão mais ampla dos fenômenos sociais ligados à criminalidade, violência e ordem pública”.

⁵ Atualmente existem diversas parcerias entre Universidades e Instituições Policiais que visam a formação e a especialização de seus integrantes. Algumas delas são: UFF e a PMERJ, Fundação João Pinheiro (BH) e a PMMG, e Fundação Joaquim Nabuco (PE) e a PMPE, e a UFRGS e a Brigada Militar RS, entre outras.

(Araújo Filho, 2003, p.133).⁶ A construção do saber prático entre as praças da PMERJ e seu aprendizado “na prática” foi analisado por Caruso (2004), mostrando que este apresenta-se como um dos pontos nevralgicos de uma profissão que se constrói essencialmente “nas ruas”.

A principal questão a ser levantada é a carência de estudos científicos sistemáticos sobre a formação acadêmica e as práticas policiais em todo o país; nem mesmo no campo da educação há uma preocupação específica com a análise do processo de formação desses agentes públicos. Neste campo, foi possível identificar apenas os trabalhos de Abreu (1999), da Universidade Federal da Bahia e de Souza (2003), da PUC de Goiás.

Por outro lado, no âmbito da Escola Superior de Polícia Militar do Rio de Janeiro, em relação aos trabalhos que abordam exclusivamente a formação e o treinamento dos policiais militares, foram encontradas 98 (noventa e oito) monografias produzidas por oficiais militares no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO, no período de 1971 a 2004 e 50 (cinquenta) monografias no Curso Superior de Polícia – CSPM, no período de 1984 a 2002.

Grande parte dessas monografias versa sobre instrução, formação de soldados e estrutura de ensino da própria corporação. No entanto, os trabalhos consultados carecem de rigor metodológico e fundamentação teórica que permitam sustentar suas análises e percepções. São trabalhos produzidos, essencialmente, dentro do cotidiano militar, normalmente, baseados no conjunto de normas; e diretrizes produzidas pela PMERJ, mas sem a interdisciplinaridade necessária a este tipo de pesquisa. Vimos também que no curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, que reúne tanto trabalhos de policiais como civis, foram produzidas 03 (três) monografias enfocando o processo de formação policial militar.

Observa-se que o material bibliográfico recolhido revela que grande parte das pesquisas realizadas no Brasil sobre este tema está centrada na questão da atuação policial nos grandes centros urbanos. Muito pouco material científico foi produzido até hoje sobre a estrutura curricular e o processo pedagógico de formação do profissional de segurança pública, em especial dos policiais militares. Este

⁶ Esta monografia ficou entre os três melhores trabalhos produzidos em 2000 no curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense, sendo publicado na coletânea “Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública” Volume I - Niterói: EDUFF, 2003.

aspecto pode revelar, num primeiro momento, tanto o pouco interesse pelos estudos demonstrado pelo mundo acadêmico, cujo foco é a formação policial, como também o difícil acesso às instituições militares e à sua produção.

Também foram consultados os manuais, diretrizes, regulamentos, notas de instrução da PMERJ, dentre outros documentos; notando-se que tais publicações datam, em sua grande maioria, da década de 80, período em que houve grande esforço da instituição em sistematizar os seus procedimentos (administrativos, operacionais e de ensino).⁷ No entanto, nos últimos anos, pouco se produziu e/ou atualizou em termos de procedimentos técnico-operacionais. Como exemplo, é possível destacar o Manual Básico do Policial Militar (M4), que datado de 1987 não sofreu qualquer atualização nos últimos 18 anos.

A lógica instrucional com base, essencialmente, em manuais, revela que estes são produzidos de forma não dialógica. Grande parte dos documentos consultados não apresenta bibliografia de referência, o que inviabiliza a continuidade dos estudos referentes ao tema; tal conhecimento pode ser caracterizado como doutrinário e dogmático, isto é, a falta de bibliografia, textos de apoio, possibilidade de consulta, implica numa transmissão de conhecimentos que, em muitos casos, ocorre mecanicamente, e, portanto, de modo inquestionável.

⁷ Neste período estive à frente da PMERJ, o Cel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira, Comandante Geral da PMERJ por duas vezes: de 1983 a 1987 e 1991 a 1994, passando a ser referência não só no Rio de Janeiro como em grande parte do Brasil.

PARTE 2 – O SISTEMA DE ENSINO POLICIAL MILITAR E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DA PMERJ

2.1. Metodologia

Os primeiros contatos institucionais com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para a viabilização do trabalho foram feitos diretamente com os comandantes das escolas de formação, ou seja, o Comandante da Academia de Polícia Militar D. João VI – APM (Formação de Oficiais) e o Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP (Formação de Praças), ambos entrevistados. Em seguida, buscou-se autorização junto à Diretoria de Ensino e Instrução (DEI), órgão responsável pelas Unidades de Ensino (inclusive as escolas de formação citadas) e pela elaboração de toda a diretriz de ensino aplicada na PMERJ. Na DEI, foram realizadas entrevistas com o Diretor e o Sub-Diretor de Ensino e Instrução.

A partir dos contatos previamente estabelecidos, foi possível a realização de várias visitas *in loco* nas escolas de formação de soldados e oficiais, a fim de compreender a dinâmica de construção dos conhecimentos para formação policial. Estas visitas, em um primeiro momento, tiveram como objetivo uma observação do “campo” a ser investigado e permitiram definir quais os atores sociais envolvidos no processo de formação que deveriam ser entrevistados. Foram selecionados para as entrevistas os comandantes das escolas de formação de soldados e oficiais; os responsáveis pela Diretoria de Ensino e Instrução; chefes da Divisão de Ensino e Corpo de Alunos, além de psicólogos, pedagogos, instrutores e professores. Ao todo foram realizadas 19 entrevistas em profundidade, que foram transcritas e analisadas, a partir da construção de categorias chave, definidas a partir dos roteiros das entrevistas.⁸

A realização dos grupos focais, conforme o plano de trabalho da pesquisa, ocorreu de forma paralela às entrevistas. Vale destacar as dificuldades encontradas para a seleção dos policiais militares. A reunião de 12 alunos para compor cada grupo, com integrantes das escolas de formação de soldados e oficiais, e a sua

⁸ Segue em anexo o Plano de Trabalho detalhado.

realização fora das escolas de formação, dependeu de prévia autorização dos Comandantes das mesmas. Já os grupos realizados com policiais militares formados dependeram da autorização do Comando Geral da PMERJ.

A seleção dos participantes aconteceu de forma diferenciada. Os alunos das escolas foram selecionados aleatoriamente, partindo do número de identificação dos mesmos; já para a realização dos grupos focais de policiais formados a pesquisa contou com o auxílio de alguns interlocutores já conhecidos, que forneceram contatos importantes para reunião destes policiais. Desta forma foi possível a realização de seis grupos focais com: 1) alunos do Curso de Formação de Soldados (CFSD); 2) alunos do Curso de Formação de Oficiais (CFO) do 2º ano; 3) alunos do Curso de Formação de Oficiais (CFO) do 3º ano; 4) soldados formados em Batalhões Escola; 5) sargentos com mais de 15 anos de tempo de serviço; e 6) capitães da PMERJ.

Todo o material produzido foi transcrito e analisado comparativamente entre os discursos produzidos no âmbito da escola de formação de soldados e da escola de formação de oficiais. A escolha da análise comparativa se deve pela finalidade última deste trabalho, qual seja, a compreensão dos processos de formação e construção do saber prático policial militar no Estado do Rio de Janeiro.

2.2. O Sistema de Ensino da Polícia Militar do Rio de Janeiro

2.2.1. A Diretoria de Ensino e Instrução

As atividades de ensino e instrução da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro são reguladas através de um documento intitulado Diretriz Geral de Ensino e Instrução (DGEI)⁹. Na DGEI estão descritas as ações que visam “regular o planejamento, a coordenação, a fiscalização e o controle das atividades de formação, habilitação, atualização, extensão, especialização e aperfeiçoamento do ensino e da instrução nos níveis de praças e oficiais da PMERJ”.

Dentro da estrutura organizacional, “a Diretoria de Ensino e Instrução (DEI), órgão setorial do Sistema de Ensino, incumbe-se do planejamento,

⁹ Diretriz Geral de Ensino e Instrução. 2004.

coordenação, fiscalização e controle das atividades de formação, atualização, reciclagem, especialização e aperfeiçoamento de oficiais e praças.”¹⁰. É a DEI o órgão responsável por elaborar e implementar a política de ensino e instrução da corporação. “O sistema de ensino policial militar compreende a DEI, os órgãos de Apoio de Ensino (OAE)¹¹ e outras organizações policiais militares que receberam o encargo de conduzir cursos ou estágios (...).¹²”

A finalidade da Diretoria de Ensino e Instrução é gerenciar todo o sistema de ensino, composto pelas escolas descritas acima. Cabe a DEI formular e fornecer suas diretrizes. Segundo seu Regulamento¹³, a DEI é constituída de I. Direção; II. Seções; III. Órgãos de Apoio de Ensino e IV. Outros Órgãos de Apoio. A direção compreende o Diretor, o Subdiretor e a secretaria. As seções denominam-se Seção Técnica (DEI/1); Seção de Formação (DEI/2); Seção de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão (DEI/3); Seção de Instrução (DEI/4); e Seção de Apoio Administrativo (DEI/5).

Além dos órgãos descritos acima, a DEI também conta com uma secretaria, responsável pela gestão do seu pessoal, compra de materiais e equipamentos, assim como encaminhar mensagens para o Comando da PM ou para Comandantes de outras OPM, através da elaboração de ofícios e documentos internos.

A DEI é chefiada por um Coronel, como também a subdiretoria; já as seções são comandadas por Tenentes-Coronéis ou por Majores, sendo um para cada seção que ainda conta, cada uma delas, com 01 (um) ou 02 (dois) policiais militares, normalmente praças, para auxiliar na realização do trabalho. Na DEI também há profissionais civis, ou seja, não policiais: 01 (uma) pedagoga e 02 (duas) secretárias.

Sobre as principais demandas e necessidades da Diretoria de Ensino e Instrução, foram apontadas deficiências de infra-estrutura¹⁴, de orçamento, mas

¹⁰ Decreto Lei 92 de 06/05/1975. Dispõe sobre a Competência e a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências (L-4).

¹¹ Ou seja, o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários (CFAP 31º Vol) a Academia de Polícia Militar D. João VI (APM), o Centro de Qualificação de Profissionais de Segurança (CQPS), a Escola Superior de Polícia Militar (ESPM) e o Centro de Instrução Especializada em Armamento e Tiro (CIEAT)

¹² Diretriz Geral de Ensino e Instrução. 2004.

¹³ Decreto 15.427 de 04/09/1990.

¹⁴ No período da realização da pesquisa, a DEI acabara ser transferida fisicamente do Quartel General da PMERJ, localizado no centro da cidade do RJ, para o interior da Academia de Polícia Militar D. João VI, no bairro de Sulacap, zona oeste da cidade. Segundo os entrevistados, a mudança

sobretudo de pessoal especializado para a realização das atividades relacionadas ao ensino e a instrução. O que se pode observar é que na maior parte das vezes os policiais militares que assumem determinadas funções dentro da DEI não possuem o conhecimento técnico ou especialização na área de ensino para executá-las, gerando uma defasagem entre a ação desenvolvida e o conhecimento técnico para realizá-la.

“Contamos com a sorte de acharmos pessoas que tenham a inclinação para a profissão ou para a tarefa de professor. Amealharam conhecimentos fora da corporação, muitas das vezes às próprias expensas e eles então retornam pra corporação em forma de aula”. (Cel PM, 30 anos de polícia)

Outro ponto nevrálgico identificado diz respeito à relação construída entre a Diretoria de Ensino e Instrução e as Escolas de Formação. Apesar de ser da DEI a competência e a responsabilidade de elaborar, coordenar e fiscalizar as atividades de formação, esta tarefa acaba sendo transferida ou realizada pelas escolas de formação por inúmeras razões. Em primeiro lugar, por conta da própria distância física entre a DEI e as escolas, cenário modificado com a transferência da Diretoria para a Fazenda dos Afonsos em 2005, local onde estão situadas as escolas de formação (CFAP e APM).

O segundo aspecto diz respeito aos recursos humanos e materiais dos quais a DEI dispõe, e, como apontado acima, a deficiência técnica (ausência de um corpo técnico especializado na área de ensino) faz com que a Diretoria não seja capaz de responder ao volume de demandas a ela apresentadas.

A terceira razão recai sobre a própria nomeação da pessoa que ocupará o cargo de Diretor de Ensino e Instrução. Dependendo do perfil do futuro responsável, este pode vir a dar diferentes encaminhamentos, prioritários ou não, para a área de ensino e instrução à luz de seu conhecimento técnico.

Outro fato importante é relativo à atuação do comandante da escola de formação. Foi possível identificar que a dinâmica de trabalho das escolas é diretamente impactada pela filosofia adotada pelo comandante que a assume, implicando, obviamente, em modificações não apenas na rotina administrativa, mas

se deu sem um planejamento prévio, mesmo não havendo condições de infra-estrutura no local para acomodar os policiais e os materiais desta Diretoria. Um exemplo disso é que havia apenas uma linha de telefone (para o uso de todos) mesmo após 02 (dois) meses da mudança ter sido realizada.

também em alterações no currículo dos cursos de formação¹⁵, incluindo ou excluindo disciplinas de acordo com a influência de cada comandante.

Vale lembrar um aspecto importante sobre o processo de recrutamento e seleção dos policiais. Apesar de ser atribuição e responsabilidade da DEI educar e instruir os futuros policiais que integrarão o quadro da instituição, o recrutamento e a seleção são realizados separadamente. No Brasil, as Polícias Militares possuem dupla entrada, ou seja, uma porta de entrada para praças e outra para oficiais, o mesmo ocorrendo na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Quanto a seleção dos futuros soldados, cabe ao Centro de Recrutamento e Seleção de Praças (CRSP) a responsabilidade de recrutar e selecionar os candidatos, aplicando testes e exames físicos e psicotécnicos. Neste caso, a abertura de concursos está condicionada à autorização do Poder Executivo. Já os concursos para admissão de oficiais são realizados anualmente, através de vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sendo seu processo de seleção realizado pela própria Academia de Polícia Militar D. João VI – APM¹⁶.

A seguir, serão apresentados o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e a Academia de Polícia Militar, detalhando sua estrutura e infra-estrutura, concedendo especial atenção aos setores responsáveis pelo ensino e a instrução nas respectivas escolas.

2.2.2. O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários – CFAP

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP 31 Vol foi criado em 1933¹⁷, no então Distrito Federal (RJ), com o nome de Escola de Recrutas (ER). Esta primeira escola foi instalada numa ampla fazenda de 3.189.639 m² que havia sido comprada pela antiga Brigada Policial em 10 de outubro de 1907. Hoje, tanto a escola de praças como a de oficiais estão sediadas na Fazenda dos Afonsos, localizada no bairro de Sulacap, zona oeste a cidade do Rio de Janeiro.

¹⁵ Este aspecto será mais bem detalhado no item 2.4.1 (Planejamento dos Currículos e Material Didático Utilizado).

¹⁶ Durante a revisão deste trabalho, o procedimento de seleção de oficiais foi alterado, sendo agora realizado pelo Centro de Recrutamento e Seleção de Praças.

¹⁷ Decreto 22.587 de 22 de março de 1933.

Em 1963, a Escola de Recrutas passou a ser chamada de Centro de Instrução 31 de Voluntários (CI 31 VOL). Posteriormente, em 1967¹⁸, 34 anos depois de sua fundação, passou a denominar-se Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários (CFAP 31 VOL), tendo como missão básica a formação e o aperfeiçoamento dos praças da PMERJ¹⁹.

Os cursos de formação que atualmente estão sob responsabilidade do CFAP são: 1) O Curso de Formação de Soldados (CFSD), o Curso de Formação de Cabos (CFC), o Curso de Formação de Sargentos (CFS) e o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS)²⁰. Com exceção do CFSD, que tem a duração de 08 (oito) meses, os demais cursos de formação possuem a duração de 06 (seis) meses e são destinados a policiais militares (praças) que submeteram-se a concursos internos ou a policiais que atingiram o tempo de serviço necessário para ser promovido e ascender de graduação, segundo a lei de promoção por tempo de serviço da PMERJ.²¹ A partir de 2005, os Cursos Especiais de Formação de Cabos e de Sargentos passaram a ser ministrados no Centro de Formação de Profissionais de Segurança (CQPS)²².

O Regulamento Interno do CFAP²³ (RICFAP) define que a unidade, enquanto órgão de ensino, é subordinada à Diretoria de Ensino e Instrução e sua estrutura compreende:

1. Comando;
2. Estado Maior;
3. Assessorias.

A orientação do regulamento é que o cargo de comandante seja exercido por um Coronel da PM, ou interinamente por um Tenente-Coronel que já tenha cursado o Curso Superior de Polícia (CSP). Há também a orientação, não só para o comandante, como também a todos os chefes de divisões ou seções de ensino, que

¹⁸ Decreto 880 de 26 de junho de 1967.

¹⁹ Caruso, Haydée. **Das Práticas e de seus saberes: a construção do “fazer policial” entre as praças da PMERJ**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política. ICHF Universidade Federal Fluminense, 2004.

²⁰ A grade curricular do Curso de Formação de Soldados está detalhada no item 2.3.

²¹ Lei 22.196 de 13 de maio de 1996.

²² Ao contrário dos Cursos de Formação, os Cursos Especiais de Formação são aqueles destinados a policiais que necessitam fazer o curso por estarem sendo promovidos por ocasião da lei de promoção por tempo de serviço, ou seja, aqueles que já atingiram o interstício necessário a ascender de graduação e fazem o curso apenas para “confirmar” sua divisa.

²³ Decreto 20.530 de 19 de setembro de 1994.

os respectivos cargos sejam exercidos por policiais que tenham realizado o Curso de Técnica de Ensino, critério que normalmente não é respeitado.

O Estado Maior compreende os subcomandos (geral e pedagógico); a Divisão de Ensino; o Corpo de Alunos; a Seção Administrativa; a Seção de Comando e o Setor de Assuntos Sigilosos. Serão descritas abaixo a Divisão de Ensino e o Corpo de Alunos, seções de especial importância na formação dos policiais militares.

Segundo os documentos oficiais da PMERJ, a Divisão de Ensino “é o órgão técnico pedagógico destinado, essencialmente, a assistir ao Diretor de Ensino²⁴ nas atividades de planejamento, programação, coordenação, execução, controle e avaliação do processo de ensino e aprendizagem, assim como na orientação educacional ou profissional dos alunos.”

Sua estrutura é assim definida:

- I. Chefia;
- II. Seção de Planejamento e Programação de Ensino (SSPE);
- III. Seção Técnica de Ensino (STE);
- IV. Seção de Coordenação e Controle de Ensino (SCCE);
- V. Seção de Medidas e Avaliação do Ensino e da Aprendizagem (SMAEA);
- VI. Seção de Meios Auxiliares (SMA);
- VII. Seção de Educação Física (SEF);
- VIII. Seção de Tiro; e
- IX. Seção de Orientação Educacional (SOE).

A despeito da quantidade de seções e da orientação do RICFAP, de que cada uma deverá ser comandada por um capitão, a Divisão de Ensino do CFAP contava, na ocasião da pesquisa, com cerca de 06 (seis) profissionais no total, sendo um Major (atuando como chefe da seção, mas que também acumulava a função de chefe do Corpo de Alunos), 01 (um) aspirante a oficial, 03 (três) sargentos e 01 (uma) pedagoga (não policial).

Isso significa dizer que as funções previstas nas seções descritas pelo regulamento são acumuladas pela reduzida equipe, sobrecarregando seus trabalhos. Podemos ainda afirmar que, além da deficiência de recursos humanos, a maior parte dos policiais que atuam na Divisão de Ensino sequer possuem

²⁴ O Diretor neste caso é o Comandante do CFAP.

experiência nesta área, cabendo esta responsabilidade exclusivamente a pedagoga²⁵ que atua nesta seção. O setor de Psicologia também se encontra vinculado à Divisão de Ensino, e será detalhado a seguir.

A Divisão de Ensino também carece de recursos físicos. Há falta de equipamentos e materiais de consumo como papel; tinta de impressora; retroprojeto; computadores, (há apenas dois na seção, com configuração defasada); *datashow*, (não há); impressora; TV; videocassete; DVD; máquina copiadora, (no momento da pesquisa, havia uma duplicadora, para a reprodução em larga escala, mas não uma para os trabalhos mais rotineiros); *toner*, entre outros.

“Bom, do efetivo eu já falei que é reduzido; falta de material, por exemplo, retroprojeto você pergunta quantos daqueles tem funcionando? Nenhum. (...) Copiadora chegou essa há poucos dias, estávamos com a nossa copiadora há meses parada, tendo que tirar cópias de provas em locais externos. (...) Cartucho de impressora? Não tem nenhuma impressora funcionando aqui, se eu quiser um documento aqui agora eu tenho que descer pra ir numa outra seção imprimir o documento pra te entregar.” (Cabo da PM, 20 anos de polícia)

Por outro lado, o Corpo de Alunos, segundo o regulamento, “é o segmento do Estado Maior que terá a seu cargo as seguintes missões: 1) Instruir, orientar e disciplinar os alunos dos diversos cursos, buscando o aprimoramento necessário a sua formação e aperfeiçoamento; 2) Expedir ordens, instruções e normas sobre a execução dos serviços afetos ao Corpo de Alunos, de acordo com a autoridade que lhe compete e a que lhe for delegada pelo comandante do CFAP; 3) Inspeccionar e controlar os registros nos livros das instruções ministradas; 4) Apoiar o subdiretor de ensino e o chefe da Divisão de Ensino na avaliação do rendimento do ensino e da aprendizagem; 5) Promover reuniões periódicas com os comandantes de Cia. visando a impedir o surgimento ou continuísmo de falhas; e 6) Representar o escalão superior nas pequenas comissões em que haja comparecimento dos alunos.”²⁶

No entanto, o que pode ser identificado a partir das entrevistas e dos grupos focais realizados é que a função primordial do Corpo de Alunos é “normatizar o dia-a-dia do aluno dentro do CFAP”, como diz o relato:

²⁵ O Setor de Pedagogia será melhor detalhado no item 2.4.4.

²⁶ RICFAP. 1994.

“(...) disciplina, ordem unida, conduta, o que ele pode, o que ele não pode, **tudo que é proibido, tudo o que o policial militar não deveria fazer é passado para ele.** Por exemplo, só pode parar carro aqui dentro quem tem documento em dia, as placas estão legíveis, em condições de uso (...)”

“Por exemplo, ele cometeu uma transgressão disciplinar. Vamos supor que ele teria que estar em sala de aula e não estava, estava no alojamento dormindo. Cometeu uma transgressão, é extraído um DRD = Documento de Requisição de Defesa, onde ele vai ter cinco dias para responder, tentar justificar a sua falta. E, a partir dali, passa pelo comandante de companhia. Do comandante de companhia, vem pra mim, pra dar o despacho final, ou justificando ou punindo, ou advertindo. Muitas das vezes, o aluno justifica também, não é só punido, ele justifica também”. (grifo nosso) (Major da PM, 15 anos de polícia)

Neste sentido, os dois principais órgãos existentes na estrutura do CFAP (e das escolas de formação de uma forma geral) são a Divisão de Ensino e o Corpo de Alunos. A Divisão de Ensino gere, administra e coordena o que os policiais chamam de “parte pedagógica” do ensino, ou seja, seus conhecimentos teóricos e práticos das disciplinas que são ministradas. Por outro lado, há o Corpo de Alunos, que gerencia e coordena toda a “parte disciplinar” do aluno, dentro e fora da escola. Assim, a avaliação do aluno é feita através dessas duas esferas, ou seja, a disciplinar e a pedagógica. A soma das duas resultará na colocação que o aluno terá no final do curso, registrado através do seu RG (Relação de Grau).

Um aspecto interessante a ser notado é que apesar da metodologia de avaliação do aluno considerar sua “atuação” no setor pedagógico e no setor disciplinar, estas duas seções normalmente não se comunicam, ou seja, não foi identificada nenhuma metodologia de trabalho em parceria entre a Divisão de Ensino e o Corpo de Alunos (apesar de, no caso do CFAP, suas chefias estarem temporariamente sendo assumidas pela mesma pessoa). O que foi possível observar é que dificilmente o desempenho disciplinar de um aluno é considerado na sua avaliação pedagógica, e vice versa.

Na observação feita sobre a infra-estrutura do CFAP podemos dizer que há em sua sede, além do Gabinete do Comandante e Subcomandantes e das salas da Divisão de Ensino e do Corpo de Alunos, uma seção de Psicologia e uma sala para o atendimento médico e odontológico dos alunos, onde trabalham policiais do

quadro especial de saúde da PMERJ. Ainda próximo ao Gabinete, há a sala do oficial de dia e uma sala de reuniões.

Os três refeitórios locais são utilizados para o rancho dos alunos (utilizado pelos policiais que encontram-se em curso), o rancho dos praças (para os graduados lotados no CFAP) e o refeitório dos oficiais.

Além das salas das chefias e do comando, o CFAP é dividido em três companhias (apenas duas em funcionamento), “que seriam como três escolas, cada uma delas possuindo o seu comandante, função quase sempre exercida por um tenente ou capitão”.²⁷ Em cada companhia há uma sala denominada “sargenteante”, responsável por administrá-la junto com seu comandante. Uma companhia conta com 08 (oito) pelotões, cada um com uma sala de aula e um alojamento com banheiro.

Os treinamentos de tiro e as instruções de técnicas de abordagem, entre outras disciplinas práticas, são realizadas nos 06 (seis) estandes de tiro (alguns não estão em funcionamento) e nas pistas de treinamento. Não há auditório, ginásio ou biblioteca no CFAP. Quando há necessidade de reunir um grande grupo de alunos, isto é feito no local de “rancho” ou solicita-se autorização junto ao Comando para utilizar o auditório da APM (o mesmo vale para o uso do ginásio).

No caso da biblioteca, a questão ainda é mais complicada. Segundo os relatos, havia há alguns anos uma biblioteca no CFAP, que por iniciativa de algum comandante foi transferida para o espaço físico da APM. Não serão discutidas aqui as implicações da dupla entrada para a Instituição, gerando dois círculos hierárquicos (praças e oficiais), mas o que se pode notar é que, normalmente, em decorrência das relações hierárquicas entre praças e oficiais, os primeiros acabam não freqüentando o espaço da APM, e portando, não tendo acesso a biblioteca.

“Nós não temos uma biblioteca, a Academia tem; nossos alunos não podem ir lá, nossos alunos não podem ir lá. Não faz, não faz. (...) a biblioteca, por incrível que pareça, era nossa... algum Comandante, que não sei quem foi, passou a biblioteca pra lá. Então, é uma coisa, assim, absurda entendeu nós tentamos até fazer uma biblioteca aqui tem até alguns livros doados e tal mas não temos espaço físico pra fazer biblioteca.” (Profissional de setor de pedagogia do CFAP)

“É complicado! Até vai, mas aí o cadete da Academia, que se sente muita coisa, de repente olha para o aluno, aí o aluno se sente

²⁷ Caruso op. cit 2004.

intimidado... Para não ter esses problemas, a maioria não vai, um ou outro enfrenta ali, mas tem que enfrentar mesmo, no sentido de ir lá usar uma coisa que não é proibido deles. Mas a grande maioria não vai.” (Profissional do setor de psicologia do CFAP)

Durante o trabalho de campo foi possível observar as condições de infraestrutura em que se encontra o CFAP. Embora o cenário externo se apresente limpo e bem cuidado²⁸, e o CFAP ter o privilégio de estar situado numa ampla área verde, o que se pode observar é que, de uma forma geral, a infra-estrutura encontra-se em péssimo estado de conservação.

O primeiro ponto observado é que, mesmo com da informação oficial de que cada Companhia tem a capacidade para receber cerca de 300 alunos, como o CFAP não foi submetido a um processo de reforma estrutural desde a sua fundação, a quantidade de alunos sempre é superior a capacidade que a escola pode suportar. Normalmente funcionam ao mesmo tempo 02 (dois) ou 03 (três) cursos de formação, não havendo salas de aula suficientes para implementar o previsto na grade curricular dos cursos. Agravando este cenário, treinamentos de outras forças ou de outras instituições são realizados no espaço físico do CFAP²⁹.

O mau estado de conservação das 02 (duas) Companhias em funcionamento é evidente; muitas salas não possuem iluminação e ventilação adequada, agravada pelo fato do CFAP localizar-se numa região quente da cidade. Os ventiladores, que muitas vezes não estão em funcionamento, estão aquém da necessidade do local, sobretudo porque cada turma possui cerca de 70 (setenta) alunos. Os alojamentos também se encontram em estado precário, não havendo armários para todos os alunos, e, os poucos existentes estão amassados, danificados e enferrujados. O cenário descrito acima torna-se ainda pior no período de chuvas, quando a falta de reparos e cuidados básicos ocasiona alagamentos tanto nos alojamentos quanto nas salas de aula, decorrentes de goteiras e vazamentos.

“Tenho dificuldade de sala de aula sem estrutura nenhuma para dar uma aula, tá? Um quadro ruim; giz ainda; não temos, assim, material para uso, nós temos um quadro branco que poderia usar caneta

²⁸ Dentre as atividades que os alunos realizam no CFAP, está previsto no QTS (Quadro de Trabalho Semanal) a prática do FLANDU, sigla que significa “Faxina, Limpeza e Arrumação das Dependências da Unidade”. Grande parte do tempo que deveria ser destinado a aulas é ocupada por faxina.

²⁹ No momento da pesquisa, o treinamento da Força Nacional de Segurança Pública (MJ) estava sendo realizado nas dependências do CFAP.

pilot, não temos, não podemos usar porque não tem verba pra caneta pilot, entendeu? As cadeiras, às vezes, quebradas; falta de armários; falta de local adequado pro aluno fazer uma higiene, higiene que eu digo não é tomar um banho antes dele ir embora não, é até escovar os dentes; chuveiros quebrados, poucos chuveiros dentro do banheiro; vasos sanitários quebrados, sem descarga.” (Profissional de setor de Pedagogia do CFAP)

Os banheiros, de modo geral, encontravam-se sujos, sem água e sem materiais básicos de consumo, como sabonete, papel higiênico ou produtos de limpeza; muitos dos vasos sanitários sequer possuem tampa e outros estão quebrados. É importante lembrar que as companhias não estão preparadas fisicamente para receber as policiais militares femininas, havendo a necessidade de improvisar um alojamento para o uso dessas policiais, com circulação restrita.

“Caracas! Dependendo do tempo, é um calor infernal, e nem tem água pra beber, porque o bebedouro está quebrado e não foi consertado. Então, aí fica complicado... E a gente: “Não, porque a formação...” Mas, não tem nem água!... O banheiro não tem. Não vai dar, não tem roupa. As pessoas se esquecem do básico: água, material para quadro... A gente não tem data-show... ” (Profissional do setor de psicologia do CFAP)

Não há equipamentos no CFAP. Cada companhia possui uma “sala de vídeo”, mas na realidade há um único equipamento (01 (uma) TV de 20”, 01 (um) vídeo cassete) para suprir todas as demandas dos professores e instrutores. Na Divisão de Ensino, durante o período da pesquisa, havia 04 (quatro) aparelhos de retroprojeto, todos quebrados. A mesma deficiência ocorre nas instruções de tiro, por ocasião da carência de material e recursos, os policiais recebem um treinamento muito inferior ao que seria necessário para a sua atuação nas ruas.

“E sala de vídeo, que ele falou, só é pintada assim: sala de vídeo. Porque a sala de vídeo é uma televisão ambulante”.
(Grupo Focal com Soldados/CFAP)

Para suprir tais necessidades, os alunos acabam organizando-se e comprando, com os próprios recursos, materiais de limpeza que deveriam ser oferecidos pela escola, como papel e vassoura. Recai sobre eles a responsabilidade pela limpeza e pela manutenção dos equipamentos, como o conserto do bebedouro, por exemplo.

Tais dificuldades são justificadas pelo comando do CFAP pela ausência de repasse de verba por parte do governo do estado para suprir as necessidades básicas. Assim, a única fonte de recursos que o comando dispõe provém do que seria utilizado para a alimentação dos policiais (chamado de Caixa de Economia). Não só o CFAP, mas praticamente todas as unidades da PM, fazem uma economia sobre a verba destinada à alimentação do policial e a utilizam para gerenciar as atividades de sua OPM.

“Antigamente eu entrava, terminava o curso, eu entrava em todas as salas de aula; entrava nos banheiros, abria chuveiro, abria torneira; anotava sala por sala o estava faltando; onde é que falta uma torneira; onde tá vazando água e entregava pro P4. Hoje eu não faço mais porque eu cansei de fazer, e não adianta não adianta não é por falta de vontade é por falta de verba mesmo.” (Profissional do setor de pedagogia do CFAP)

Finalmente, o reflexo da falta de recursos e infra-estrutura inadequada para gerenciar as atividades de ensino é a falta de planejamento, comprometendo em muito a aplicação do previsto no currículo e impactando diretamente na qualidade da formação do policial.

2.2.3. A Academia de Polícia Militar D. João VI – APM

Criada em 1º de dezembro de 1920, com o nome de Escola Profissional e vindo a se chamar Escola de Formação de Oficiais (EsFO) a partir de 1951, a Academia de Polícia Militar Dom João VI (APM D. João VI) tem como objetivo principal a formação dos oficiais da Polícia Militar.

Instalada desde a sua fundação no Regimento Marechal Caetano de Faria³⁰, no Estácio, passou a funcionar a partir de 1960 na Invernada dos Afonsos, como uma Companhia do CFAP. A EsFO obteve sua autonomia administrativa em 1967 e, em 19 de outubro de 1998, passou a se chamar Academia de Polícia Militar Dom João VI, em homenagem ao Príncipe Regente, ocupando uma área construída de 9.000 m².

A APM D. João VI se apresenta como Estabelecimento de Ensino Superior, de acordo com o parecer nº 233/82 do Conselho Federal de Educação,

³⁰ Onde hoje se localiza o Batalhão de Choque, o 1º BPM e o GETAM.

homologado pelo MEC conforme publicação contida no DOU nº 104, de 03/JUN/1982.

A APM, atualmente, é a responsável pela realização do Curso de Formação de Oficiais (CFO)³¹; e segundo consta no Regimento Interno da Academia de Polícia Militar D. João VI (RIAPM) a sua estrutura organizacional é composta de:

- I. Comandante;
- II. Subcomandante;
- III. Corpo de Alunos (CA);
- IV. Divisão de Ensino;
- V. Divisão de Comando;
- VI. Divisão de Apoio Administrativo; e
- VII. Seção de Assuntos Sigilosos.

O comandante da APM exerce a função de Diretor de Ensino da Escola. A seguir serão detalhados, mais especificamente, os órgãos mais importantes na formação do oficial. Serão descritos a Divisão de Ensino e o Corpo de Alunos.

Segundo o RIAPM, a Divisão de Ensino “é o órgão técnico pedagógico destinado, essencialmente, a assistir ao Diretor de Ensino da APM nas atividades de planejamento, programação, coordenação, execução, controle e avaliação do processo de ensino-aprendizagem, assim como na seleção orientação educacional e profissional dos alunos”.

A Divisão de Ensino é constituída das seguintes seções:

- I. Seção Técnica de Ensino;
- II. Seção de Medidas de Avaliação do Ensino e da Aprendizagem;
- III. Seção de Psicologia e Orientação Educacional;
- IV. Seção de Educação Física;
- V. Biblioteca

³¹ A grade curricular do Curso de Formação de Oficiais está detalhada no item 2.3.

Assim como foi descrito no CFAP, o cargo de Chefe da Divisão de Ensino, bem como de todas as chefias afetas à APM devem ser ocupados por oficiais (Majores) que possuam o curso de Técnicas de Ensino ou qualificação equivalente, fato que, da mesma forma que observado no CFAP, normalmente não é respeitado.

A APM possui cerca de 06 (seis) a 07 (sete) pessoas na Divisão de Ensino, ocupando todas as seções. A Seção de Psicologia, que recentemente também passou a integrar a Divisão, conta com uma psicóloga civil e outra militar³². No setor de Pedagogia há 02 (duas) pedagogas, que contam com estagiárias em sua equipe. A Divisão de Ensino, de uma forma geral, também sofre da carência de recursos tanto humanos quanto físicos, embora sua situação não se apresente de maneira tão precária quanto a descrita no CFAP.

“É muito difícil se trabalhar com a administração na miséria pública, né? Pôxa, como é que você vai dar uma aula digna se o instrutor é mal remunerado ou não é remunerado; se o professor não recebe; se a sala de aula ela tá aquém da realidade, se você tem dois datashow pra Polícia Militar quase toda, né? Aqui na Academia dois, aí você empresta e fica sem aula e aí você começa a negar...”
(Major da PM, 15 anos de polícia)

A finalidade do Corpo de Alunos, segundo o artigo 138 do mesmo regulamento, é instruir, disciplinar e orientar o aluno, buscando no transcorrer dos cursos e estágios, o aprimoramento necessário à sua formação profissional. Cabe ao comandante, entre outras atribuições, “exercer as atividades concernentes à orientação, formação moral e militar de cada aluno, sendo responsável pela disciplina do Corpo de Alunos; supervisionar as atividades extraclasse dos alunos; e aplicar punições” conforme prevê o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM).

O acesso dos alunos, desta forma, a qualquer esfera administrativa da APM é mediada pelo Corpo de Alunos; e é através dele que suas demandas são encaminhadas.

“Ele (Corpo de Alunos) administra a vida do discente daqui, porque o aluno... o Corpo de Alunos seria como se fosse um mini-comando da Academia, uma sub-unidade, ou seja, o aluno ele não pode ir na Divisão de Ensino, teoricamente todos os problemas dele tem que

³² Cabe explicar que a psicóloga militar é vinculada administrativamente à Diretoria Geral de Saúde - DGS.

ser dirigidos ao Comandante do Corpo de Alunos (...)” (Major da PM, 15 anos de polícia)

“Primeiro, a parte disciplinar é toda com a gente. Então, quer dizer, o cadete comete indisciplina dentro da sala, fora da sala, fora da Academia. Então, o nosso leque aqui é amplo, não só para a vida acadêmica do aluno, também para a vida extra-academia, principalmente no aspecto disciplinar. (...) O Corpo de Alunos cadetes é dividido em três companhias: 1º, 2º e 3º anos. Cada companhia é dividida em dois pelotões: 1º e 2º. Para cada pelotão, é previsto um tenente. A princípio, um Corpo de Alunos deveria ter seis tenentes. E, para cada companhia, um Capitão. Deixa eu te explicar: no primeiro ano, precisaria de um Capitão; segundo ano, um Capitão e dois Tenentes; terceiro ano, um Capitão e dois Tenentes, além do Subcomandante do CA. Então, com isso, eu teria quatro Capitães e seis Tenentes. Não é a minha realidade atual. Na minha realidade atual eu tenho Três capitães e Quatro tenentes.” (Major da PM, 15 anos de polícia)

Em relação às dificuldades apresentadas para o Corpo de Alunos e semelhante ao descrito na Divisão de Ensino, as maiores carências são de recursos humanos. Ainda assim, se comparada ao cenário do CFAP, a APM é dotada de uma equipe maior.

“Pra separar a logística, aqui, para os oficiais do corpo de alunos, a gente precisaria de dependências mais amplas, uma parte mobiliária melhor, se tivesse uma mesa ali, talvez até o computador que desse acesso à rede da Academia... Um acesso melhor à informática. Com relação aos cadetes, é obrigação da polícia dar o fardamento para os alunos, e a gente não tem atendido a essa expectativa, ou com números suficientes... Não adianta o cara ter uma farda suja aqui, ele tem dificuldade de lavar, ele precisa de uma quantidade maior, até variedade. Nós temos um número grande de fardas aqui. Fardas para desfile de 7 de setembro, nem todos os cadetes têm. Farda para o baile, nem todos os cadetes têm. Japona de frio... aqui é muito frio, os cadetes não têm a japona de couro, que faz parte da corporação. Isso a gente está procurando administrar legal. Então, essa parte logística tem essa dificuldade. Os alojamentos estão sendo reformados e tal... A parte estrutural da Academia, por ser muito antiga, está passando por uma série de reformas e vem atendendo.” (Major da PM, 15 anos de polícia)

Segundo o relatório elaborado pela Divisão de Ensino da APM para o Instituto de Segurança Pública (2004), a APM D. João VI apresenta uma estrutura física para 180 (cento e oitenta) alunos assim distribuídos: 60 (sessenta) por três turmas ou Companhias, constituídas de dois pelotões de 30 (trinta) discentes cada. O número ideal de alunos por sala de aula seria, portanto, de 30 (trinta) alunos. No

entanto a APM D. João VI, apresentava, em 2004, o seguinte corpo discente: a) 130 no 3º Ano do CFO (1ª Cia); b) 105 no 2º Ano do CFO (2ª Cia); c) 116 no 1º Ano do CFO (3ª Cia), totalizando 351 alunos. Segundo dados das entrevistas, em 2005 a APM acomodava cerca de 280 alunos.

Sua estrutura conta com 08 (oito) salas de aula, 01 (um) auditório com capacidade para acomodar cerca de 250 pessoas, 01 (um) salão nobre para a realização de reuniões e 01 (uma) biblioteca, que funciona em três turnos. Para a alimentação, há refeitórios para alunos, oficiais e praças que trabalham na APM. Aos alunos são destinados alojamentos com capacidade para acomodar cerca de 15 pessoas. No prédio anexo, onde está localizada a biblioteca, também estão a sala de música; a sala de vídeo; o laboratório de informática; a sala de musculação e o salão de jogos. Há um parque aquático composto de uma piscina semi-olímpica, um estande de tiros, uma pista de instrução tática operacional e um ginásio desportivo. As instruções de abordagem e de edificações são realizadas na pista do CFAP. Há ainda as salas que acomodam os setores de psicologia e pedagogia; a sala dos professores; a Divisão de Ensino; o Corpo de Alunos e as demais seções administrativas da APM. No térreo também estão localizados os gabinetes médico e dentário.

Mesmo considerando as dificuldades apresentadas pelos gestores da APM, os alunos entrevistados demonstraram um alto grau de concordância em afirmar que, a partir da comparação com outras academias de polícia militar do Brasil, a Academia de Polícia Militar apresenta um alto nível de ensino e infra-estrutura.

2.3. Análise das Grades Curriculares dos Cursos de Formação de Soldados e de Oficiais da PMERJ³³

³³ Como recorte metodológico a pesquisa, para discutir o processo de formação de praças, optou-se por analisar o currículo do curso de formação de soldados e para discutir o processo de formação de oficiais, foi analisado o currículo do curso de formação de oficiais.

2.3.1. Matriz Curricular Nacional (SENASP/MJ) e Proposta de Reforma Curricular (ISP/SSP/RJ): Uma Avaliação

É importante ressaltar alguns aspectos relevantes que marcaram o contexto da realização desta pesquisa. O primeiro é o desenvolvimento da Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública produzida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ). A elaboração desta matriz, em 2004, insere-se no contexto do Plano Nacional de Segurança Pública (2002) e da proposta de construção do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

No caso do Rio de Janeiro, a partir do lançamento público da Matriz Curricular Nacional, o Instituto de Segurança Pública, através de sua Coordenação de Formação Policial, foi responsável pela elaboração, em 2005, de uma proposta de reforma curricular, intitulada *Currículo Integrado de Formação Policial do Estado do Rio de Janeiro*, que tem por objetivo contemplar a unificação do conhecimento policial e, portanto, a sua aplicação tanto à Polícia Civil quanto à Polícia Militar do Rio de Janeiro. A partir da emissão deste documento, as escolas de formação foram orientadas a iniciar um processo de readequação dos seus respectivos currículos à luz desta proposta e, por conseguinte, à luz da Matriz Curricular Nacional da SENASP.

Neste caso, o debate em torno da Matriz configurou-se como importante para a pesquisa, por isso, foi incluída uma pergunta nos roteiros dos entrevistados, questionando sobre o conhecimento que possuíam sobre este documento (Matriz), qual o impacto deste nas suas atividades e a avaliação que faziam deste processo.

As considerações a respeito do documento (Matriz SENASP) e da iniciativa do ISP na tentativa de unificar os currículos de formação foram bastante diversas. Por um lado o processo foi avaliado positivamente, uma vez que, segundo os entrevistados, a publicação de uma Matriz fornece um norte e ao mesmo tempo permite adequações segundo as especificidades locais.

Por outro lado, foi observada certa preocupação, sobretudo pelos gestores das escolas, em, por conta da preocupação em elaborar um currículo único, perder de vista as questões específicas de cada instituição.

“E o que se fala é que o currículo é único, mas as atividades são diferentes umas das outras. A praça tem um tipo de foco de aprendizagem, o oficial já tem um outro tipo de foco, já que ele é treinado para ser um líder, pra comandar, pra planejar, é um outro foco. A Polícia Civil tem um outro foco, apesar de ser polícia, mas ela é polícia civil com sua destinação presa à Constituição Federal, assim como a nossa; uma para o policiamento, outra para o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, no caso das PM's, e a Polícia Civil mais presa à parte investigativa. Então, são missões diferentes que exigem dosagens muito peculiares para determinado tipo de instrução, um determinado tipo de tema, de matéria. Então, a primeira dificuldade é essa, é ver o que é comum a essas todas, a esses caminhos todos, Polícia Civil, delegado, detetive, oficial, soldado. Enfim, ver como é que funciona isso daí, pra um mínimo de currículo único, e deixar um espaço pra flexionar um pouquinho, pra atender essas características, isso é importante. A gente não pode se desviar disso.” (Coronel da PM, 30 anos de polícia)

Outro motivo de crítica diz respeito à condução deste processo adotado pelo Instituto de Segurança Pública. Segundo os entrevistados, o documento elaborado pelo ISP representa um “pacote fechado” e, por ser originário da Secretaria de Segurança Pública, as escolas tiveram que compulsoriamente realizar as modificações, sem um momento, segundo eles, de discussão e escuta.

“Porque a gente tem uma série de coisas aí, uma série de tradições, que a gente enquadra dentro dessa carga horária que nós já trabalhamos com ela há muito tempo. Quer dizer, toda mudança brusca, radical, ela é complicada, ela exige um pouquinho de carência, um pouquinho de tempo para a gente poder adequar e pesar bem. Então, nós tivemos uma dificuldade, realmente, empecilho para enquadrar isso tudo de uma hora para outra, porque existe a determinação de se respeitar os módulos”. (Coronel da PM, 30 anos de polícia).

“Essa Matriz não pode ser de cima pra baixo, ela tem que ser de baixo para cima. E ela deveria ser formulada não só com alguns professores. Eu acho que cada estado deveria fazer a sua, pra depois juntar com a nacional, fazer novas acomodações, novas revisões e depois sair uma linha, uma diretriz comum, mas não fechando.” (Profissional da área de Pedagogia, CFAP).

“Olha, pra mim foi como se fosse um estupro. Eu não participei do processo da SENASP, nunca fui ouvido, parece que teve várias reuniões, disseram que estavam indo lá em Brasília e nós ficamos totalmente alijados. Eu não sei se foi por culpa de quem estava em Brasília ou por culpa da instituição em não ter se interessado e se galgado nisso. Então, quando chegou pra gente... Já chegou o bolo

pronto sem saber o que estava acontecendo. Então, aquilo ali foi muito ruim, pôxa, a gente quer, realmente, que haja uma mudança, mas não nessa forma. (...) A gente quer ser ouvido; que o cadete seja ouvido; que os ex-alunos sejam ouvidos; num todo pra dali você extrair subsídios pra saber; até porque cada instituição tem características diferentes”. (Major da PM, 15 anos de polícia)

Ao questionar os instrutores e professores sobre o conhecimento da publicação da Matriz e da orientação do ISP, assim como seu impacto em sua rotina de trabalho, a grande maioria respondeu que tinha conhecimento superficial do documento, mas que suas atividades cotidianas não foram alteradas por ocasião disso.

A despeito da afirmação dos gestores das escolas de que realizaram uma readequação do currículo a partir da orientação do ISP, o que pode ser observado é que, na realidade, ocorreu apenas um ajuste das cargas horárias segundo o que estava sendo pedido. Pouco se modificou estruturalmente, seja pela forma como foi conduzido este processo, seja pela ausência de recursos humanos nas escolas para dedicar-se a elaboração desta mudança.

“Desde que eu cheguei aqui eu só faço ajustar alguma matéria que entre, por exemplo, atualmente nós temos um plano que veio do ISP pra fazer a integração das matérias com a polícia, (...) curricular. Então, eu acabei de fazer agora atualização dos “Plamas” (Plano de Matérias) do Curso de Soldados, Cabos e Sargentos, e do (...) inclusive, com essas matérias novas, matérias essas que, na realidade, elas não são novas para a Polícia, tá? Elas tinham... já existiam dentro de, vamos dizer, de uma instrução básica policial-militar, então, dali eu fui só separando e moldando o que o ISP tinha pedido, entendeu? Não foi, assim, uma coisa que eu idealizei pra fazer. Inclusive, eu acho que fazer o “Plama” aqui... esse eu fiz sozinha, eu acho que eu teria que fazer sempre o “Plama” com um militar do meu lado porque matérias policiais eu não conheço. Então, eu não sei o que é mais importante; o que que é menos importante pra vida desse policial lá fora.” (Profissional do setor de Pedagogia, CFAP)

2.3.2. O Curso de Formação de Soldados – CFSD

A grade curricular do Curso de Formação de Soldados (CFSD) produzida em 2002³⁴ prevê a carga horária de **864 horas/aula**³⁵, dividida em dois eixos de

³⁴ Grade curricular mais recente disponibilizada pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP/PMERJ.

³⁵ Ver grade curricular nos anexos

atividades (Disciplinas Curriculares e Complementação de Ensino). As Disciplinas Curriculares são divididas em 04 linhas: Fundamentação Geral, Instrumentais, Complementares e Operacionais, totalizando **356 horas/aula**. Na Complementação de Ensino tem destaque (pela maior carga horária) o Estágio Prático Operacional, com 288h/a e os Serviços Internos, com 120h/a.

As disciplinas de Fundamentação Geral chamam atenção pelo tempo reduzido (12h/a) dedicado para as disciplinas de Direitos Humanos e Conduta Policial Ética e a ausência do debate conceitual e prático sobre Segurança Pública.

Na Complementação de Ensino, por outro lado, são dispensados 32 h/a para o treinamento da formatura e 120 h/a para os serviços internos, sem haver, entretanto, qualquer ementa ou diretriz que oriente a ocupação destas horas/aula, o que dificulta, sobretudo, a análise a respeito das atividades realizadas no âmbito dos serviços internos³⁶.

Nota-se ainda a ausência de disciplinas de cunho humanístico (sociologia, criminologia e filosofia) que possibilite ao policial militar a compreensão do mundo contemporâneo, seus problemas e vicissitudes. É possível observar também uma carência no currículo de fundamentação na legislação brasileira, que é vista somente na disciplina Instrução Policial Básica Individual (IPBI), e, mesmo assim, apenas nas aulas sobre Legislação Penal e de Trânsito, não aparecendo disciplinas como Direito Constitucional, Civil e Administrativo.

Dentre as disciplinas profissionalizantes são dedicadas 32h/a para Defesa Pessoal; 48h/a para Tiro Policial e 22h/a para Técnicas de Narração e Confeção de Documentos. Nota-se que grande parte do “aprendizado profissional” está sendo realizado no Estágio Prático Operacional, que conta com 288h/a. Esta, porém, é outra disciplina que não dispõe qualquer informação, ementa ou planejamento no seu plano de realização.

Toda a bibliografia utilizada pelas diferentes disciplinas está baseada em manuais, regulamentos e regimentos da própria PMERJ. Não foram encontradas quaisquer referências a trabalhos científicos, livros e publicações utilizados na formação dos soldados.

Ao analisar a grade curricular do Curso de Formação de Soldados produzida em 2005, ou seja, à luz da proposta de reforma curricular elaborada pelo

³⁶ Por não haver ementa referente aos serviços internos, tal assunto será explorado nos grupos focais realizados com os alunos do Curso de Formação de Soldados.

Instituto de Segurança Pública (ISP), o primeiro aspecto diferencial entre a antiga e a nova proposta é em relação a carga horária: se antes era de **864 horas/aula**, agora passa a ser de **1135 horas/aula**, perfazendo um curso de 08 (oito) meses de duração.

Em relação às novas disciplinas disponíveis, é possível perceber a inclusão de Informática (20h/a), Prática Policial Cidadã (20h/a)³⁷ e Fundamentos da Abordagem (15h/a). A Instrução Básica Policial Individual (105h/a) atualmente se encontra desmembrada em Policiamento Ostensivo (18h/a), Noções de Direito Penal e Práticas Operacionais (25h/a), Legislação Aplicada a PMERJ (12h/a), Legislação de Trânsito (12h/a) e Instrução Tática Individual (40h/a), somando 107h/a.

Analisando esta readequação de currículo, é possível perceber que, em relação ao conteúdo, poucas modificações foram realizadas, sendo o aumento da carga horária a mudança mais relevante. Dentre as disciplinas que sofreram tal aumento destacam-se: Psicologia, de 08h/a para 20h/a; Primeiros Socorros, de 17h/a para 23h/a; Educação Física, de 48h/a para 106h/a; Armamento, de 19h/a para 50h/a; Tiro Policial, de 48h/a para 68h/a.

As principais considerações a serem feitas sobre o currículo de formação de soldados no CFAP são: a) excessivo tempo direcionado para atividade de Ordem Unida e serviços internos; b) ausência de discussão sobre questões de segurança pública com referencial teórico reconhecido; c) ausência de disciplinas de cunho humanístico e de legislação brasileira. d) necessidade de revisão e atualização dos conteúdos bibliográficos.

2.3.3. O Curso de Formação de Oficiais – CFO

Ao contrário do Curso de Formação de Soldados, que tem a duração de 08 meses, o Curso de Formação de Oficiais equivale a uma formação de ensino superior e tem a duração de 03 (três) anos e a carga horária total de **3.199** horas/aula. Em todos os anos, as disciplinas são divididas entre ensino fundamental e ensino profissional³⁸.

Assim, no primeiro ano, 330 horas/aula são destinadas ao ensino fundamental, valorizando, sobretudo, disciplinas voltadas para a área do Direito (190

³⁷ O Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã trata-se de uma parceria entre a PMERJ e a ONG Viva Rio, estabelecida em 2002, cujo objetivo é a capacitação de policiais militares (praças) do RJ.

³⁸ Ver em anexo a grade curricular.

horas/aula). No segundo ano das 550 horas/aula do ensino fundamental, 230 horas/aula são disciplinas jurídicas; e finalmente no terceiro ano, 320 horas/aula destinam-se ao ensino fundamental, onde 190 horas/aula também estão focadas em disciplinas jurídicas.

Ainda analisando o ensino fundamental da Grade de Disciplinas do Curso de Formação de Oficiais, é possível perceber a presença de disciplinas voltadas para o desenvolvimento da relação entre a Polícia Militar e a sociedade, como Sociologia Geral, Psicologia e Antropologia, todas com 30 horas/aula cada. Ética soma 60 horas/aula e Direitos Humanos e Direito da Criança e do Adolescente somam 50 horas/aula.

Neste sentido, ao observar a distribuição da carga horária, é possível afirmar que o ensino fundamental do Curso de Formação de Oficiais possui uma tendência legalista, onde a presença recorrente de disciplinas da área do Direito (Civil, Constitucional, Administrativo, Penal, Penal Militar, Processual Penal, Processual Penal Militar) traduz uma valorização deste campo de conhecimento no lugar de assuntos voltados para a questão de segurança pública.

O módulo chamado de ensino profissional soma 1.900 (mil e novecentas) horas/aula, divididas em: 713 horas/aula para o 1º ano; 597 horas/aula para o 2º ano e 689 horas/aula no 3º ano.

Neste módulo, chama atenção a disciplina Segurança Pública com 144h/a, sendo que na ementa, em nenhum momento, há uma discussão deste conceito. O plano de curso está focalizado na legislação brasileira que trata do tema, nas funções da Polícia Militar na prevenção do crime e nos procedimentos policiais em situações diversas. Não constam na bibliografia e na ementa uma abordagem científica sobre segurança pública, seus pressupostos e pesquisas realizadas na área.

Uma das disciplinas de destaque é a de Conhecimentos Gerais do Estado do Rio de Janeiro, permitindo ao aluno o conhecimento da história do Estado, bem como uma abordagem sobre sua estrutura física, geográfica, econômica e social, todavia a ementa é bastante extensa para uma carga-horária de apenas 20 horas/aula. Do mesmo modo, parece reduzida a carga-horária da disciplina Evolução Histórica da PMERJ (20 horas/aula) quando pretende levar ao aluno o conhecimento acerca da constituição da instituição policial no Brasil desde o Império até os dias atuais.

A disciplina sobre Legislação Básica da PMERJ é apresentada no 1º e 2º ano, totalizando 120 horas/aula, nela são apresentados os fundamentos da hierarquia e da disciplina militar, bem como os rituais, símbolos, cerimônias, regulamentos, e os padrões estéticos a serem adotados pela instituição. Esta extensa carga horária reflete a valorização da doutrina militar dentro das atividades de formação em detrimento das questões de ordem e segurança pública propriamente ditas.

Na disciplina de Criminologia são abordadas as diferentes teorias sobre o fenômeno da criminalidade; como proposta metodológica o plano apresenta discussões em sala a partir de casos baseados em fatos divulgados na imprensa. No entanto, os casos registrados nas ocorrências policiais, não são utilizados como fonte de consulta.

A disciplina Ética na Sociedade aborda o conceito de ética na filosofia e apresenta como unidades: a *Ética do Brasileiro* e a *Ética do Carioca*, sem apresentar, contudo, uma bibliografia ou referencial teórico utilizado para definir qual seja cada uma delas.

O objetivo da disciplina Didática é qualificar o oficial para, posteriormente, exercer a função de instrutor, por força do regulamento interno. A ementa contempla as técnicas de ensino, mas não apresenta ao aluno como dialogar com o seu público alvo (em especial os soldados, cabos e sargentos), isto é, as bases da relação de ensino-aprendizagem com o subordinado. Ressalta-se que, em toda a grade curricular, a relação de *oficiais x praças* não é objeto claro de discussão, exceto nos assuntos relacionados à hierarquia e as punições disciplinares.

A disciplina de Comunicação Social chama a atenção pelo objetivo de perceber e analisar a imagem da PM nos meios de comunicação e perante a opinião pública, reconhecendo a importância da comunicação social para a imagem da corporação. Porém, não se propõe ensinar ao aluno as formas de construir seu discurso frente aos meios de comunicação, e como lidar com a imprensa produzindo informações de interesse público.

Para a disciplina de Prática Operacional são reservadas apenas 60 h/a. Sua proposta metodológica tem como objetivo simular situações para o treinamento de tiro tático, patrulhamento, operações em favelas, abordagem de pessoas, veículos, etc. É possível afirmar que a carga horária prevista é reduzida diante das

funções de comando de operações que estes profissionais deverão assumir depois de formados.

Por fim, a disciplina Ordem Unida perfaz 120 horas/aula distribuídas nos 03 anos; porém, assim como no currículo do Curso de Formação de Soldados, não há um plano de atividades descrito a ser executado.

Finalmente, as principais considerações a serem feitas sobre o currículo de formação de oficiais na APM do RJ são: a) ausência do estágio prático supervisionado, realizado dentro dos batalhões, com o objetivo de possibilitar ao aluno a vivência de situações reais; b) excessivo tempo direcionado para atividade de Ordem Unida; c) necessidade de um aprofundamento sobre questões de segurança pública com referencial teórico reconhecido; e d) revisão e atualização dos conteúdos bibliográficos.

2.4. Análise dos Cursos de Formação da PMERJ em Perspectiva Comparada

2.4.1. Planejamento dos Currículos e Material Didático Utilizado

A responsabilidade pela elaboração dos currículos do Curso de Formação de Soldados e do Curso de Formação de Oficiais, como já foi explicitado anteriormente, cabe a DEI (Diretoria de Ensino e Instrução). A grade curricular do Curso de Formação de Soldados (e todos os cursos de formação de praças) é denominada PLAMA (Plano de Matérias); já a do Curso de Formação de Oficiais é denominada PLADIS (Plano de Disciplinas). Todavia, as entrevistas realizadas ressaltaram que há uma ampla margem de autonomia e decisão do comando de cada escola, através da Divisão de Ensino. Os relatos chamam atenção para as questões conjunturais e os interesses pessoais dos comandantes interferindo diretamente na definição das disciplinas, na carga horária e no direcionamento dos currículos dos cursos.

Nos últimos anos as alterações que os cursos sofreram nos seus currículos foram influenciadas por questões políticas e pessoais. “Todas as alterações que sofreram foi dentro daquilo que eu te falei, da roupagem que os Comandantes que passaram por aqui deram” (Divisão de Ensino APM). Segundo os

entrevistados, há na verdade duas possibilidades de ocorrerem modificações curriculares nos cursos de formação. A primeira seria por uma necessidade detectada pela DEI e enviada ao Comando Geral da PMERJ e a Divisão de Ensino de cada Escola; e a outra são fatores externos, como ordens do governo, do Comandante Geral da PMERJ ou do Comandante das Escolas.

Algumas entrevistas são elucidativas a este respeito:

“Normalmente, é aprovado (currículo) pela diretoria de ensino, é claro que a escola sugestiona, mas muitas das vezes a própria diretoria de ensino estava tão fragilizada, **que as escolas eram praticamente autônomas, gerenciavam o ensino em sua ambiência de acordo com a orientação de seu comandante direto**. O diretor de ensino ficava como se fosse uma peça decorativa”. (grifo nosso) (Coronel da PM, 30 anos de polícia)

“Carecemos de um currículo que nos dê segurança para a nossa atividade, é aquele currículo que melhor se adequa à nossa atividade-fim. Vivemos ao longo do tempo, pelo menos nesses 32 anos, na base da tentativa e erro, tentamos, erramos, tentamos, vamos errando cada vez menos, mas sempre nessas idas e vindas, **não temos uma filosofia, não temos uma mola-mestra, não temos um referencial**. Só a título de exemplo, essa escola aqui parece que já teve currículos dos mais variados possíveis, até com física, química, matemática, desenho, astrologia, sei lá mais o quê, porque **cada um que chega aqui tem uma conotação de segurança pública**, e aí acha que um policial militar tem que aprender química, e aí coloca essa química no currículo. Depois, chega um outro comandante, ou um diretor de ensino, diz: “Não, química, pra quê química?!” Aí, coloca Filosofia, e vem outro e diz que Filosofia é coisa pra diplomata, cientista social, nós somos policiais e carrega na matéria de habilidades mecânicas”. (grifo nosso) (Coronel da PM, 30 anos de polícia)

“E a vantagem da gente ter uma lei facilitaria e muito até pra acabar com certas discricionariedades ou certas coisas que acontecem, porque o que acontece? **Dentro daquela idéia que eu lhe falei cada um tem a sua identidade, a sua roupagem, por mais que a gente evite que isso aconteça não tem como um curso não ter a cara do Comandante que está naquela época**. Então, o Comandante chega aqui “Pôxa, mas, olha só, eu adoro cavalaria vamos tentar inserir e aumentar a carga horária de cavalaria” “Não dá, não, não dá” “Vamos aumentar a carga de cavalaria” e aí você acaba tendo que retirar. Aí chega um Comandante que é mestre em Direito Civil que Direito Civil tem a ver com CFO? Aí ele vai e dá aquela roupagem ao CFO; aí chega um Comandante que adora Psicologia “Não, tira tudo isso e aumenta a carga horária de Psicologia” **Então, você avança, retrai, avança, retrai; como acontece na Instituição hoje, de acordo com os governantes. Então, é um problema sistêmico que se reflete, diretamente, na**

área de ensino, então se o ensino vai de mal a pior é porque em determinadas áreas a Corporação está indo de mal a pior”. (grifo nosso) (Major da PM, 15 anos de polícia)

Os entrevistados chamaram atenção para essa interferência, aqui definida como conjuntural, produzindo uma ausência de diretriz para os cursos de formação. Mesmo que cada comandante compartilhe a idéia de que a prioridade de qualquer escola deva ser o ensino e a formação, as mudanças regulares realizadas no currículo, mais caracterizadas por inferências pessoais (“ter a cara do comandante”), do que por uma orientação pedagógica propriamente dita, acaba inviabilizando a prática de uma formação regular, continuada e com um direcionamento consolidado para os cursos.

Este aspecto apresenta-se de formas diferentes nas duas escolas de formação. A APM oferece o Curso de Formação de Oficiais com o período de 03 anos (equivalente a um bacharelado), com vestibular anual realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o que exige um maior grau de controle e a necessidade de um planejamento anual de suas atividades. No CFAP, ao contrário, os cursos oferecidos são de curta duração e normalmente sua realização está sujeita às conjunturas políticas. A abertura de concursos públicos para ingresso de novos soldados depende da autorização do Poder Executivo.

A grade curricular do Curso de Formação de Soldados sofreu, nos últimos anos, modificações que geraram uma alteração contínua no tempo de duração deste curso (06 meses, 08 meses, 12 meses). Vale destacar que, segundo os alunos ouvidos, em nenhum momento do curso lhes foi informado como seria a distribuição das disciplinas, a carga horária, o período total do curso, ou seja, não havia conhecimento sobre a grade curricular; somente um planejamento semanal fornecido através do Quadro de Trabalho Semanal – QTS.

Sobre o primeiro dia curso eles relatam:

“O primeiro dia inesquecível, mais ou menos umas três horas embaixo de um sol de 40 graus, sem saber o que ia fazer igual a um bobo lá. Quase 04 horas embaixo de um sol de 40 graus, a gente não sabe o que faz, não pode se mexer, todo mundo desmaiando, as pessoas caindo e eu quase caindo também e ninguém sabia o que fazer e aí eles liberaram. Sem nenhuma explicação”. (Grupo Focal com alunos do CFAP)

“Não teve informação. Quando nós chegamos, a gente não teve nem aula. Não teve aula, não teve lugar, não tinha sala de aula, não

“... não tinha professor, não tinha matéria, não tinha nada. Isso foi depois com três semanas. Um mês já de Batalhão é que foi começar... Mesmo assim, algumas matérias... Não sei se com todos foi assim, pelo menos nos batalhões-escola não tem estrutura para ser um Batalhão-escola”. (Grupo Focal com soldados formados em Batalhão-Escola)

Segundo um Sargento que atua na Divisão de Ensino do CFAP “aqui tudo muda a toda hora”, fato que impacta no planejamento das atividades. De acordo com seu relato, não há como fazer um planejamento semestral, ou mesmo mensal do Curso de Formação de Soldados, porque sempre surgem dificuldades, como a falta de instrutores e o emprego dos alunos em atividades de policiamento.

“Olha, amanhã não tem aula porque os alunos vão ser empenhados numa solenidade lá no 10º Batalhão”; “Olha, amanhã não vai ter aula porque os alunos vão ser empregados no policiamento do estádio”; “Olha, amanhã vem uma pessoa aí pra dar uma palestra, tira aquela aula pra dar a palestra”. (Cabo da PM, 20 anos de polícia)

A falta de orientação também pode ser observada no Curso de Formação de Oficiais. Os alunos do CFO afirmam que o acesso às informações sobre o curso é feito através dos alunos do 3º ano, pois a este período cabe a função de ensinar as regras e adaptar o cadete (do 1º ano) na Academia.

“A maioria das informações que eu consegui a respeito do curso, eu consegui antes de fazer o concurso, fiz busca na Internet, procurei saber com outras pessoas. Porque as informações que são passadas depois que a gente está no curso elas são passadas no dia-a-dia, mais intensamente durante a adaptação. Não pense que, logo que a gente chega, no primeiro dia vai ter uma palestra sobre o curso, o que é o curso. Não dão pra gente assim na mão: “Esse aqui é o regulamento!” Não, essas coisas a gente vai aprendendo no cotidiano”. (Grupo Focal com alunos do CFO)

Nos grupos focais realizados, foi perguntado aos alunos do CFSD e do CFO quais disciplinas oferecidas eles avaliavam como as mais importantes e quais seriam aquelas dispensáveis. Segundo os futuros soldados, a disciplina Técnicas de Abordagem é muito importante, pois será a mais utilizada no dia-a-dia; assim como Legislação e Direitos Humanos “para saber abordar aqueles que sabem um pouco mais os seus direitos” (*sic*). Instruções de Tiro também teve destaque, pois segundo um aluno “tudo vai se finalizar no tiro (*sic*). Por isso, se tiver uma arma e não souber atirar não adianta”. Já a disciplina mais desconsiderada pelos alunos foi Ordem

Unida, pelo seu enfoque militarista e sua excessiva carga horária; que poderia estar sendo melhor distribuída entre as disciplinas que eles consideram fundamentais para a atividade de polícia, e não para a atividade militar.

“O problema é o seguinte: por exemplo, Ordem Unida que é uma coisa que a gente não utiliza na rua porque Ordem Unida é aprender a marchar, essas coisas militares, a gente não utiliza muito... só no quartel”. (Grupo Focal com alunos do curso de formação de soldados)

Para os alunos do Curso de Formação de Oficiais, ainda que as disciplinas teóricas e de formação jurídica sejam importantes, as disciplinas práticas são de muito valor, pois orientam a atividade policial cotidiana. Esta percepção se explica pela característica do curso ser realizado em regime de semi-internato. Por isso os alunos ressaltam as oportunidades de trocarem experiências com instrutores que estão realizando suas funções em batalhões.

Cabe destacar que todos aqueles que foram ouvidos realçaram, em suas falas, a questão do currículo do curso não atender as questões impostas pela sociedade. O currículo, muitas vezes, prioriza disciplinas de cunho jurídico, não permitindo um diálogo adequado com as questões de Segurança Pública.

‘Ele é merecedor de uma formação melhor; a sociedade é merecedora de um policial melhor formado porque, às vezes, você vê acontecer vários fatos em que o policial militar não tinha uma formação adequada pra encarar aquela situação, né? Falta de conhecimento que deixou ele de ter, conhecimento básico, que na formação ele não teve; e aquilo vai custar caríssimo pra ele, caríssimo, pode até custar a sua vida”. (Cabo da PM, 20 anos de polícia)

O material didático utilizado no curso é outro aspecto importante na formação do policial militar. No Curso de Formação de Soldados cada professor tem relativa autonomia para decidir qual material será utilizado e sua metodologia, como por exemplo, ditar ou escrever a matéria no quadro ou reproduzir uma apostila elaborada, seja pelo professor/instrutor ou pela Divisão de Ensino (toda bibliografia registrada é composta por manuais da PM, nenhum livro científico foi encontrado nas ementas dos cursos). Já foi comentado que os alunos do referido curso não possuem biblioteca própria, estando disponível apenas a biblioteca da APM em horários restritos, o que inviabiliza a sua freqüência, sem falar na questão da

hierarquia que faz com que os praças não se sintam à vontade na biblioteca dos oficiais.

Já o material didático do Curso de Formação de Oficiais é composto por apostilas e livros, as apostilas são fornecidas pelos professores/instrutores e reproduzidas pelos alunos, já os livros são indicados para compra ou consulta na biblioteca.

2.4.2. Corpo Docente das Escolas

O Corpo Docente das escolas de formação da PMERJ é composto por professores e instrutores. Os primeiros são assim classificados por serem civis; e são chamados de instrutores os que são policiais militares e/ou militares em geral.

A composição deste corpo é feita de forma diferenciada. Na Academia de Polícia Militar, grande parte dos que lecionam são instrutores (policiais militares), mas há também civis incorporados ao grupo. Os critérios para a inclusão no corpo docente são: indicação de outro oficial, que deve enviar o currículo para a Divisão de Ensino da APM ou receber um convite da mesma. Os instrutores não recebem nenhuma remuneração pelas horas/aula trabalhadas e sua participação é entendida pela corporação como dever do policial, e por isso, não são afastados de suas funções nos batalhões que trabalham.

O corpo docente da Academia da Polícia Militar não é fixo, porém ele é normalmente regular. Permanentes são apenas os professores civis, que recebem em torno de R\$ 40,00 (quarenta reais)³⁹ pela hora/aula trabalhada, ainda que alguns tenham apontado constantes atrasos no pagamento.

Destaca-se que no Curso de Formação de Soldados o corpo docente é composto predominantemente por instrutores (policiais militares) que são indicados para dar aulas. No entanto, os entrevistados ressaltam que, muitas vezes, os instrutores não possuem formação apropriada para ministrar determinada disciplina. Outro aspecto importante é que os instrutores continuam ligados às suas atividades policiais cotidianas no CFAP, o que muitas vezes acarreta uma sobreposição de horários, levando-os a deixarem de dar aula para priorizar suas atividades

³⁹ Valor relatado em várias das entrevistas realizadas.

cotidianas⁴⁰. Foram identificados apenas 02 (dois) civis que atuam como professores no CFAP, também remunerados e recebendo o valor de R\$ 32,00 a hora/aula. O critério de seleção é a indicação, sendo o currículo avaliado pela Divisão de Ensino da escola e autorizado pela DEI.

Em relação ao corpo docente dos batalhões-escola, os alunos lá formados chamam atenção para os prejuízos com a falta de preparo dos instrutores, e relatam:

“O instrutor falava: Olha, não me preparei bem, me falaram agora que eu estava nessa instrução eu vou falar o que eu sei; é assim que funciona, é assim” A gente começava a questionar e ele dizia: “É isso, pronto, e acabou”. (Grupo Focal com Policiais formados em BPM Escola).

O setor de Pedagogia do CFAP chama a atenção para a dificuldade de instrutores para a formação de soldados, dado a falta de incentivos financeiros e profissionais, mencionando que o chefe da Divisão de Ensino “pega no laço”:

Quando não tem instrutor ou o instrutor foi embora ou o instrutor não quer mais dar aula “Ah, não quer? Mas quem tá no CFAP tem que dar aula. (...) e você vai dar aula” Se você tem afinidade com aquela matéria; ou se não tem; se você quer ser instrutor ou não, você vai dar aquela matéria, entendeu? Então, é pego a laço realmente. (Profissional do setor de Pedagogia do CFAP)

Essas carências refletem a necessidade de um corpo docente fixo, principalmente no CFAP e ficou constatada a ausência de prioridade no investimento em instrutores/professores permanentes. Segundo o chefe da Divisão de Ensino da APM: “o ideal seria uma terceirização, até para acabar com aquela dúvida do dia de amanhã”.

Teoricamente, todos os professores e instrutores de ambas as escolas estão subordinados a DEI, no entanto, a Divisão de Ensino de cada escola é responsável pelas atividades cotidianas e pela avaliação do Corpo Docente. Na prática, são as pedagogas aquelas que estão mais próximas do corpo docente e que acompanham todos os problemas no processo de ensino-aprendizagem.

⁴⁰ Em caso de falta do instrutor a turma fica em sala de aula, desde que o comportamento seja adequado. Caso contrário, eles são punidos pela indisciplina com serviços internos ou instruções de Ordem Unida.

A Divisão de Ensino das escolas tem responsabilidade de avaliar o trabalho do professor. No CFAP não há um acompanhamento contínuo do aproveitamento dos professores e dos resultados dos alunos em cada disciplina, existindo apenas a nota final em cada uma das provas. Na APM, ao contrário, os professores e alunos são avaliados individualmente, considerando-se a média de cada turma um critério importante para a avaliação do rendimento escolar.

“A escola tem uma Seção de Medidas e Avaliação para o ensino e aprendizagem. Ela é chefiada por um Major com curso de técnicas de ensino, assessorado por esse trabalho de pedagogo. Então, as provas são verificadas, os resultados das provas são verificados temporariamente. De acordo com o resultado da prova, se for um resultado muito positivo, todo mundo tirando 10, rediscutida a forma com que aquela prova foi elaborada e aplicada. E, também, as provas com um resultado muito negativo, com notas 2,5... 3,0... 1,0... 1,5... 0,0... da mesma maneira, são reavaliados os critérios de aplicação dessa prova. E, se for o caso, ela é reaplicada, ela é reelaborada”. (Coronel da PM, 30 anos de polícia)

Em relação à elaboração do plano de aula, ainda que tanto o PLADIS no CFO quanto o PLAMA no CFAP tenham uma ementa que determina as diretrizes de cada disciplina, cada professor ou instrutor tem autonomia para produzir seu plano de aula e definir sua metodologia; autonomia essa que é mais comum na APM porque, como todos são oficiais, parece haver um “respeito a hierarquia do colega”. Segundo entrevista realizada com um dos instrutores, essa autonomia não é muito boa porque não permite uma troca com os outros colegas. Na escola de praças a falta absoluta de recursos humanos e materiais prejudica uma boa execução dos planos de aula e a aplicação de uma variedade de metodologias (carência de TV; DVD; biblioteca; armas; munição, entre outras.), recursos estes mais disponíveis na escola de oficiais.

Os alunos dos 2º e 3º anos entrevistados nos grupos focais, de maneira geral, avaliaram positivamente os professores do Curso de Formação de Oficiais, não percebendo diferenças entre professores civis e militares. Por outro lado, os alunos do Curso de Formação de Soldados vêem diferença entre professores civis e militares, pois se sentem mais à vontade para perguntar e participar das aulas no primeiro caso. Os soldados formados em batalhões-escola ressaltaram que seus instrutores se dividiam entre as funções de ensino e as funções do Batalhão, mas a

prioridade é sempre da função no BPM e não para a instrução, o que prejudicou o curso. E concluem:

“Só concluindo o que eu penso do batalhão-escola. Se tem que ter um Batalhão-escola, eu acho que a estrutura tem que vir da diretoria de ensino da Polícia Militar, que é aprontar livros e apostilas, preparar professores e educadores prontos e habilitados para que possam iniciar e finalizar um curso. É isso que é um batalhão-escola”. (Grupo Focal com soldados formados em Batalhão-Escola).

2.4.3. Corpo Discente

Nos grupos focais, realizados com alunos de ambos os cursos, foi perguntado a cada um sobre a motivação que o levou a escolher a carreira de policial militar, e, entre os alunos soldados, destacam-se alguns aspectos, como o serviço militar obrigatório que alguns fizeram e se identificaram; a recessão do mercado de trabalho; a chance de ter estabilidade e ascensão no emprego e, por fim, o desejo em contribuir com a ordem e a proteção dos direitos dos cidadãos.

“Então, você tem que analisar isso, da onde vem o policial, é o primeiro fator; qual é a estrutura familiar, quais são os reforços positivos que ele recebeu durante a vida; a família dele é uma família coesa, correta, todo mundo diretinho ou a família dele é toda desestruturada; ele teve reforço positivo em termos de educação; passou por boas escolas; e a instrução religiosa, qual foi a que ele teve; ele é uma pessoa ligada a esportes ou uma pessoa sedentária. Então, tudo isso é importante, qual é o tipo de alimentação que ele tinha? A maioria das pessoas que procura a carreira de policial militar procura porque não tem emprego, a grande maioria; poucos vêm por vocação, indicados por pais ou por exemplos de parentes.” (Cel da PM, 32 anos de polícia)

Os alunos do Curso de Formação de Oficiais ressaltaram a forte influência de parentes diretos e de amigos, também militares de diferentes forças, na decisão pela escolha da carreira de policial militar; alguns lembraram ainda que já haviam servido durante algum tempo nas Forças Armadas. O fato de terem amigos ou parentes, ou mesmo de já terem tido uma experiência pessoal, faz com que se sintam mais à vontade na escolha da carreira por já conhecerem o que é “a vida militar”, a hierarquia, a estrutura, entre outros aspectos.

Importante notar que o perfil dos alunos que ingressam nas duas escolas é significativamente diferente. Aqueles que optaram por ingressar como praças são muito jovens na sua maioria, entre 20 e 26 anos, e atuavam antes em profissões semi-especializadas sem nenhuma garantia de ascensão profissional e estabilidade. Os alunos apresentavam certa homogeneidade em relação ao estrato social de origem, sendo provenientes de classe média-baixa. O único traço semelhante na comparação dos dois grupos é a juventude, já que os alunos do CFO também pertencem à mesma faixa etária dos alunos-soldados, todavia, grande parte dos alunos entrevistados somente estudava antes de entrarem para o curso de formação de oficiais, alguns no curso médio e outros já no ensino superior, em áreas como geografia, história, direito, etc. Sendo muito jovens e de classe média permaneciam sob a proteção financeira dos pais.

O processo de internalização do *ethos militar*, no caso específico da formação de oficiais, chama atenção pela sua construção, visto que os futuros oficiais passam três anos, integrais, vivendo na escola de formação. É relevante destacar as características e tarefas assumidas, a cada ano, pelos alunos na APM. No primeiro ano o aluno é denominado “bicho”, ou seja, calouro que deve respeito e obediência a um aluno do 3º ano. Cada aluno do 1º ano (calouro) está submetido a um aluno do 3º ano (veterano) que será o responsável direto por ele. Na linguagem dos alunos o calouro é “sugado”, ou seja, é levado a extremos de resistência física e psicológica, para “sentir o que um soldado sente”. Os serviços são considerados os mais “sugantes”, tais como os plantões; arrumar quartos para os veteranos e passar fardas, além dos desafios físicos. Os alunos do 2º ano realizam serviços burocráticos, e este é o momento onde o aluno ganha mais responsabilidade e a “suga” é reduzida, já que seus “veteranos” já se formaram. No ano seguinte, aqueles que foram “bichos”, serão veteranos e terão um aluno do 1º ano à sua disposição. Por fim os alunos do 3º ano realizam serviços típicos de comando, que neste caso, destinam-se a testar o seu grau de comprometimento e responsabilidade.⁴¹

⁴¹ No setor de psicologia da APM foram ressaltadas as questões diferenciadas em relação a cada ano do CFO. “O primeiro ano é aquele que, no começo, é o que precisa de mais atenção porque ele tá entrando numa casa totalmente nova, regras que ele desconhece, enfim, com uma série de mudanças que, com certeza, ele não vai se adaptar de cara... No terceiro ano é a hora que vai sair, vai pra rua, vai enfrentar o perigo de verdade, é um perigo real não é um perigo imaginário até então era um perigo imaginário agora já é um perigo real já tá começando a se aproximar. A questão das dúvidas chega nesse período, agora, no final, por incrível que pareça “Será que é isso mesmo que eu quero?” Mas não que eles peçam pra sair, mas aquela coisa que fica num processo de angústia. Então, são, realmente, os dois momentos principais que focam a Academia; e o segundo ano que fica

No caso dos soldados, apesar do breve período de formação, se comparado a dos oficiais, o processo de internalização das normas militares e do *ethos policial militar* acontece, sobretudo, por influência das disciplinas “militaristas”. Neste aspecto, a disciplina Ordem Unida exerce um importante impacto na incorporação dos valores e da cultura Policial Militar que os futuros soldados irão adquirir.

A recorrência de testes físicos e exercícios de “resistência” marca, de forma bem interessante, a mensagem de que para ser policial militar é preciso passar por provações, caracterizadas pelo sofrimento e dor, sugerindo que esta seria uma das condições para que os candidatos verdadeiramente pudessem se tornar policiais militares, exercendo melhor sua profissão.

2.4.4. Os Setores de Pedagogia e Psicologia

Na Academia de Polícia Militar os setores de Pedagogia e de Psicologia são responsáveis por acompanhar oficialmente os alunos desde o processo de adaptação até a finalização do curso.⁴² O setor de Pedagogia da APM está subordinado ao Comando da Escola e à Divisão de Ensino tendo, conforme entrevista, a seguinte função:

“porque nós não trabalhamos só com a parte de currículo, de programação, de conteúdo, mas a gente também trabalha com as dificuldades de aprendizagem. Todo o processo é ensino e aprendizagem, desde o planejamento do conteúdo, do planejamento de aula, de avaliações, os resultados de avaliações, as dificuldades, tudo isso nós trabalhamos aqui na Academia. (Profissional do setor de Pedagogia da APM)

O acompanhamento do cadete é realizado em parceria com as psicólogas (civil e militar), cabendo também à pedagoga a orientação aos professores no que

ali quietinho... Mas, geralmente, eles procuram... já estão adaptados e estão procurando, realmente, melhorar o desempenho, então, eles estão mais voltados para questão de estudos eles ficam totalmente preocupados com nota com classificação, entendeu, com Ficha de Avaliação de Desempenho.” (Profissional do setor de psicologia da APM)

⁴² Durante a realização do trabalho de campo o Setor de Pedagogia e Psicologia do CFO contava ainda com cinco estagiárias remuneradas de psicologia e pedagogia que contribuíam na avaliação do curso. Já no CFAP no mesmo setor não havia nenhum tipo de estagiário por ausência de ajuda de custo para os mesmos.

diz respeito as ementas; ao plano de aula e as dificuldades que os alunos relatam em determinadas disciplinas e a avaliação dos conteúdos.

A pedagoga do CFAP tem as mesmas funções: a orientação dos instrutores; dos alunos; a adequação dos recursos humanos e físicos às possibilidades e/ou necessidades do curso. Há que se destacar que as condições físicas de trabalho no CFAP são muito precárias. Não há uma sala específica para o setor, compartilhando a Pedagogia e a Divisão de Ensino o mesmo espaço. Não há estrutura como computadores, tinta de impressora, recursos audiovisuais para o ensino; assim como não existe um local adequado para atendimento aos alunos, o que prejudica sobremaneira a sua atuação.

Nas duas escolas as pedagogas são chamadas para participarem da elaboração e adequação do Plano de Matérias ou de Disciplinas. No que diz respeito a avaliação dos alunos, elas têm a responsabilidade de emitirem pareceres sobre questões técnicas; num segundo passo os pareceres são enviados ao comando das escolas para orientarem suas decisões. Mas é importante lembrar que muitas vezes a técnica é preterida por questões hierárquicas, militares ou políticas.

O setor de Psicologia é formado por 02 (duas) psicólogas: uma civil e uma policial militar⁴³. As psicólogas civis atuam em parceria com as pedagogas, estando subordinadas ao Comando da Escola e a Divisão de Ensino, ainda que suas funções sejam diferenciadas. Nas duas escolas há psicólogas civis e militares e suas tarefas são distribuídas da seguinte forma:

“Aqui no CFAP, a gente trabalha em nível clínico, educacional, psicologia educacional e magistério. Então, aqui, eu e ela dividimos a disciplina Psicologia, uma parte fica comigo e a outra parte fica com ela (psicóloga civil). A parte teórica fica comigo. A parte mais prática fica com ela, aquela parte de dinâmicas, de sensibilização fica com ela. Essa disciplina é do currículo oficial do CFAP, ela tem verificação e conta pontos para a classificação, ou não, dependendo do curso. A gente (psicóloga militar) atua no que é mais legal, que é a minha opinião, que é a clínica, onde você acolhe os policiais militares do CFAP, do contingente, ou seja, de quem trabalha aqui, dos alunos que vêm fazer curso aqui, de policiais militares oriundos de outras unidades.” (Tenente, 03 anos de polícia, profissional do setor de Psicologia do CFAP)

⁴³ Em 2002 a PMERJ abriu concurso para admissão de psicólogos. Hoje há cerca de 50 Tenentes que são policiais psicólogos a trabalham nas escolas, nos hospitais e no batalhão.

O que se observa é que a parte do atendimento clínico é de responsabilidade da psicóloga militar e a orientação acadêmica, problemas no processo de aprendizagem, e acompanhamento vocacional é de responsabilidade da psicologia civil. A psicóloga militar está vinculada ao Núcleo Central de Psicologia da Divisão de Geral de Saúde - DGS, não tendo, portanto, vínculo com a Divisão de Ensino.

“Eu trabalho aqui de segunda à quinta... a gente vai às salas... eu fico muito ligada à Divisão de Ensino porque todas as intervenções que possam acontecer, por exemplo, o professor faltou, o que a gente vai fazer com esse aluno? O que a gente vai fazer com essa turma? Tem alguma atividade? Então, geralmente, a gente entra na sala, conversa com eles, vê o que tá bom; o que não tá; como é que eles estão. Fora que eles procuram a gente, às vezes, pra que a gente faça algum tipo de acompanhamento diferenciado “Ah, eu queria fazer um teste sobre vocação, acho que não é bem isso que eu quero, acho que eu quero sair daqui” Aí a gente pega e faz um trabalho com ele já... personalizado, é um trabalho mais personalizado; a gente vai na sala; a gente trabalha com a Ficha de Avaliação de Desempenho, então, a gente montou a Ficha de Avaliação de Desempenho.” (Profissional do setor de Psicologia da APM)

Foram identificados inúmeros problemas trazidos pelos alunos ao setor de psicologia, relacionados a questões internas de relacionamento, abuso de hierarquia dentro do CFAP, assim como problemas familiares e de relacionamento fora da escola. Contudo, os problemas de infra-estrutura impedem que o atendimento psicológico seja realizado num espaço adequado e confortável.

Os interlocutores destacaram que, em muitos casos, o setor de Psicologia acaba “servindo de acordo com interesses de alguém, pois assim como um laudo psicológico interessa a um juiz, pode servir também para justificar determinados problemas na escola”; ressaltando ainda que a capacidade do CFAP já extrapolou, pois questões políticas determinaram nos últimos anos um significativo aumento na quantidade de alunos, sem uma reflexão sobre o impacto na qualidade da formação dos mesmos e no aumento da estrutura do CFAP.

2.4.5. Formação Diferenciada de Praças e Oficiais na PMERJ

Quanto à formação oferecida pelo CFAP e pela APM, foi realizada uma pergunta aos Comandantes das Escolas, aos integrantes da Diretoria de Ensino e Instrução e aos Chefes das Divisões de Ensino a respeito do que eles pensavam sobre a formação diferenciada entre praças e oficiais.

As respostas seguiram duas perspectivas. A primeira condena a dupla entrada do policial militar pois acaba distanciando o oficial do praça; e a segunda acredita ser fundamental a formação diferenciada pois são tarefas distintas que cada grupo irá realizar, como também para a manutenção da hierarquia. Alguns relatos são exemplares:

“Quando se tem duas escolas, e isso é mal do Brasil, é mal da América, eu tenho aqui a Escola de Oficiais e a Escola de Praças. Pela hierarquia, o cadete não tem acesso ao praça, ao recruta. **Ambos não podem se comunicar, então já cria um afastamento na entrada, fica um abismo aqui. Como é que vai haver um entrosamento perfeito entre o oficial de praça se eles já entram separados, com preconceitos, com separações, com divisas.** É uma dificuldade muito grande. Eu acredito que, futuramente, nós teremos que ter uma escola só, como é na Alemanha, todo mundo entra por aquela escola ali.” (grifo nosso) (Coronel da PM, 31 anos de polícia)

“Eu acho que não pode ser diferente, porque o oficial tem uma missão também diferenciada da tropa. A tropa, na sua essência, é formada para cumprir missões, reservar um espaço interessante para pequenas decisões... pequenas grandes decisões, porque na verdade eles estão na rua e, em algum momento do seu serviço, ele vai ter que ser juiz, vai ter de ser advogado, vai ter de ser pai, vai ter de ser professor. **Mas o oficial, por outro lado, ele é treinado para planejamento, é o estratégico,** é o general da tropa. Ele não pode ser treinado, ser formado com as mesmas bases de doutrina da praça, porque **são missões diferentes, planejamento é uma coisa e operacional é outra.** Até nas empresas, funciona assim.” (grifo nosso) (Coronel da PM, 30 anos de polícia)

“A grande diferença é que o oficial é formado para comandar e o praça é formado para obedecer. Eu acredito que essa diferença, que atualmente existe, possa ser diminuída, atenuada ou até solucionada com uma entrada numa escola única.” (Coronel da PM, 31 anos de polícia)

“Eu acho que deveria ser maior, deveria ser um ano. Agora, tem que haver diferenciação tem, porque um eu tô formando elementos de execução e o outro eu tô formando gerentes. É a mesma coisa que você pegar lá fora, você tem o ensino médio e o ensino universitário, então, tem que haver uma certa diferença. Agora, que o Curso de

Formação de Soldados ele deveria ser melhorado.” (Major, 15 anos de polícia)

De maneira geral há uma unanimidade na fala dos entrevistados sobre a necessidade de uma revisão na formação dos praças, até mesmo os alunos do curso de formação de oficiais afirmaram que:

“...a gente fica três anos para ser oficial. E, quando a gente chegar no batalhão, a gente vai pegar um soldado que só passou seis meses... É, são quatro meses só. E vai pra rua. E a gente, com três anos de academia, tem que pegar essas pessoas... ele não tem muita coisa... Tinha que trabalhar muito em cima desse praça, que já foi pra rua, que já tem os vícios da rua, e pode muito mais facilmente esquecer os seis meses que ele aprendeu no CFAP. Então, é um trabalho muito maior que o oficial vai ter depois. Então, pra gente que tem 03 anos de curso de oficial, se esse curso de soldado também fosse maior, ajudaria muito mais a gente.” (Grupo Focal com 2º ano do CFO)

A Metodologia de Ensino empregada nos batalhões-escola também foi considerada em algumas entrevistas como prejudicial à formação do soldado da Polícia Militar. Os problemas detectados foram: falta de infra-estrutura para o ensino; salas de aula e alojamentos inadequados; ausência de material didático; carência de instrutores; falta dos instrutores nas aulas para cumprirem funções nos batalhões; contaminação do “novato com os vícios do cotidiano”; falta de atendimento psicológico e pedagógico, além do emprego dos alunos em atividades de policiamento ostensivo.

“Todos esses Batalhões tinham um segmento de Unidade-Escola, mas, não obstante a vida agitada de uma unidade operacional, ainda mais na capital e no Grande Rio, ainda assim nós nos deparávamos com más condutas que contaminavam aqueles que ainda nem sequer tinham entrado na corporação verdadeiramente dita. E também as instruções ficavam muito prejudicadas, tendo em vista que os oficiais encarregados das instruções muitas vezes faltavam para atender as necessidades daquela unidade operacional, estavam em operações em morro, estavam na rua envolvidos em ocorrência. Quer dizer, não podiam estar em sala de aula funcionando como transmissor de conhecimento.” (Coronel da PM, 32 anos de polícia)

“Em comandos anteriores esse reforço foi colocado em prática. Mas a idéia atual da diretoria de ensino não é fazer mais em Batalhão. A experiência nos disse que os policiais não saíram bem formados. Uma vez que os Batalhões atuais nossos, a não ser do interior, não possuem uma estrutura física e psicológica para preparar um curso de formação. A demanda de serviços é muito grande, então não

comporta um curso de formação nesses batalhões.” (Coronel da PM, 31 anos de polícia)

Os atuais soldados formados em batalhões-escola nas unidades do interior do Estado afirmaram, no grupo focal realizado, que a formação do soldado no interior é benéfica, pois mantém o aluno em contato com as condições locais semelhantes as que ele vai atuar enquanto policial, ao contrário da formação no CFAP, que os coloca em contato com um tipo de policiamento voltado para a região metropolitana, diferente da sua realidade.

Entretanto, as condições de infra-estrutura e gerenciamento do curso, segundo eles, ficaram extremamente prejudicadas, pois o curso apresentou vários problemas em relação a carga horária e ao Corpo Docente. A falta de qualificação dos instrutores, suas freqüentes faltas, acarretaram graves problemas na passagem de conteúdo. Logo, a formação foi sendo realizada de modo “extra-oficial” pelos soldados já formados dos batalhões, pois foram eles que passavam suas experiências e saberes, que segundo os alunos, foram mais importantes que o conteúdo teórico das disciplinas.

Ainda sobre a formação do soldado da PMERJ, os grupos focais realizados com alunos e ex-alunos do CFAP chamaram atenção para uma disciplina e uma prática comum na escola de formação e nos batalhões-escola: **A Ordem Unida e o FLANDU** (Faxina, Limpeza e Arrumação das Dependências da Unidade).

A disciplina Ordem Unida consiste:

“A Ordem Unida consiste em trazer o homem para a disciplina. Nós ensinamos o homem a se apresentar, em termos militares, corretamente. Ele se deslocar em forma. Ele fazer os movimentos de marcha a pé firme. Tudo isso aí vai dar um condicionamento a ele de disciplina, e ele vai estar pronto para fazer qualquer movimento, depois de algum tempo já praticando a Ordem Unida, ele parado ou em movimento, em forma direitinho. Vamos ensiná-lo a posição de sentido, corretamente. Os movimentos todos para se formar uma força de sentido, para a posição de descansar. O apresentar armas, que é um movimento que se faz em grupo, estando armado ou não. São movimentos distintos, você fazer o movimento de apresentar armas desarmado e o apresentar armas você armado. Fora isso, as solenidades de formatura, solenidades de qualquer evento em que se precise de um grupamento, uma tropa em forma, ele vai estar pronto para atender o comandamento. Seja quem for que esteja lá na frente comandando, ele vai estar pronto porque ele vai ter ciência de como se faz. Isso reza a Ordem Unida.” (Sargento, 20 anos de polícia)

No item que trata dos planos e matérias das escolas já foi destacado a excessiva carga-horária desta disciplina, porém o aspecto mais enfatizado pelos alunos e ex-alunos entrevistados foi à inclusão da Ordem Unida nas ausências de professores e instrutores, ou seja, a utilização da Ordem Unida como um “tapa buracos” na formação.

“Às vezes o instrutor está escalado pra fazer determinada função, aí existe até a proposição de aula, mas a gente perde a aula por causa... Também não é culpa do instrutor. Todos eles também são militares, tiram serviço de guarda externo, aí a direção joga... a visão de cima, faz a carga horária deles e eles também não sabem. Coincide de cair no mesmo horário. Aquele horário que fica vago, informática a gente praticamente não tem aula. Informática é virtual. **. Aí todo horário que fica vago, praticamente, é substituído por Ordem Unida.**” (grifo nosso) (Grupo Focal com alunos do CFAP)

De igual modo é realizado com o FLANDU, que consiste na realização de faxina nas dependências da escola. Muitas aulas que deixam de ocorrer são substituídas pelas atividades de faxina. Como dito anteriormente, na grade curricular do curso de formação de soldados, há uma carga horária específica para esta atividade, detalhada semanalmente no QTS (Quadro de Trabalho Semanal).

“Não era para ser assim, mas pelas discussões nos bancos escolares ser tão horrível, ser tão flandu, ser tão varre-chão, a instrução não é uma questão voltada para a segurança pública, é uma instrução voltada para o militarismo, você só aprende de fato na rua.” (Grupo Focal com Sargentos).

Há reclamações da falta de aula; reclamação de “flandu”, que é a faxina que eles fazem, que eles acham que não devem fazer; eu, particularmente, acho que não deve, acho que deve ter um serviço terceirizado como tem a Academia, tá? Não sei se por falta de verba ou porque aqui acha que o soldado tem que fazer. Então, a primeira impressão que tem... quando o soldado chega e vem.. é ele chega aqui “*Vem cá, eu vim pra Comlurb (Companhia de limpeza do RJ)?*” É a primeira pergunta que eles fazem, tem uns até que brincam “*Eu vou receber brevê de vassourinha?*” (Profissional do setor de Pedagogia do CFAP)

Ao contrário do CFAP, na Academia de Polícia Militar os alunos não realizam FLANDU. O serviço de limpeza é terceirizado pela PMERJ. Eles têm somente a responsabilidade de limpar os alojamentos onde dormem.

2.4.6. Estágio Prático de Soldados e Oficiais

Para a compreensão da formação ofertada nos cursos de soldados e oficiais da PMERJ é necessário analisar como o conhecimento aprendido é operacionalizado no estágio prático. No CFO, o estágio ocorre somente no final do 3º ano, quando o aluno, após completar todo o curso, passa nove meses em algum Batalhão atuando como aspirante. Lá são avaliados pelo Comandante da Unidade.

No entanto, o que vem ocorrendo neste último ano (2005) na Academia é um estágio de uma semana em Batalhões:

“...a gente reserva uma semana, antes das férias, pro cadete fazer essas oficinas de ocorrência, dar saída numa viatura; falar com rádio; ele colocar em prática aquilo que ele aprendeu, né? Como ele atendeu uma ocorrência; como ele procedeu um primeiro socorro; como ele (...) uma operação; como ele atuar numa negociação de conflitos, negociação de conflitos com reféns, e ele sendo avaliado por aquilo ali durante uma semana, numa situação de bastante stress, físico, emocional; você não deixa ele dormir no alojamento, você coloca ele em barracas e faz a figura de acampamento; você procura fazer com que ele durma o menos possível pra ver como ele vai atuar numa ocorrência no dia seguinte, pra ver se ele vai estar psicologicamente abalado; e aí com pessoa que tá fazendo o teatrinho lá com ele e chama atenção dele, se ele vai cometer abuso de autoridade; se ele plantar a mão na cara do sujeito; se ele vai esquecer de narrar alguma coisa na delegacia; porque isso aí é o que ele vai vivenciar no dia-a-dia, ele tá de serviço 24 horas, ele pode pegar uma ocorrência daquelas que vai virar a noite e ficar com nervos a flor da pele. (Major, 15 anos de polícia)

Já no Curso de Formação de Soldados há uma previsão que o estágio seja realizado ao final do curso em um Batalhão Operacional, e supervisionado por um sargento desta unidade; mas na prática o estágio é realizado durante todo o curso.

No CFSD, ao contrario do CFO, os recrutas são empregados em atividades de policiamento deste o terceiro mês de curso, ou seja, sem o preparo adequado e ainda sem a base curricular necessária à sua formação. Realizam comumente atividades que, em tese, caberiam somente a soldados já formados; sendo regularmente escalados para desenvolverem atividades de policiamento em praias, no estádio do Maracanã em dias de jogos e em outros tipos de policiamento ostensivo. A utilização dos alunos em serviços externos durante o Curso de Formação de Soldados, tem prejudicado sobremaneira a formação dos mesmos, devido a perda constante de aulas. Isso significa dizer que a necessidade atual de policiamento sobrepõe a qualificação do soldado, pois ele é literalmente “retirado da

sala de aula” no período do curso para ser empregado no policiamento ostensivo. Foi possível perceber que esta prática também ocorre nos Cursos de Formação de Cabos e Sargentos.

“Estágio, não! Serviço! Serviço “Maracanã”... futebol... Então, por exemplo: final de ano... carnaval... jogo... natal... Ou alguém que tiver uma brilhante idéia de uma visibilidade qualquer... Aí, eles vão, mesmo!” (Profissional do setor de Psicologia do CFAP)

2.4.7. Contrastes entre o CFAP 31 Vol e a APM D. João VI

A seguir, segundo o que foi detalhado acima sobre as escolas de formação de praças e oficiais da PMERJ, será feita uma análise comparativa, apresentando os principais contrastes entre a APM e o CFAP.

Formação de Praças e Oficiais Quadro Comparativo

	Academia de Polícia D. João VI (APM)	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP)
Cursos Oferecidos	1. A APM oferece o Curso de Formação de Oficiais (CFO) – 03 anos;	1. O CFAP oferece os seguintes cursos: Curso de Formação de Soldados (CFSD) – 08 meses Curso de Formação de Cabos (CFC) – 06 meses Curso Especial de Formação de Cabos ⁴⁴ (CEFC) – 06 meses Curso de Formação de Sargentos (CFS) – 06 meses Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS) – 06 meses Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) – 06 meses
Duração dos Cursos	2. A duração do Curso de Formação de Oficiais (CFO) é de 03 anos (4817h/aula), pois equivale a uma formação de ensino superior;	2. A duração do Curso de Formação de Soldados (CFSD) é de 08 meses (1135h/aula). Mas já foi de 06 meses e 12 meses, dependendo da política de segurança em vigor ou da influência do Comandante Geral ou do CFAP. Equivale a uma formação de nível técnico;
Corpo Docente	3. APM possui corpo de professores/instrutores regular, porém não é fixo. Os professores são contratados e recebem R\$ 40,00 por hora/aula;	3. CFAP não possui um corpo regular (tampouco fixo) de professores/instrutores e os policiais que estão lotados ao CFAP regularmente são “escalados” para ministram instruções, independentemente de seu conhecimento técnico. A maior parte do corpo docente é formada por instrutores. Os professores são contratados e recebem R\$ 40,00 por hora/aula;
Material Didático	4. As apostilas são elaboradas pelo próprio professor/instrutor. Normalmente os professores/instrutores fazem uma lista com referências bibliográficas e os alunos buscam os livros, através de xerox;	4. Assim como na APM, as apostilas também são elaboradas pelos professores/instrutores. Segundo a divisão de ensino, na prova escrita, o professor/instrutor pode cobrar apenas o que foi entregue por escrito aos alunos ou o que foi estritamente falado em sala de aula;
Grade Curricular – características I	5. 50% da grade curricular do CFO (ensino fundamental) compõe-se de disciplinas da área do Direito (Civil,	5. 146h/aula do Curso de Formação de Soldados é destinado a Serviços Internos. Há apenas 25h/aula (uma disciplina) destinada ao estudo de Direito Penal;

44 A diferença do CFC para o CEFC é que o primeiro é destinado a soldados que prestaram concurso interno para cabo e precisam fazer o curso para subir de graduação; já o segundo é destinado aos soldados que já cumpriram o interstício de 08 anos para chegar a graduação de cabo e necessitam fazer o curso para “confirmar” sua divisa. O mesmo raciocínio pode ser aplicado entre o CFS e o CEFS.

	Constitucional, Administrativo, Penal, Penal Militar, Processual Penal, Processual Penal Militar);	
Grade Curricular – características II	6. A grade curricular do CFO tem como característica possuir uma continuidade lógica, onde os conteúdos dos primeiros anos servirão de subsídios para as disciplinas seguintes.	6. A grade curricular dos cursos oferecidos pelo CFAP normalmente não possuem um fio lógico de continuidade, onde as disciplinas do CFSD serão complementadas no CFC e estas no CFS e CAS. Observa-se que muitas são repetidas, talvez pela distância de tempo demasiado grande entre um curso e outro.
RDPM Carga Horária	7. A carga horária para o estudo do RDPM e do Estatuto do Policial Militar é de 120h/aula;	7. A carga horária para o estudo do RDPM e do Estatuto do Policial Militar é: CFSD – 61h/aula (Disciplina Instrução Policial Básica Individual) CFC e CEFC – 16h/aula (Disciplina Instrução Geral) CFS e CEFS – 62h/aula (Disciplina Instrução Geral);
Infra-Estrutura	8. Apesar do aumento da demanda ao longo dos anos, as condições de infra-estrutura da APM são relativamente boas e atendem aos alunos;	8. Não há infra-estrutura adequada no CFAP, sobretudo nas companhias. Déficit de alojamentos, limpeza, material de apoio, equipamentos, etc.;
Biblioteca	9. Possui uma biblioteca que funciona em três turnos (manhã, tarde e noite);	9. Não possui biblioteca;
Auditório	10. Possui um auditório com capacidade para acomodar cerca de 250 pessoas;	10. Não possui auditório. O refeitório é adaptado quando há necessidade de reunir um grande número de policiais ou então pede-se a APM a cessão de seu auditório para executar a atividade;
Informática	11. Há aulas de informática e há uma sala com cerca de 10 computadores. Ficam de 02 a 03 alunos em cada computador;	11. Há aulas de informática mas o instrutor ministra as aulas com apenas 01 computador para todos os alunos;
Estágio Prático	12. No CFO, o estágio prático ocorre apenas no final do 3º ano, quando os alunos (cadetes) são nomeados <i>aspirantes</i> , e permanecem cerca de 08 meses em uma OPM até assumirem a patente de 2º Tenente;	12. No CFSD, o estágio prático pode ser feito a partir de 04 meses de curso e tem a carga horária total de 288h/aula;
Serviços Externos	13. Os alunos da APM não assumem serviços de faxina (FLANDU), tampouco são acionados para atividades de policiamento (Maracanã, Operação Praia, Apoio, etc.);	13. Os alunos dos cursos oferecidos pelo CFAP (inclusive CFSD) são escalados para executarem serviços de faxina (FLANDU) no próprio CFAP (desde a primeira semana de curso), assim como são escalados para atividades de policiamento (Maracanã, Operação Praia, Apoio, etc.) a partir de 03 meses de curso, ou antes, além da carga

		horária prevista para estágio prático.
Cumprimen to do Cronogram a	14. O cronograma do curso é executado. Os principais problemas sem maiores problemas.	14. Por conta da demanda operacional e da não existência de um quadro regular de professores/instrutores, o cronograma do curso fica comprometido e parte da grade curricular não é cumprida.

Dentre os contrastes apresentados nesta análise comparativa o que mais se destaca são as condições de infra-estrutura em que se encontram a APM e o CFAP, tendo o segundo necessidades emergenciais de reforma e manutenção. Outro ponto importante recai sobre o emprego dos alunos em atividades de policiamento; ao contrário da APM, em que os alunos não são empregados em serviços desta natureza, os recrutas (assim como os alunos do CFC, do CFS e do CAS) são constantemente empregados em serviços externos de policiamento, prejudicando sobremaneira a qualificação, comprometendo a execução do currículo, além de gerar falta de motivação entre os policiais para realizarem cursos no CFAP.

PARTE 3 – PROCESSOS DE TRANSMISSÃO, ATUALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM DOS CONHECIMENTOS NA PMERJ.

A análise do processo de aprendizagem e transmissão dos conhecimentos práticos entre os policiais militares, sejam praças ou oficiais, é um dos eixos fundamentais deste projeto.

Há no Brasil, como foi possível constatar no levantamento bibliográfico, uma produção acadêmica relativamente recente sobre formação policial, entretanto, pouco acúmulo existe sobre os processos de construção dos conhecimentos práticos entre os policiais, sobretudo, buscando compreender os mecanismos de atualização e as estratégias de transmissão e assimilação de novos conhecimentos.

Neste sentido, o desafio colocado estava em mapear os mecanismos formais de atualização, disponibilizado pela PMERJ, bem como, através da análise dos discursos dos atores envolvidos, identificar quais eram os caminhos informais que estes buscavam para promover seu aprimoramento profissional.

Ao falar de processo de ensino e aprendizagem ainda cabe lembrar que no interior de instituições militares, como é o caso da PMERJ, tem-se definido, previamente, que todos os procedimentos devem estar normatizados, através de seus manuais, regimentos e regulamentos; entretanto, ao longo da pesquisa foi possível perceber que há muito tempo não há uma sistematização dos conhecimentos profissionais de polícia que seja acessível e disponível a todos⁴⁵

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao descompasso, em muitos casos, entre a estrutura formal e o discurso dos oficiais, praças e demais integrantes da área de ensino sobre como se aprimora o chamado “fazer policial”, isto é, a prática profissional. É recorrente na fala dos policiais de que “*na prática (policial) é outra coisa*”; discurso que reforça a dicotomia entre o saber formal, adquirido nas escolas e a prática policial; ou seja, entre um saber que é transmitido coletivamente no espaço da escola e a lógica individualizada que pressupõe que cada um deve correr atrás do “seu” saber de polícia.

Logo, para pensar melhorias no processo de formação dos profissionais de polícia, não se pode esquecer de olhar atentamente para o que não está formalmente estabelecido no currículo (currículo oculto). Neste caso, é necessário

⁴⁵ Tal aspecto será melhor detalhado no tópico mecanismos de atualização dos conhecimentos.

buscar compreender em que medida há dissonância ou consonância entre o saber formal e o saber prático e quais são as implicações destas questões na atuação legal e legítima do exercício da autoridade policial.

Diante deste enfoque analítico, a pesquisa buscou dar conta dos seguintes aspectos:

- a) Como são estruturados os processos de formação continuada;
- b) Quais são os mecanismos de atualização dos conhecimentos disponíveis;
- c) Como os atores policiais (praças e oficiais) dizem construir o chamado “saber prático”.

3.1. O Desafio da Formação Continuada

“Quem trabalha em educação já tem de cor na mente um ditado que diz que a educação é um processo contínuo e permanente, coisa que vem desafiando a corporação adotar integralmente esse tipo de orientação, porque, não raro, a Polícia Militar forma e depois **não** submete este homem a treinamentos seqüenciais de curta duração”. (grifo nosso) (Coronel PM, 32 anos na PMERJ).

Na estrutura policial militar de ensino, como descrito anteriormente, estão previstos cursos regulares que se constituem como pré-requisitos para ascensão na carreira policial, seja no ciclo de praças como no de oficiais.⁴⁶

Durante o intervalo de tempo para a realização de um curso regular, pré-requisito para ascensão, é possível realizar cursos complementares à atualização dos conhecimentos. Tradicionalmente, a PM denomina tais atividades complementares como “instruções de manutenção”, expressão recorrente no mundo militar. Esta “instrução de manutenção” é regulada pela DEI-4 e operacionalizada pela PM-3, setor do Estado Maior Geral da PMERJ, responsável pelas políticas de planejamento operacional, que, por conseguinte, aciona os Batalhões de Polícia Militar determinando a realização de instrução para todo o efetivo de acordo com alguma nova demanda operacional que tenha surgido.

Ao ocorrer qualquer mudança no procedimento operacional, a PM-3 produz as novas diretrizes, numa estrutura conhecida como “Nota de instrução” que é publicado integralmente no Boletim Interno da Polícia Militar – (BOL PM) para que, em tese, toda a PM tenha acesso.

⁴⁶ Ver capítulo sobre o Sistema de Ensino na Polícia Militar, tópicos 2.2.1 e 2.2.2.

Oficialmente é a partir desta publicação que cada unidade deve promover a divulgação dos novos procedimentos para os policiais; realizando, assim, as “instruções de manutenção”.

“Isso aqui, boletim da PM, que é ostensivo, tem circulação restrita, soldado não vê isso.” (Coronel PM (2), integrante da Diretoria de Ensino e Instrução)

Tendo em vista que os soldados correspondem a 49,8%⁴⁷ do efetivo da instituição, o acesso restrito ao principal documento formal se configura num problema importante para a atualização dos procedimentos operacionais, como será descrito a seguir.

3.2. Os Limites dos Mecanismos de Atualização dos Conhecimentos Práticos

“A polícia ela tem diversos meios de mudar os procedimentos, não é? Mas é através do boletim da PM e o mais normal é se estabelecer, se confeccionar, notas de instrução, que a gente chama. Então, se, por exemplo, tem procedimento com relação a policiamento de praia ‘Vamos reprimir agora raquete de frescobol’. Aí como é que você vai agir em relação a raquete de frescobol? Aí vem publicado no boletim da PM ‘A raquete de frescobol pode ferir as pessoas’. (Coronel PM, integrante do CFAP)

As atualizações, intituladas “notas de instrução”, carregam em si o esforço da adequação da dinâmica real aos procedimentos policiais; porém, existem alguns problemas relacionados a este esforço que necessitam ser explicitados, a fim de serem melhor compreendidos.

Ao se recorrer a um passado recente tem-se a constatação que na década de 80 a PMERJ promoveu um amplo investimento de produção e sistematização do conhecimento de polícia. Ao longo desta década, e no início da década de 90, foram produzidos diversos manuais que visavam não só sistematizar o conhecimento necessário ao exercício da atuação policial, como também padronizar os procedimentos profissionais, à luz do marco constitucional vigente⁴⁸. Tal esforço foi promovido pelo Cel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira, que se transformou em importante referência para as Polícias Militares no Brasil.

⁴⁷ Fonte: PM1/2005.

⁴⁸ Ver lista de manuais contida nas referências bibliográficas.

Cabe destacar, a fim de ilustrar a situação atualmente vivida, que o Manual Básico do Policial Militar, que deveria se configurar como o principal guia para a ação policial nas ruas, data de 1987. Desde então, as atualizações são feitas de maneira isolada, através do expediente da “nota de instrução”.

Isto significa dizer que há 19 anos não são atualizadas de modo sistêmico, a filosofia do emprego policial, a doutrina e os procedimentos operacionais que se baseiem numa mesma matriz conceitual. O que tem ocorrido, ao longo do tempo, é a proliferação de “notas de instrução” que buscam responder demandas operativas emergenciais e que não guardam, muitas vezes, conexão umas com as outras ou que até mesmo se contrapõem umas às outras. Logo, o fato de constantemente estarem sendo publicados novos procedimentos promove, entre os policiais, a sensação constante de estarem desatualizados, de não terem lido o último informe e de estarem distantes da normatização dos procedimentos.

O que se constata, em termos de atualização dos novos conhecimentos é que há enorme fragmentação do conhecimento profissional de polícia, tendo em vista, como já dito, que tal lógica só consegue responder a eventos emergenciais.

A implicação clara desta fragmentação dos procedimentos é que os policiais, no exercício diário de atendimento às demandas da população, operam sem um conjunto único de procedimentos que sustente seu trabalho; o que permite que cada um, isoladamente, crie as suas “próprias técnicas” sem dialogar com uma base comum de mecanismos profissionais, já que estes não estão previamente disponíveis.

É importante lembrar que ao se tratar da atividade policial de ponta, os eventos atendidos podem guardar semelhanças entre si, mas nunca serão iguais uns aos outros. Isto significa dizer que a cada evento que demanda uma ação policial, os agentes terão a necessidade concreta de atuarem de uma maneira única porque a situação real também é única. Entretanto, tal fato não pode se traduzir, de modo algum, numa prática em que cada policial crie isoladamente seus “próprios procedimentos”, que não dialoguem com um conjunto de orientações básicas e balizadoras para todos.

Esta situação provoca recorrentemente a sensação de cada policial está “falando uma língua diferente” e, por conseguinte, que cada unidade policial é, em si, uma polícia específica. Deste modo, a população em geral está diante de um

contexto agudo de imprevisibilidade na ação policial, o que provoca dificuldade em aceitar suas ações policiais, mesmo que tecnicamente corretas.

Algumas citações, extraídas das entrevistas e dos grupos focais realizados, ajudam a compreender a problemática relacionada aos limites e as implicações da atualização dos conhecimentos práticos. Formalmente, estão definidas as “instruções de manutenção”, assim como o pleno acesso dado ao policial militar para solicitar de seu superior hierárquico, apoio para atualizar-se em termos procedimentais, como ilustrado abaixo:

“Os mecanismos de atualização nos batalhões são as instruções de manutenção. Todo Batalhão tem um coordenador de ensino e instrução. O policial que se sente desqualificado em qualquer matéria, em qualquer disciplina, em qualquer ação, ele deve procurar esse coordenador para que esse coordenador tenha condições de orientá-lo, de esclarecê-lo, de educá-lo ou, se for o caso, matriculá-lo num curso de reciclagem...”. (Coronel PM, integrante da Diretoria de Ensino e Instrução)

Todavia, ao perguntar sobre os mecanismos de atualização para outro integrante da Diretoria de Ensino e Instrução, este aponta que o mecanismo usual se dá pela troca informal, pelas conversas de corredor, onde um policial passa para outro aquilo que “ouviu falar” em termos de mudanças, como se fosse uma brincadeira de “telefone sem fio”.

“Então, como é que o policial fica sabendo dessas atualizações? Porque o outro fala. Alguém diz pra um, pra outro e um vai falando para o outro e aí a coisa se alastra. É uma fórmula empírica de se adquirir novas informações.”

“Não há um momento no batalhão para ele obter essa instrução? Dificilmente, hoje! O Batalhão vive, hoje, um redemoinho. Muitas das vezes, o soldado não sabe nem qual é o nome do comandante dele. Ele entra no batalhão, tira a falta, vai na reserva, pega o armamento e vai para a rua. Não sabe nem qual é o nome do Comandante, nem se trocou o Comandante.” (Coronel PM (2) – integrante da Diretoria de Ensino e Instrução)

Ao anunciar que a aquisição de novos conhecimentos se traduz numa *fórmula empírica*, a PM abre um espaço concreto de construção dos conhecimentos a partir de parâmetros essencialmente pessoais, que não dialogam com os expedientes formais, traduzindo-se em frases do tipo: “na rua sou eu que decido” ou que o PM deve atuar no “calor dos acontecimentos”. Neste sentido, pode-se afirmar

que esta falta de regularidade em transmitir as informações necessárias à atuação policial, implica cada vez mais numa dificuldade de controlar e avaliar o desempenho policial.

“Isso (mecanismos formais de atualização) não existe... Existe na Academia, no CFAP, nos BPM's, talvez no Batalhão de Choque, unidades que tenham o seu efetivo interno. Agora, as unidades eminentemente operacionais, de jeito nenhum. “Isso já existiu, vai num tempo longínquo, quando eu era Tenente...”. (Coronel PM (2) – integrante da Diretoria de Ensino e Instrução)

Há também entre os policiais a idéia de associar a necessidade de atualização dos conhecimentos profissionais a um esforço e interesse pessoal. Como se a informação estivesse totalmente disponível, cabendo exclusivamente ao policial ter iniciativa de aprimorar-se.

“Olha, isso vai da necessidade de cada um, da convicção de cada um. Então, eu vi gente que não se atualiza. Eu vejo gente que tem a 99/95, é tem a lei nova de 95... Pôxa, já tem dez anos já. Em 97, mudou o Código de Trânsito Brasileiro, tem gente que não sabe nada, está se referindo ainda ao antigo código, porque foi o que aprendeu aqui.” (Major PM, integrante da Academia de Polícia Militar – APM).

“Se eu não, por livre iniciativa, não voltasse para os bancos escolares às minhas custas, pagando uma faculdade, pagando um curso de mestrado, a corporação não se interessaria em me fazer estudar”. (Coronel PM (2), integrante da Diretoria de Ensino de Instrução).

A citação do Major, acima reproduzida, acaba surgindo como justificativa recorrente entre os policiais (oficiais e praças) de que a melhoria do desempenho policial está atrelada a um interesse pessoal, o que implica em excluir da corporação a sua responsabilidade de criar e difundir os mecanismos formais de atualização de conhecimentos. Por outro lado, a citação seguinte, explicita claramente que a “livre iniciativa de estudar” ocorre na medida em que a corporação sinaliza que a formação continuada não é uma de suas preocupações centrais, e por isso, aqueles que se sentem despreparados irão, de forma isolada, buscar o conhecimento.

Na pesquisa foi possível constatar, através de diversas fontes, que não há uma política integrada e clara de formação continuada para nenhum dos níveis hierárquicos, como constata o policial a seguir:

“O que ela quer saber exatamente é se existe alguma maneira corporativa de atualização de conhecimento. Resposta: não existe. Não existe um incentivo dentro da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que fale: “Olhe, oficiais, de tanto em tanto tempo, vocês irão para o curso de atualização profissional”. Não existe”. (Capitão PM, 14 anos de Polícia).

3.3 O que pensam Praças e Oficiais sobre a Construção do Saber Prático

É comum ouvir dos policiais de ambos os ciclos que “*ser policial se aprende na rua*”, como estratégia de contrapor aquilo que, formalmente, se aprende ao do que, de fato, se usa e pratica.

No caso específico dos sargentos de 15 a 20 anos de profissão que foram consultados, a ênfase do modelo militar e a baixa qualidade das aulas aparece novamente como fator de desajuste entre o que é ensinado e o que realmente é necessário para se prestar um bom serviço de polícia para a sociedade.

Neste cenário, quais são os caminhos utilizados pelos policiais para obter um conjunto de informações necessárias à sua atuação prática?

Se de fato é na prática que os policiais aprendem; a figura central para que isto ocorra é o chamado “policial mais antigo”, aquele que se busca observar, numa lógica quase que mimética, reproduzindo o que o “mais antigo” está fazendo.

Uma análise crítica deste processo de *mimetização* leva a destacar o risco de policiais jovens atuarem a partir de procedimentos que policiais antigos julgam ser corretos, sem que ao menos dialoguem, em sua maioria, com o que é legal e formalmente estabelecido.

Isto não significa dizer que a PMERJ não atue legalmente, reafirma apenas que a falta de expedientes formais atualizados cria uma ambiência favorável para que cada um atue segundo seus critérios.

Outro importante caminho em busca do “saber prático” policial recai sobre o tipo de policiamento em que se vai atuar, logo, o trabalho de campo permitiu perceber que modalidades de policiamentos, tais como, o da Rádio Patrulha – RP e o famoso Policiamento Ostensivo – PO são considerados estratégicos.

A RP foi apontada como tipo de policiamento que coloca o policial em contato com a maior diversidade possível de ocorrências dentro da Polícia Militar. Para os policiais este seria um tipo de serviço mais adequado aos considerados

mais “maduros”, com a “personalidade profissional” mais consolidada em virtude da variedade de situações a serem enfrentadas.

O serviço de Policiamento Ostensivo, por outro lado, possibilita um contato mais direto com a população, afinando o chamado “tirocínio”⁴⁹ policial para os diversos “tipos suspeitos”, com o intuito de diagnosticar as redes locais e os ambientes, além de expor o policial a uma variedade enorme de demandas de uma maneira gradativa.

“(…) Agora, o local pra deixar o policial, na gíria, malandro, descolado, é um bom PO (Policiamento Ostensivo), porque ele vai trabalhar no Policiamento Ostensivo, ele tá ali na rua ele passa a conhecer todas as pessoas; o que fazem as pessoas; como agem (...)”. (Sargento PM, 17 anos de Polícia).

Nas narrativas dos policiais chama a atenção, principalmente dentre os oficiais, que no momento que estão numa atividade ostensiva, aquilo que é formalmente definido, com base na norma jurídica, é colocado em xeque, isto é, “fazer a coisa certa” nem sempre é aquilo que está definido nos manuais. Bom exemplo disto é traduzido no relato a seguir:

“Então, quando eu cheguei ao Batalhão, cheguei realmente cru, sem saber nada, sem maldade nenhuma de nada. Então, por várias e várias e várias vezes, eu me deparei com situações, em que eu tive que pensar o que é que eu estava fazendo ali, se eu tinha uma ordem legal pra cumprir, e, de repente, eu tinha uma ordem – vamos dizer assim – da administração para não cumprir a ordem legal”. (Capitão PM, 13 anos de Polícia)

“Eu me deparei com uma certa resistência, diria até com um certo temor, um certo medo, por parte deles comigo, porque eu queria que as coisas fossem feitas da maneira direita, da maneira certa, mas eu percebia que, misteriosamente, as coisas, para elas serem feitas da maneira certa, elas não eram. Mesmo que viesse a ordem de onde tivesse que vir, vinha uma ordem misteriosa, que fazia com que as coisas não ocorressem da maneira certa, como tinha que ocorrer”. (Capitão PM, 12 anos de Polícia)

⁴⁹ Jargão utilizado pelos policiais para ilustrar “habilidades” identificadas como fundamentais, tais como: vivacidade, sagacidade, faro, perspicácia entre outros.

Há um sentimento generalizado entre oficiais intermediários (tenentes e capitães) que ao saírem da Academia⁵⁰ estarão diante do desconhecido, diante de uma realidade que não foi minimamente apresentada a eles e que não condiz com os expedientes que lhes foram ensinados. Portanto, a prática profissional aparece como algo *subjetivo*. Como é destacado nesta citação:

“A percepção que nós temos que ter, ela simplesmente ela é subjetiva, ela é afeta a cada um de nós. Chegou no batalhão: “Olha, meu irmão, agora é contigo mesmo. Você se vira”, tipo... Não é se vira, não vai ter orientação; é tipo: cabe a você **perceber** o que está acontecendo em volta de você; ninguém vai ficar te avisando, não. É mais ou menos... Ninguém falou isso, mas fica uma coisa um tanto quanto subjetiva. Até você descobrir o que está acontecendo, fica um certo tempo no ar. É isso!” (grifo nosso) (Capitão PM, 14 anos de Polícia Militar).

Ao mesmo tempo, como os oficiais são socializados para comandar, gerenciar, “ser o corpo pensante da instituição”, o nível de exigência sobre o seu desempenho profissional é elevado. Entretanto, o que se pode observar é que tais atores ainda não possuem a maturidade nem a vivência que enfaticamente é atribuída ao número de anos acumulados de trabalho nas ruas.

Logo, uma importante estratégia de sobrevivência é estar próximo das praças, na qualidade de aprendizes, reproduzindo, então, a mesma lógica de aprendizado entre soldados (novatos) e sargentos (mais antigos). Porém, por se tratarem de oficiais, eles apontam que tal relação implica num “teste de fogo” - a todo tempo as praças (subalternos) estão testando a capacidade de seus oficiais (superiores).

“Só que essa palavra “oficial”, ela traz consigo uma carga muito grande, uma carga simbólica muito grande. O oficial é o quê? É o conhecedor do ofício. O oficial é isso: ele é o conhecedor do ofício. Só que quando a gente chega num lugar, a gente não conhece nada, ou conhece muito pouco, você conhece muito menos do que deveria conhecer. Daí, as experiências, você aprende muito com o praça que trabalha ali. Realmente, você aprende!” (Capitão PM, 13 anos de Polícia).

“A gente teve até uma criação dentro de praça; a gente respeita o pessoal que é mais antigo; todos aqui... que estão aqui, até por

⁵⁰ Após 03 anos de curso, os oficiais vão trabalhar nos Batalhões comandando praças com mais anos de polícia (normalmente 10 ou 15 anos) que o seu tempo de curso, gerando certa insegurança entre eles por um lado e a necessidade de ouvirem “os mais antigos” por outro.

coincidência, tiveram essa formação. Então, aprendi com eles? Aprendi. Só que eles nos impunham o teste: 'Vamos ver se é bom mesmo'. E a gente tinha que ir. Chegou ao ponto que nós ficamos viciados em adrenalina... A gente era viciado em adrenalina, porque o dia que a gente não ia pra rua e não trocava tiro, a gente ficava mal-humorado, frustrado". (Capitão PM, 12 anos de Polícia)

Por fim, destaca-se que o modo de transmissão e aprendizagem de novos conhecimentos práticos, tanto para praças como para oficiais, opera a partir de um jogo de acertos e erros praticados geralmente pelos mais experientes. Segundo os policiais, estes testes "ao vivo e a cores" permitem-lhes criar parâmetros empíricos para atuar numa próxima situação com maior possibilidade de acerto.

"O que a gente aprende é, às vezes, no erro das pessoas, uma coisa que já tenha acontecido, que você se encontra na mesma situação, e diz: 'Fulano já fez assim, e deu errado, e fulano fez assim e não deu'". (Sargento PM, 17 anos de Polícia)

PARTE 4 - A AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE PRAÇAS E OFICIAIS

Neste capítulo estarão sendo apresentados os mecanismos e os critérios de avaliação praticados no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e na Academia de Polícia Militar D. João VI.

Ao propor descrever os mecanismos internos de avaliação, inevitavelmente, estará sendo feita uma apreciação geral de ambas as escolas de formação, tendo em vista que os processos que avaliam os alunos terminam por refletir a política instrucional das escolas. Por conseguinte, todos aqueles que participaram da pesquisa, sejam alunos ou policiais já formados, acabaram se sentindo à vontade para passar em revista a proposta educacional ora praticada.

4.1. Avaliando o Aluno: Recrutas e Cadetes

Quais são, portanto, os instrumentos de avaliação utilizados na formação de soldados e oficiais?

Dentro da estrutura de ambas as escolas está o setor denominado “Divisão de Ensino” responsável por todo planejamento e execução do ensino e da instrução⁵¹. Toda esta estrutura está voltada para a vida acadêmica dos alunos, interface com os professores, instrutores e diálogo com a Diretoria de Ensino e Instrução.

Sem ser diferente das escolas tradicionais, tanto o Curso de Formação de Soldados quanto o de Formação de Oficiais utilizam, em sua grande maioria, o recurso da prova escrita para mensurar o grau de conhecimento do aluno sobre o assunto. Dado curioso é que até mesmo as chamadas disciplinas práticas, priorizam esta forma de avaliação.

Compete a Divisão de Ensino o controle das avaliações, através de provas teóricas e práticas, além de ser responsável pela correção e arquivamento de todas as informações referentes à vida do aluno em termos de notas.

⁵¹ Tal estrutura de Divisão de Ensino se repete no CFAP, exceto em relação a biblioteca, tendo em vista que o CFAP não possui. Sobre Divisão de Ensino, ver tópicos 2.2.2 e 2.2.3.

Todavia, o processo de avaliação de um recruta e/ou cadete não se restringe ao seu bom desempenho acadêmico no conjunto de disciplinas que é obrigado a cumprir. Vale destacar que o processo de ensino e aprendizagem numa instituição que carrega a marca militarista implica, sobretudo, na internalização do *ethos militar*, isto é, na disciplinarização dos alunos às regras deste mundo, buscando efetivamente distanciá-lo das marcas que carregam do mundo civil⁵².

O setor responsável por promover a transformação de um jovem em policial militar é o Corpo de Alunos⁵³, setor que se diferencia da Divisão de Ensino no sentido de ter a responsabilidade exclusiva de acompanhar e avaliar a vida do aluno fora da sala de aula, isto é, avaliar disciplinarmente sua conduta enquanto futuro praça e/ou oficial, bem como sua postura diante dos colegas.

O comportamento fora da escola também faz parte da avaliação disciplinar, o que leva os alunos, durante o curso, a manterem-se em constante estado de vigília. Ações ou atitudes reprováveis na visão social podem resultar em punições ou na exclusão do aluno.

“Por exemplo, foi uma coisa que um aluno fez fora, andar com o carro de placa raspada, e foi expulso.” (Aluno CFAP)

É comum que os integrantes da PMERJ refiram-se ao Corpo de Alunos como lugar onde se “formata” os indivíduos para serem policiais militares. Isto é, lugar onde cotidianamente os valores e símbolos da corporação são cultivados.

Como descrito no capítulo sobre formação policial, a disciplina Ordem Unida possui vasta carga horária e não por acaso, desempenha papel fundamental neste exercício diuturno de internalização da regras e do *ethos militar*. Neste sentido não causou estranhamento o fato de que oficiais e praças vinculados ao Corpo de Alunos também fossem responsáveis pela aplicação desta disciplina.

Todo o processo ritual militar conduzido pelo Corpo de Alunos baseia-se nos Regimentos Internos do CFAP e da APM D. João VI, mas, sobretudo, no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar - RDPM. Já o recurso utilizado para registrar a vida disciplinar do aluno ao longo de seu processo de formação é conhecido como Ficha de Avaliação Disciplinar – FAD. Esta ficha configura-se em

⁵² Para compreender melhor os processos de *disciplinarização do eu* em instituições militares consultar a obra de Michel Foucault. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes.1975.

⁵³ Outras informações sobre Corpo de Alunos ver itens 2.2.2 e 2.2.3.

importante instrumento para definir sua colocação geral. A FAD é intitulada vertical por se tratar de uma avaliação que o oficial do Corpo de Alunos faz sobre cada aluno.

A Ficha de Avaliação Disciplinar busca mensurar atributos que para instituição aparecem como fundamentais aos futuros policiais, todavia, muitos destes itens configuram-se como extremamente difíceis de serem mensurados de modo quantitativo⁵⁴. Eis alguns dos principais aspectos avaliados: praticidade e objetividade, criatividade/imaginação, motivação, maturidade, interesse, adaptação grupal, auto-confiança, lealdade, além de perseverança e tenacidade.

Percebe-se que o processo de ensino e aprendizagem dos valores da corporação está substancialmente pautado numa avaliação disciplinar que tem como principal sustentáculo a punição.

Agora, cabe compreender quais são, preferencialmente, as indisciplinas praticadas passíveis de punição.

Neste caso, o foco punitivo está no não cumprimento estrito das regras do mundo militar. Tal citação pontua alguns dos desvios passíveis de punição:

“Acho que algumas vezes é um pouco exagerado, né? Perder o final de semana porque não arrumou a cama; esqueceu de engraxar o coturno; acho que cobrança é meio exagerada e isso é constante; você perde sexta, sábado e domingo porque não penteou o cabelo.”
(Aluno APM, 1º ano)

Portanto, não seguir à risca as exigências da postura e doutrina militares, como marchar corretamente; carregar uma arma de maneira inadequada; não respeitar os símbolos militares; estar desleixado com sua aparência e não cumprir as referências aos seus superiores de modo adequado, pode levar a uma punição severa, tornando-se rotineira na vida do aluno e ganhando, em muitos casos, mais espaço no processo de formação do que as exigências relacionadas a aquisição de conhecimentos necessários ao exercício da atividade policial.⁵⁵

⁵⁴ A FAD é empregada ao final do 1º e do 2º semestre. É aplicada por um avaliador designado pelo Corpo de Alunos e utiliza os seguintes parâmetros de classificação: Muito Bom (8,33 ou maior); Bom (entre 6,66 e 8,33); Regular entre 5,0 e 6,66 e Insuficiente (menor que 5,0).

⁵⁵ Outro instrumento de avaliação levantado pela pesquisa intitula-se Ficha de Informações de Graduados que é utilizado para avaliar Sargentos (graduados) quando estão atuando nos Batalhões Operacionais. Neste instrumento está previsto avaliar o policial em 17 atributos entre qualidades classificadas como pessoais e funcionais. Eis alguns exemplos: A - Caráter (lealdade e amor a verdade, energia e perseverança, entre outros); C- Espírito e conduta policiais militares (espírito de

4.2. Avaliando a Escola: O que pensam Recrutas e Cadetes

A análise, em separado, do discurso dos alunos do CFAP e dos alunos da APM mostra ser possível constatar que os primeiros apresentam um certo descontentamento sobre sua escola de formação, já que parte do tempo que estariam programados a assistir aulas, estão envolvidos em atividades que não correspondem ao processo de formação.

Dito de outra forma, é fato recorrente que os alunos do CFAP estejam, constantemente, sendo empregados em atividades relacionados à manutenção da unidade, realizando faxina, pintura e demais atividades braçais ou em outras situações onde, antes mesmo de estarem formados, já começam a atuar no policiamento ostensivo em praias, shows e demais eventos públicos.

O CFAP por sua vez, não cria uma ambiência favorável para o estudo, já que não possui biblioteca, sala de informática, nem qualquer outra estrutura que estimule o processo de ensino e aprendizagem da profissão policial.

Por outro lado, a APM é avaliada como tendo excelente infra-estrutura para que os alunos se desenvolvam, até mesmo em comparação com outras escolas de oficiais do país. Entretanto, a maior crítica feita é a falta de uma cultura acadêmica de produção de conhecimento, aspecto que se traduz no fato dos alunos oficiais não produzirem monografias ao final de sua formação, bem como não utilizarem instrumentos metodológicos científicos para a produção do conhecimento adquirido. O viés jurídico na formação é bastante valorizado, como destacado ao longo do trabalho, inviabilizando, por muitas vezes, uma abordagem multidisciplinar da problemática policial.

Outra avaliação realizada por ambos os segmentos aponta, ao longo da formação, um profundo afastamento entre os alunos oficiais e os alunos praças. Não está estruturada formalmente nenhuma perspectiva de aproximação destes dois mundos, somente a referência distante de que um dia, uns estarão comandando e outros obedecendo. Neste sentido, ambos os ciclos configuram-se essencialmente em mundos de formação paralelos e, como tal, nunca se comunicam; todavia, no momento em que estão prestes a atuar numa unidade operacional, se encontram

camaradagem e relações humanos, entre outros) e G – Capacidade Física (resistência à fadiga, disposição para o trabalho).

diante do fato de terem necessariamente que trabalharem juntos, sem ao menos compreenderem claramente a “natureza da missão” de cada um.

4.3. Considerações sobre os Impactos do Processo de Formação na PMERJ

A partir das descrições e análises realizadas acerca do processo de formação dos policiais, assim como sobre os processos de atualização e transmissão dos conhecimentos adquiridos ao longo da sua trajetória profissional, foi possível identificar dois pontos importantes.

Serão descritas a seguir as implicações do processo de formação e sua relação com a constante demanda do aumento de policiais trabalhando nas ruas. O que faz mais diferença neste sentido: a qualidade ou a quantidade?

Outro aspecto importante descrito abaixo recai sobre a avaliação dos policiais militares em sua rotina operacional de trabalho. Uma vez formados, os profissionais são submetidos a um processo de avaliação cujos critérios são bem distintos dos adotados nas escolas de formação, gerando mais uma vez contradições entre a formação e a aplicação desta no seu dia a dia.

4.3.1. Qualificação Profissional X Demanda Operacional: Qual é o Grau de Importância dada à Formação?

Dentre os inúmeros discursos apresentados ao longo dos 06 meses de realização da pesquisa, foi possível registrar alguns pontos que se configuram como centrais para a PMERJ, ao se tratar de temas relacionados à formação básica e à qualificação continuada de seus quadros.

O grau de importância dada à formação pela PMERJ e por seus integrantes não pode ser compreendido isoladamente, tendo em vista a relação entre a qualificação profissional e a demanda operacional por policiamento no Estado do Rio de Janeiro.

Tendo estas questões como norteadoras, optou-se por apresentar os dilemas para melhor compreender a dinâmica da instituição, sem a pretensão de apresentar conclusões.

Ficou evidenciado que o tema da formação não é uma prioridade institucional. No caso específico das praças, maioria esmagadora do efetivo, a PMERJ opera no curtíssimo prazo, buscando responder a demandas emergenciais de ampliação de seus quadros, traduzindo-se, como muitos de seus integrantes relatam, numa “fábrica de produzir soldados”.

A influência política nas diretrizes da instituição provoca uma oscilação no número de meses destinados à formação de seus quadros, bem como na escolha das disciplinas que serão ofertadas. Tal fato é percebido pelos integrantes como um enorme descaso da instituição o que provoca falta de credibilidade nas instituições de ensino, abrindo espaço para somente valorizar a experiência adquirida na rua, na empiria, na lógica do jogo de acertos e erros, segundo os próprios critérios dos policiais.

“Também varia. Hoje, nós estamos com um curso um pouquinho mais longo de 08 meses. Já foi de 1 ano, já foi de 06. Isso vai variando de cada tempo e a necessidade da corporação em ter efetivo. Esse é o nosso maior dilema: efetivo! Muitas das vezes, **o número pretere a qualidade**. Precisamos colocar mais 4.000 homens na rua, mais número. E a qualidade fica a desejar. Ele vai aprendendo durante o exercício da profissão. Evidentemente, é um erro”. (grifo nosso) (Coronel PM, integrante da DEI)

“Pela própria demanda de serviços, e a própria voz do povo, isso não está muito forte não, porque o pessoal quer polícia na rua, não importa qual a qualificação que esse policial tenha. Ele quer ver um boneco na rua, quer se sentir seguro com algum fardado na rua. E a corporação, de modo geral, está sendo arrastada por essa voz do povo querendo o policial na rua”. (Coronel PM, integrante do CFAP)

Este sentimento de descaso ou de não importância à formação sinalizada pela instituição tem desdobramentos em todos os profissionais da polícia, independente da graduação ou patente, revelando, como já dito anteriormente, que, como estratégia de sobrevivência institucional, os policiais por conta própria procuram se qualificar a fim de responder às demandas operacionais que se colocam diante deles.

“Apesar de todos os vieses eu acredito que ele sabe que no fundo, no fundo, aquilo ali é importante pra ele; ele sabe que é importante, só que ele despreza por fatores adversos; pelo próprio fato da Instituição em si, às vezes, não demonstrar essa importância quando tira ele da sala de aula pra poder empregar no policiamento e não é nem por culpa não, é o sistema em si, o cobertor é curto, ele não tem como...” (Major, integrante da APM)

Os sargentos que participaram dos grupos focais ressaltaram importante aspecto a ser considerado. Na sua visão, a não valorização da qualificação profissional tem impacto direto na imagem que a polícia tem junto a sociedade, já que o produto “policial” que é colocado na rua não está preparado a altura de atender as demandas da população.

Logo, para este grupo de policiais (praças), a Polícia Militar não prima por uma formação qualificada e, por isso, as praças são as mais atingidas por este descaso. Isso seria o grande erro da corporação, visto que sua imagem está intimamente relacionada à qualidade do serviço prestado por estes soldados, cabos e sargento, que representam mais da metade da corporação.

“(...) Só que quem tá na rua são os soldados e cabos e os sargentos também, esse homem tem que ser preparado porque esse homem é vai vender o produto, que vende o produto policial militar. (...) Tem uma frase de Platão que ele fala assim: “Aos sábios cabe o governo, os sábios são feitos pra dirigir e aos menos inteligentes cabe apenas obedecer cegamente” Então, é isso que eles acham; que eles são sábios e que nós somos ignorantes, então basta obedecer. Então, quando vai pra rua tá aquele policial ali, ele não sabe o que faz, na verdade, a polícia não quer o serviço do policial, ela quer o policial de serviço.” (Grupo focal com Sargentos)

4.3.2. Depois da Formação: Critérios de Avaliação do Policial Militar no dia a dia

Ao dialogar com os policiais, praças e oficiais com mais de 10 anos de profissão, estes acabaram suscitando o debate sobre como a corporação os avalia, isto é, como é mensurado o chamado “desempenho policial”.

Logo, o que é ser produtivo em termos policiais?

Neste momento da análise, pode-se afirmar que há uma inversão de prioridades. No processo de formação policial é maior o grau de exigência em torno do cumprimento da ritualística militar; já no exercício da profissão a exigência se volta para que o desempenho policial se traduza em resultados “positivos” para a corporação, em especial, quando se logra êxito em prender indivíduos e apreender drogas e armas.

Portanto, tanto oficiais quanto praças sinalizam estarem divididos basicamente entre dois paradigmas de avaliação: o grau de ajustamento do policial

à doutrina militar, em sua postura e apresentação pessoal; e a chamada “produção policial”, ou seja, a quantidade de prisões e apreensões realizadas em um período determinado. Este dois paradigmas os colocam, freqüentemente, diante da dicotomia de ser “bom” ou “mau” policial de acordo com os critérios de avaliação da instituição.

O debate realizado com os participantes da pesquisa sobre o “bom policial” conduziu a algumas observações interessantes. O discurso inicial era de que a corporação busca um policial ajustado à doutrina militar – bota engraxada, barba feita, farda impecável, dócil e que não questiona as ordens de seus superiores.

No entanto, logo foram apresentados discursos que se encarregaram da desconstrução desta idéia, anunciando que o importante para um batalhão eram os altos níveis de “produção policial”. Sendo assim, o “bom policial” para estas unidades apareceu como um policial sujo e maltrapilho que acabou de voltar de um dia inteiro de incursões que engordaram as estatísticas (de prisões e apreensões) de seu BPM. Baseado nestes critérios, o policial que exerce funções administrativas dificilmente seria bem avaliado; a não ser que mantenha relações próximas com alguma instância de poder: o comandante da unidade, algum oficial intermediário ou superior, e, até mesmo, um praça que esteja estrategicamente posicionado na pesada estrutura burocrática da corporação.

Tal questão sinaliza para o fato de não existem critérios claros de avaliação do desempenho policial, residindo aí um grande problema. A avaliação por “produção policial” geraria um paradoxo intrigante: o mesmo policial que é bem avaliado a partir destes critérios em sua unidade, é o que normalmente vende a má imagem da corporação em função das estratégias escusas que a “tirania dos números” justifica que sejam utilizadas. É muito comum que estas artimanhas produzam espaços de promiscuidade entre o legal e o ilegal, o policial e o traficante, as atividades de manutenção da ordem organicamente envolvidas numa estrutura tácita (mas quase explícita e institucionalizada) de corrupção e ilegalidade.

“O que eu quero dizer com isso? Que esse policial que vende a boa imagem ele também pode vender a má imagem; ele também pode vender a má imagem, mas o que segura Comando, na minha visão, posso estar até errado, é a estatística.”

“(...) o policial excelente para o Comando é esse que o companheiro aqui falou, tá entendendo? Que eles dois falaram ali. Agora, quem sofre com isso, com esse bom policial para o Comando é a própria sociedade, tá? **Porque, normalmente, nós sabemos as estratégias que ele usa... que eles usam, melhor dizendo, pra escusas, pra levantar estatística... porque lá no batalhão nós temos companheiros que chega ao ponto de comprar arma com a própria vagabundagem pra fazer apreensão pra levantar a estatística do Coronel**, porque o Comandantes de Companhia disse que se não tiver estatística naquele mês vai colocá-lo no PO (Policiamento Ostensivo) (...)” (grifo nosso) (Sargento PM, 20 anos na polícia)

O que ficou evidenciado é que nem a corporação, nem os policiais ou a própria sociedade tem claros e explícitos os critérios para avaliar o serviço prestado pelo policial militar.

Vale aqui ressaltar um ponto importante, a inadequação destes critérios, tanto para dentro quanto para fora da corporação. Como visto anteriormente, a chamada “produção policial” produz distorções estruturais em função de estratégias escusas amplamente utilizadas por policiais para atender a demanda por estatísticas de prisões e apreensões.

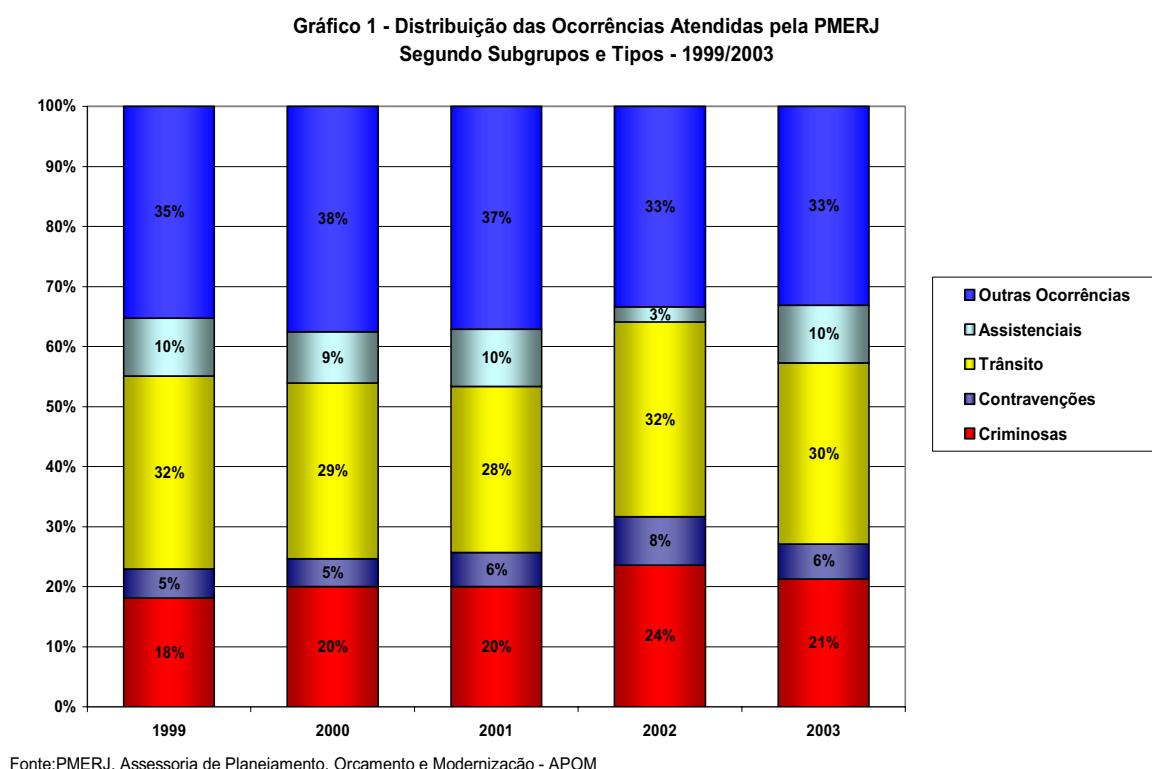
Por não serem claras e institucionalizadas, as relações e avaliações pessoais acabam encarregando-se de atribuir conceitos positivos e negativos para os policiais, sendo que tal tipo de situação cria centros de poder em torno de certos indivíduos. A pontuação para promoção, por exemplo, pode acabar virando um instrumento de barganha interna e punição.

Por outro lado, o foco nos números deixa de fora um espectro imenso de atividades policiais importantes, tais como: controlar desordens; incivilidades; preservar a ordem pública; prevenir que o crime ocorra; promover interação comunitária, entre outros; que, por isso, tem baixa visibilidade e peso avaliativo.

Ao consultar os indicadores de “produção policial” estabelecidos pela SSP/RJ, através do Instituto de Segurança Pública, constata-se que o modo de mensurar o desempenho policial focaliza, exclusivamente, três aspectos: a) apreensão de armas; b) apreensão de drogas; e c) prisão de criminosos⁵⁶.

⁵⁶ Instituto de Pesquisa em Segurança Pública do Rio de Janeiro. Disponível em <www.isp.rj.gov.br>. Acesso em novembro de 2005.

Todavia, analisando os dados registrados nos Talões de Registro de Ocorrência (TRO) da PMERJ, observa-se que grande parte dos atendimentos realizados trata de ocorrências classificadas como assistenciais, contravenções, trânsito e diversas (outras ocorrências).



Ao observar o gráfico acima, é possível constatar que a maior parte das atividades policiais registradas são ocorrências tipificadas como não-criminais. No entanto, estas não estão contempladas nos indicadores formais de avaliação do desempenho policial, revelando um descompasso entre as demandas impostas cotidianamente pela sociedade e as valorizadas na avaliação policial. O que se concluiu é que a atuação policial, majoritariamente, gira em torno de ações preventivas e dissuasórias, porém sua avaliação, na maioria das vezes, prioriza as ações repressivas.

PARTE 5 – AGENDA DE PROPOSTAS E SUGESTÕES

Neste momento cabe registrar um conjunto de propostas e sugestões oriundas das contribuições de todos os participantes da pesquisa e dos pontos que a equipe de pesquisa considera críticos para se pensar o processo de ensino, transmissão e aquisição de novos conhecimentos policiais.

O resultado aqui apresentado é fruto das inquietudes apresentadas pelos interlocutores e que se traduzem em desafios a serem implementados:

Sistema de Ensino da PMERJ

- Supervisão dos currículos e dos cursos de formação por órgãos federais e estaduais competentes para avaliação de ensino (como Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Secretaria de Educação Superior, Secretaria de Educação Estadual, etc.) em parceria com o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- Elaboração de um projeto pedagógico a partir de diretrizes curriculares previamente definidas, que permita o cumprimento da proposta pedagógica nos cursos de formação de soldados e oficiais (sobretudo para o curso de soldados, que é mais diretamente afetado com as oscilações de comando);
- Criação de um Conselho de Gestão e Fiscalização da Formação Policial, a fim de impedir que influências externas interfiram nas constantes alterações curriculares. Este Conselho deverá ser composto por membros da sociedade civil, profissionais da área de educação, representantes do ISP e representantes da Polícia Militar;
- Investimento no quadro técnico profissional da Diretoria de Ensino e Instrução, contatando profissionais da área de ensino para orientar suas atividades.

CFAP e APM – Recursos Físicos e Humanos

- Investimento emergencial na infra-estrutura do CFAP, sobretudo nas companhias, reformando salas de aula, alojamentos, banheiros, etc.

- Construção de um auditório no CFAP e reforma do auditório da APM, ampliando sua capacidade;
- Criação de uma biblioteca no CFAP, com amplo acervo nas temáticas da segurança pública e reunindo os documentos oficiais e as monografias produzidas pela PMERJ;
- Investimento em equipamentos, em ambas as escolas, através da compra e manutenção de computadores (com acesso a Internet); aparelhos de TV; vídeo cassete; DVD; retroprojektor; *datashow*; fotocopadoras, dentre outros;
- Aquisição de equipamentos destinados às aulas sobre o uso da força a prática de tiro (armamento diversificado, colete, munição, etc.);
- Manutenção de um Corpo Docente fixo nas escolas de formação, selecionados através de processo de seleção com critérios de avaliação claros e definidos (podendo ser concurso público), com remuneração adequada e nivelada pelos sindicatos regionais;
- Manutenção de um Corpo de Instrutores (policiais militares que dão aula) fixo nas escolas, compondo o Corpo Docente, com formação adequada à disciplina, com remuneração e afastados dos serviços operacionais (em batalhões) para que possam se dedicar ao magistério;
- Realização de reuniões pedagógicas periódicas com os professores, instrutores, pedagoga, psicóloga, representantes dos alunos, chefe da divisão de ensino e representante do Corpo de Alunos, nas escolas de formação;
- Aumento da carga-horária do Curso de Formação de Soldados para, no mínimo, 12 meses, e realização de Estágio Prático supervisionado na metade e no final do Curso de Formação de Soldados, sendo 30 dias cada estágio;
- Elaboração, por uma equipe pedagógica e técnica, de Material Didático adequado aos cursos de formação de soldados e oficiais, e ofertados gratuitamente;
- Necessidade de revisão e atualização dos conteúdos bibliográficos dos Cursos de Formação de Soldados e Oficiais;
- Inclusão e/ou ampliação no Curso de Formação de Soldados de disciplinas de cunho humanístico e de legislação brasileira;

- Redução da carga horária de Ordem Unida nos Cursos de Formação de Soldados e Oficiais. Maior ênfase na formação policial e menor na formação militar;
- Aprofundamento sobre questões de segurança pública com referencial teórico reconhecido nos Cursos de Formação de Soldados e Oficiais;
- Inserção de disciplinas em ambos os cursos de formação que tratem da relação profissional e competências específicas de praças e oficiais;
- Realização de Estágio Prático supervisionado de pelo menos um mês nos Batalhões Operacionais durante cada ano de curso do Curso de Formação de Oficiais;
- Radical proibição do emprego do aluno Curso de Formação de Soldados em atividades de policiamento (jogos de futebol, praias, carnaval, cerimônias, etc.), que são realizadas por policiais já formados;
- Terceirização no CFAP, como já ocorre na APM, do serviço de faxina e limpeza (FLANDU).

Formação Continuada e Mecanismos de Atualização dos Conhecimentos Práticos

- Criar estratégias periódicas de sistematização das ocorrências policiais, que possam ser compartilhadas nas unidades operacionais em períodos de instrução;
- Tais sistematizações podem ser compiladas e divulgadas nos mecanismos de comunicação da instituição;
- Estudo aprofundado de todas as Notas de Instrução (NI) publicadas nos últimos 20 anos a fim de que sejam compiladas aquelas que se baseiam no marco constitucional vigente;
- Publicação de todas as NI's numa estrutura de Manual Básico do Policial Militar – em versão atualizada;
- Incorporação da troca de experiências entre praças e oficiais nos currículos dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento Profissional em ambos os ciclos, através da criação de disciplinas intituladas: Estudos de casos e/ou Práticas Operacionais;

Obs. 01: Esta estratégia de intercâmbio entre praças e oficiais objetiva diminuir a distância entre estes segmentos, permitindo-lhes unir perspectivas profissionais a partir do que ambos valorizam – a experiência profissional nas ruas.

Mecanismos de Avaliação

- Criar comissão formada por integrantes da corporação de diferentes níveis hierárquicos e especialistas em monitoramento e avaliação das ações com o objetivo de construir indicadores de avaliação da atividade e do desempenho policial.

Obs. 01: O esforço de criação de instrumentos de avaliação exigirá estudo aprofundado da natureza da ação policial no Rio de Janeiro, levando em conta a cultura local, o espaço geográfico de atuação, equipamentos utilizados, nível de formação profissional e respaldo legal.

ANEXOS

ANEXO 01

BANCO DE DADOS BIBLIOGRÁFICOS SOBRE FORMAÇÃO POLÍCIAL

ABREU. Sandra Cristina Souza Reis. **Espelho, espelho meu... nova imagem para polícia militar, uma questão (também) curricular.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal da Bahia. 1999.

ALBUQUERQUE. Carlos Francisco Linhares de. **Escola de Btavos – Cotidiano e Currículo numa academia de polícia militar.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal da Bahia, 1999.

ALBUQUERQUE. Carlos Linhares e MACHADO. Eduardo. Sob o signo de Marte: modernização e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun, 2001.

BEATO FILHO, Cláudio. Reestruturação do Sistema Policial Brasileiro. SEMINÁRIO VIOLÊNCIA, POLÍCIA E CIDADANIA, promovido pela Fundação João Pinheiro, 1997.

BEATO FILHO. Cláudio. Reinventando a Polícia: Avaliação de implementação de um Programa de Policiamento Comunitário. SEMINÁRIO POLÍCIA COMUNITÁRIA NA AMÉRICA LATINA - BID. Washington DC - USA : Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

BEATO FILHO. Cláudio. Políticas de Segurança e a Questão Policial. SEMINÁRIO "A POLÍCIA E O CONTROLE CIVIL", organizado pelo NEV / USP. São Paulo. 1998.

BENGOCHEA. Jorge Luiz Paz et all. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, vol.18, nº 1, 2004.

BRASIL. Glaucíria Mota e ABREU. Domingos. Uma experiência de integração das Polícias Civil e Militar: os Distritos-Modelo em Fortaleza. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez, 2002.

BRITO. Alexandre Sant'Ana e Souza. Lídio. Representações de policiais civis sobre profissionalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 12, jul/dez, 2004.

CARUSO, Haydée Glória Cruz. **Das práticas e dos seus saberes: A construção do "fazer policial" entre as praças da PMERJ.** Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política. ICHF. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2004

COSTA. Nelson Ramos da. Ofício de polícia, violência policial e a luta por cidadania em Mato Grosso. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 18, nº 1, 2004.

FERREIRA FILHO. Juvenal Marques. Proposta Jurídica para otimização no desempenho das polícias civil e militar do estado de São Paulo. Disponível em; <www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1595>. Acesso em 20/05/2005.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Política pública para segurança, justiça e cidadania**. Plano estadual. Rio de Janeiro. 2000.

KANT DE LIMA. Roberto. Cultura jurídica e práticas policiais: A tradição inquisitorial brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 4, nº 10. São Paulo. 1989.

_____. **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Forense. 1995.

_____. Polícia e exclusão na cultura Judiciária. **Tempo Social**. Revista de Sociologia USP, vol. 9, nº 1. São Paulo 1997.

_____. Polícia, Justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 13. Curitiba. 1999.

_____ et all. Polícia e Democracia: controle social e administração da justiça. **Revista OAB/ RJ**, nº 22. Rio de Janeiro. 1985.

_____. Direitos Civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”: a formação policial em questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, SP. P. 241 – 256, 2003. Editora Revista dos Tribunais. Ano 11. Janeiro a Março de 2003.

KANT DE LIMA, Roberto, VARELLA, Alex. (no prelo). Saber Jurídico e Direito à Diferença no Brasil: questões de teoria e método em uma perspectiva comparada. [s.n.t.]. mimeo.

MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA A FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA. Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP. Ministério da Justiça.

MONJARDET, Dominique. Profissionalismo e Mediação da Ação Policial. **Antropolítica**. Nº 10/11. Niterói, RJ, 2001.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial É, sobretudo, uma Razão de Ser. Cultura e cotidiano da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro, IUPERJ. 1999.

_____. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. Research and Education in Defense and Security Studies. CENTRER FOR HEMISPHERIC STUDIES. Washington – DC. MAY 22-25, 2001.

et all. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, vol. 9, nº 1. São Paulo. 1997.

NEVES, Paulo Sérgio da costa. RIQUE Célia D. G. e FREITAS Fábio F. B.. **Polícia e Democracia: Desafios à educação em direitos humanos**. GAJOP. Editora Bagaço. Recife, PE, 2002

NUMMER. Fernanda Valli. **Em QAP: a experiência do curso de formação na construção de um saber ser soldado da Brigada Militar**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

PINTO, Adilson José Vieira. O Inquérito Policial à luz dos Direitos e Garantias Individuais da Constituição Federal de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. Ano 7. Nº 27. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, SP, 1999.

PMERJ. **Conheça a sua Polícia Militar**. Secretaria de Estado da Polícia Militar. 1997.

RIBEIRO. Iselda Corrêa. Polícia. Tem futuro? Polícia e Sociedade em David Bayley. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez, 2002.

RONILSON DE SOUZA. Luiz. **O currículo de formação dos soldados da Polícia Militar frente as demandas Democráticas**. Dissertação de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis, 2003.

SÁ. Leonardo Damasceno de. **Os filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2002.

SANSONE. Livio. Fugindo para a força: cultura corporativista e “cor” na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Estudo Afro-Asiáticos**. V. 24. n. 3. Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Daniel dos. Prolegômenos sobre a Violência, a Polícia e o Estado na era da Globalização. **Antropolítica: Revista Contemporânea Antropologia e Ciência Política**. Nº8. Niterói, EdUFF, 2000.

SANTOS. Marcos Antônio. **A formação básica do policial militar de Minas Gerais: as especificidades do ensino militar em relação À educação profissional de nível técnico**. Mestrado em Administração Pública. Fundação João Pinheiro (Escola de Governo), 2000.

SILVA, Suamy Santana da. **Teoria e Prática da Educação em Direitos Humanos nas Instituições Policiais Brasileiras**. Edições CAPEC. Porto Alegre, RS, 2003.

SILVA. Agnaldo José. **Praça Velho. Um estudo sobre a socialização Policial Militar**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2002.

SILVA, Jaqueline da. **Policial Militar: o real e o simbólico na construção de uma identidade profissional**. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo, 1997.

SOUZA, Baltazar Donizete de. **O Ensino Policial e a Formação de Oficiais na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Católica de Goiás, 2003.

SOUZA, Luis Antônio Francisco. **Poder de polícia, policia civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930)**. Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1998.

TISCORNIA, Sofia. Poder de Policía, Costumbres Locales y Derechos Humanos em Buenos Aires de los 90. **Antropolítica: Revista Contemporânea Antropologia e Ciência Política**. Nº9. Niterói, EdUFF, 2000.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **O Mal que se adivinha: Polícia e Menoridade no Rio de Janeiro, 1910 – 1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

ZAVERUCHA, Jorge. **Polícia Civil de Pernambuco: o Desafio da Reforma**. Editora Universitária UFPE. Recife, PE, 2004.

BIBLIOGRAFIA LEVANTADA DA BIB e ANPOCS⁵⁷

AMERICAS WATCH COMMITTEE. Violência policial no Brasil. Execuções primárias e tortura em São Paulo e Rio de Janeiro. São Paulo. OAB-SP/ NEV-USP. 1987.

_____. Violência policial urbana no Brasil. Mortes e Tortura em São Paulo e Rio de Janeiro nos últimos cinco anos, 1987-1993. NEW York/ São Paulo. Américas Watch. 1993.

BELOCH, Israel. A violência policial pode conviver com a democracia? **Lua nova**, vol 1, nº 4. 1985

⁵⁷ ZALUAR, Alba. Violência e Crime. In: O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Anpocs.1999 e MISSE, Michel. KANT DE LIMA, Roberto. MIRANDA, Ana Paula Mendes. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, nº 50, 2º semestre de 2000.

_____. A polícia sob controle da sociedade a que serve. In: Pinheiro, P. S. et alli, **O papel da polícia no Regime Democrático**. São Paulo. MAGEART. 1996.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, povo e polícia**. São Paulo: Brasiliense/CEDC. 1983.

_____. A violência policial pode conviver com a democracia? **Lua Nova**, São Paulo, vol. 1, nº 4. 1985.

BRADÃO, Berenice Cavalcante et all. A polícia e a força policial no rio de Janeiro: Estudo das características históricas das instituições policiais brasileiras, militares e paramilitares, de suas origens até 1930. **Série Estudos**, nº 4, PUC – Rio. 1981.

BRETAS, Marcos. **A guerra das ruas; povo e policia na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em Ciência Política.** Rio de Janeiro. IUPERJ. 1988.

_____. Police Practies im Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa. Mimeo. 1990.

_____. Observação sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, vol. 9, nº 1. 1997.

_____. **Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco. 1997.

_____. PONCIONI, Paula. A Cultura policial e o policial civil carioca. In Pandolfi, D.C. et Ili. **Cidadania, e Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: FGV. 1999.

CARVALHO, Maria Alice Rezende. Contra o espantalho da repressão: a polícia e a construção da ordem burguesa no Brasil. **Revista OAB/ RJ**. Rio de Janeiro, nº 22. 1985.

CAVALCANTE, Berenice. A polícia e a nação: a necessidade de segurança interna e tranquilidade pública. **Revista OAB**, nº 22. Rio de Janeiro. 1985.

CERQUEIRA, Carlos M. N. Remilitarização da segurança pública. : a operação Rio. Discursos Sediciosos: **Crime Direito e Sociedade**. Ano 1, nº 1. Rio de Janeiro. 1996.

_____. O futuro de uma ilusão: o sonho de uma Nova Polícia. Discursos Sediciosos: **Crime Direito e Sociedade**. Ano 2, nº 3. Rio de Janeiro. 1997.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e Resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV. 1997.

LEMGRUBER, Julita. O policial civil: Conflitos e contradições. **Revista OAB/ RJ**, nº 22. Rio de Janeiro. 1985.

_____. Polícia, Direitos Humanos e Cidadania: notas para um estudo. Papéis avulsos, nº 1. Fundação Casa de Rui Barbosa. 1986.

_____. A face oculta da ação policial. **Ciência Hoje**, vol 5, nº 28. 1987.

MINGARDI, Guaracy. **Tiras, gansos e trutas. Cotidiano e reforma da polícia civil**. São Paulo: Scritta. 1992.

MUNIZ, J. LARVIE, S. MUSUMECI, L. Imagem da desordem e modelo de policiamento. **Comunicações ISER**. Cidade em Movimento, nº 49, ano 17, ISER, Rio de Janeiro. 1998.

NEDER, Gizlene. Instituição policial e as estratégias de controle social no Rio de Janeiro na República Velha. **Arquivo e História**, nº 1, Niterói. 1994.

_____ et all. A polícia na corte e no distrito federal: 1831-1930. **Série Estudos**, nº 3. Departamento de História, PUC – Rio. 1981.

NEME, Cristina. **A instituição policial na ordem democrática: O caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. Dissertação de mestrado em Ciência Política. São Paulo, FFLCH-USP. 1999.

OLIVEIRA. Luciano. Polícia e classes populares. **Cadernos de Estudos Sociais**, vol 1 nº 1. Recife. 1985.

_____. PEREIRA, Afonso. A polícia na boca do povo e a percepção do combate à violência. **SYMPOSIUM**, vol. 29, nº 2. Recife. Universidade Católica. 1987.

PAIXÃO. Antônio L. A organização policial numa área metropolitana. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Vol.25, nº 1. Rio de Janeiro. 1982.

_____. A distribuição da segurança pública e a organização policial. **Revista OAB/ RJ**, nº 22, Rio de Janeiro 1985.

_____. Polícia e segurança pública. Alferes. **Revista da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais**. Vol. 9, nº 30. 1991.

_____. O problema da polícia. **Série Estudos**, nº 91. Rio de Janeiro, IUPERJ. 1995

_____. BEATO FILHO, Cláudio. Crimes, vítimas e policiais. **Tempo Social** vol 9, nº 1. 1997.

PINHEIRO. Paulo. S. Polícia e a crise política: o caso dos policiais militares. IN: DA Matta, R. **A Violência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense. 1981.

_____. O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil. **Temas IMESC**: Sociedade, Direito e Saúde. São Paulo. 1985.

_____. A polícia e os movimentos sociais no Brasil. In: Pinheiro. P. S. **O papel da Polícia no Regime Democrático**. São Paulo: MAGEART. 1996.

_____. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. Tempo Social - **Revista de Sociologia da USP**, vol. 9, nº 1. São Paulo. 1997.

_____. **Polícia e consolidação democrática: o caso brasileiro**. In: Pinheiro, P. S. et al. **São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana**. Rio de Janeiro; Garamond. 1998.

_____. et al. **O papel da polícia no regime democrático**. São Paulo. MAGEART. 1996.

_____. SADER, Emir. O controle da polícia no processo de transição democrática. **Temas IMESC**, vol 2, nº 2. São Paulo. 1985.

SANTOS. Roberto. Com a trave no olho: a criminalidade policial no Pará. **Temas IMESC**, vol. 3, nº 1. São Paulo. 1986.

SHIRLEY. Robert W. Atitudes com relação À polícia em uma favela do sul do Brasil. Tempo Social – **Revista de Sociologia da USP**. Vol. 9, nº 1. São Paulo. 1987.

SILVA, Jorge da. Polícia Militar: o outro lado. **Revista OAB/ RJ**, nº 22. Rio de Janeiro. 1985.

SOUZA, Elenice de. **Polícia comunitária em Belo Horizonte. Avaliação e perspectivas de um programa de segurança publica**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, FAFICH_UFMG. 1998.

TORTIMA, Pedro. **Polícia e Justiça de mãos dadas. A conferencia judiciária de 1917**. Dissertação de mestrado, Niterói. UFF. 1988.

VIANA, Adriana de Resende B. **O mal que se adivinha. Polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920**. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1999.

ZALUAR. Alba. A polícia e a comunidade: paradoxos da (in) conveniência. Presença – **Revista de Política e Cultura**, nº 13. 1989.

Monografias da Escola Superior de Polícia Militar
Curso Superior de Polícia Militar CSPM

ADÂES, Antonio Luiz Santos. COUTO, Ronaldo Teixeira do. NEVES, Luiz Martins das. **Recursos Humanos na Polícia Militar: Instrução de manutenção de praças**.

Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1996.

BRAGA, José Carlos Barbosa. **O conhecimento científico como fonte de legitimidade para o desenvolvimento da atividade policial-militar: o centro de ensino e pesquisas da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1986.

CARDOSO, David. **O papel do CEPM na formação, especialização e aperfeiçoamento do PM: estudo e proposta.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1985.

CARVALHO, Benedito Correia de. **A importância da instrução de manutenção no desempenho profissional do policial militar.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1989.

CAVALCANTI, Paulo Pereira de Mello. **Escola de Formação de Sargentos.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1985

CHAVES, Edílson Teixeira et all. **A instrução como fator preventivo dos desvios de conduta na corporação (instrução e manutenção).** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1998.

COUTO, Nélcio Castro. **Administração do Pessoal.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1984

CRUZ, Roberto Alves da. **Educação permanente na PMERJ.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1985.

DANTAS. Josemar. **O ensino e a polícia militar.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1988.

ESCOBAR, Alfredo Guillen. MENEZES, Egberto Araújo. OLIVEIRA, Carlos Henrique de. **Serviço obrigatório / voluntário. A polícia militar como opção dos jovens.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1998.

FERREIRA, Vicente Vilemar. **Administração de Pessoal: desprofissionalização do soldado policial militar.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1985.

GOMES, Francisco Sergio Rangel. SOUZA, Luiz Antonio Pereira de. AGUIAR, Edísio Alves. **A preparação profissional dos policiais militares para atuarem nas operações policiais militares em favelas: uma visão crítica.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1995.

HORSAE, Jorge Ismael Ferreira. **A deontologia policial - militar nos cursos de formação de praças da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro.** Trabalho

Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1996.

LIMA, Antônio Carlos Nunes. **Administração de Pessoal: avaliação do desempenho do soldado policial-militar ao longo de sua carreira na polícia.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1986.

LOPES, Sergio César Illa. **Avaliação da instrução por cadernos.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1990.

MAGALHÃES. Edgard da Costa. **A importância da instrução por cadernos para a manutenção da aprendizagem do policial - militar.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1990.

MARTINS. Jacy Lopes. **Administração do Pessoal.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1984

MELLO. Gelson de Oliveira. Et all. **Aspirante À oficial PM – um bacharel em segurança pública.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1999.

MOREIRA NETO. Jorge da Rocha. GOLÇALVES, Fernando Antonio. OLIVEIRA, José Vicente Moraes. **Reformulação administrativa e estrutural do ensino na PMERJ.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1996.

OLIVEIRA, Paulo Braga. REIS, Mauro Sergio da Silva. ANDRADE, Carlos Alberto de. **A formação do policial militar em face a realidade atual.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1999.

PEREIRA. Carlos Eduardo Milagres. **A visão de segurança pública no sistema de ensino da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e a política pública para a segurança, justiça e cidadania – plano estadual 2000.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 2001

PIMENTEL. Jorge Augusto. **A importância da experiência adquirida para a normatização de procedimentos.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1989.

REGO. Antonio Jorge da Graça de Moraes et all. **Perfil profissiográfico do policial militar.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1997.

SANT'ANNA, Carlos de. **Formação do soldado da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro.** Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1987.

SANTOS, Pedro Rodrigues. **Dificuldades nos processos de seleção e formação de soldados na polícia militar do Estado do Rio Grande do Norte**. Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1986.

SARDINHA, Eraldo Leal et all. **Informações estatísticas da PMERJ e as demais variáveis de emprego para o planejamento operacional – uma análise da efetividade do talão de registro de ocorrências (TRO) e do serviço do “disque denúncia” para as ações de polícia ostensiva**. Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1997.

SILVA FILHO, Adelino. **Administração do Pessoal**. Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1984.

SILVA, José Paes. **A formação do soldado PM**. Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1986.

SOUZA, Airtton Évio. **A importância da instrução de manutenção para o aumento da eficácia do policial - militar**. Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1986.

TAVARES, Wellington et all. **Criação de um centro de adestramento**. Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1997.

TOMÁS, José Danilo. **Ação instrutiva da polícia militar para segurança “ projeto PM educar”**. Trabalho Final do Curso Superior de Polícia Militar. Escola Superior de Polícia Militar. Niterói. 1988.

Monografias da Pós-Graduação em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública UFF

ARAUJO FILHO, Wilson. **Ordem Pública ou ordem unida? Uma análise do curso de formação de soldados da Polícia Militar em composição com a política de segurança Pública do governo do Estado do Rio de Janeiro: possíveis dissonâncias**. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. Universidade Federal Fluminense. 2000.

LYRIO FILHO, Rodolpho Oscar. **A formação dos policiais Militares no Estado Democrático de Direito: Uma Proposta**. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. Universidade Federal Fluminense, 2000.

PEREIRA, Carlos Eduardo Milagres. **“Canções de Guerra”. Um signo Bélico na formação do Policial Militar no Estado do Rio de Janeiro**. Monografia

apresentada no Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. Universidade Federal Fluminense, 2001.

Manuais, Notas de Instrução, Documentos Oficiais

Bases Doutrinárias para emprego da PMERJ (M-1). Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Estado Maior. 1983.

Decreto 913 de 30/09/1976. Diretriz Geral de Operações/DGO (D1).

Decreto Lei 431 de 19/08/1965. Regulamento de Administração da Polícia Militar (RAPM).

Decreto Lei 92 de 06/05/1975. Dispõe sobre a Competência e a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. (L-4).

Decreto Lei nº 667 de 02/07/1969. Reorganiza as Policiais Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei 1396 de 08/12/1988. Dispõe sobre a fixação do efetivo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Lei 2108 de 19/04/1993. Altera a Lei 1375 de 27/10/1988; cria postos de tenente Coronel PM e de Major PM no quadro de Capelães Policiais Militares (QCPM); unifica os quadros de Oficiais Policiais Militares Masculinos (QOPM) e Femininos (QOPM-FEM), bem como as Qualificações Policiais Militares particulares de Praças Combatentes Masculinos (QPMP-O) e Femininos (QPMP-O FEM) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Lei 279 de 26/11/1979. Dispõe sobre a remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Lei 443 de 01/07/1981. Dispõe sobre o estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Manual Básico do Policial Militar (M-4). Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Estado Maior. 1987.

Normas Gerais de Policiamento (M-3). Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Estado Maior. 1990.

Plano de Disciplinas do Curso de Formação de Oficiais. Academia D. João VI. Divisão de Ensino e Instrução. PMERJ. 2005

Plano Diretor da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para período de 1984 a 1987. Estado do Rio de Janeiro. Secretaria da Polícia Militar. ANO

Plano Matérias do Curso de Formação de Soldados. Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários. Divisão de Ensino e Instrução. PMERJ. 2002

Plano Matérias do Curso de Formação de Soldados. Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças 31 de Voluntários. Divisão de Ensino e Instrução. PMERJ. 2005.

Proposta de Reforma Curricular. Coordenação de Formação Policial. Instituto de Segurança Pública. Secretaria de Estado de Segurança Pública Governo do Estado do Rio de Janeiro. 2004.

Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (R9). Decreto 6579 de 05/03/1983.

Regulamento Disciplinar da Polícia Militar. Decreto 31.739 de 28/08/2002.

Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG). Ministério do Exército. Estado Maior do Exército. 1984.

Diretriz Geral de Ensino e Instrução. Publicada em BOL da PM 076 de 23/11/2004.

Decreto 20.530 de 19/09/1994, que aprova o Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino da PMERJ.

Resolução SESP n.º 455, de 04/06/2001, que aprova a Diretriz Geral de Ensino da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Lei 22.196 de 13 de maio de 1996. Dispõe sobre promoções de praças por tempo de serviço, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Decreto 15.427, de 04/09/1990. Regulamento da Diretoria de Ensino e Instrução (RDEI).

Regimento Interno da Academia de Polícia Militar D. João VI. Sem citação de ano.

Regimento Interno do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças. RICFAP. Portaria da PMERJ 169 de 10/04/1995.

Diretriz de Ensino (D-8). Aditamento ao Boletim da PM 216 de 18/11/1997.

Diretriz Geral de Instrução (D-9). Aditamento ao Boletim da PM 55 de 24/03/1994.

Instruções Provisórias para Avaliação do Ensino e Medida de Aprendizagem (IP-13). Boletim da PM 234 de 17/12/1998.

ANEXO 02

PLANO DE TRABALHO DETALHADO

	Plano de trabalho previsto no projeto	Metodologia	Status
A	Levantamento da produção teórica (teses de mestrado, doutorado, monografias e outros trabalhos) sobre a formação dos operadores da justiça criminal e segurança pública.	Pesquisa realizada através de internet e em bibliotecas de Universidades e Institutos de Pesquisa.	Realizado e enviado nos Relatórios Parcial e Final.
B	Levantamento dos currículos e de todo material didático utilizado (apostilas, manuais, notas de instrução, regulamentos, diretrizes e etc.) nos cursos de formação de praças e oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.	Pesquisa realizada através da consulta às bibliotecas da PMERJ, e em visitas às escolas e aos setores de ensino da instituição.	Realizado e enviado nos Relatórios Parcial e Final.
C	Realização de Trabalho de Campo para observação do processo de transmissão e assimilação do conhecimento prático, tanto no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, como na Escola de Formação de Oficiais.	Observação participante das aulas ministradas na Academia de Polícia Militar e no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e realização de grupos focais com oficiais intermediários e sargentos da PMERJ.	Realizado no período de abril a outubro de 2005 e descrito no Relatório Final.
D	Realização de entrevistas semi-estruturadas com: - Comandantes das Escolas de Formação de Praças e Oficiais - Diretores de Ensino e Instrução - Pedagogos e/ou coordenadores acadêmicos - Psicólogos	Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os interlocutores previstos no projeto de pesquisa e demais atores chave identificados ao longo do trabalho, totalizando 19 entrevistas.	Foram realizadas 19 entrevistas com os atores abaixo identificados: - Diretor de Ensino e Instrução - Subdiretor de Ensino e Instrução - Comandante do CFAP - Comandante da APM - Chefe da Divisão de Ensino do CFAP

	- Instrutores - Professores		- Chefe da Divisão de Ensino da APM - Comandante do Corpo de Alunos do CFAP - Comandante do Corpo de Alunos da APM - Pedagoga do CFAP - Pedagoga da APM - Psicóloga Civil do CFAP - Psicóloga Militar do CFAP - Psicóloga Civil da APM - Professor de Sociologia Jurídica da APM - Instrutor de Ordem Unida do CFAP - Professor de Direito Penal da APM - Instrutor de Instrução Tática Individual do CFAP - Instrutor de Ordem Unida da APM
E	Realização de Grupos Focais	Foi prevista a realização de 08 (oito) grupos focais, 04 (quatro) com praças e 04 (quatro) com oficiais. Em virtude da dificuldade em conseguir autorização junto ao comando da PMERJ no tempo previsto para a pesquisa, foi necessário redimensionar a quantidade de grupos focais, sem comprometer os objetivos previstos, a saber: analisar comparativamente o processo de formação de soldados e oficiais, bem como compreender o processo de transmissão e atualização dos conhecimentos práticos em ambos os círculos. Assim, foram realizados 06 grupos focais. 03 com praças e 03 com oficiais.	Oficiais: - Alunos do CFO - 2º ano - Alunos do CFO - 3º ano - Capitães Praças: - Alunos do CFSD - Soldados Formados em BPM Escola - Sargentos
F	Transcrição das entrevistas	Todas as entrevistas foram transcritas e armazenadas num banco de dados.	Transcrições realizadas, incorporando fragmentos destas no Relatório Final.
G	Análise das entrevistas realizadas e do	Através da realização da entrevistas semi-	As categorias analíticas criadas foram

	material didático recolhido no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e na Escola de Formação de Oficiais.	estruturadas, relatórios analíticos dos grupos focais e do trabalho de campo realizado na APM e no CFAP foram criadas categorias de análise que orientaram a construção do relatório final segundo os objetivos da pesquisa.	incorporadas no Relatório Final.
H	Análise dos Grupos Focais realizados com Praças e Oficiais		
I	Análise comparativa dos discursos produzidos pelos integrantes do universo de praças e pelos integrantes do universo de oficiais da PMERJ.		

ANEXO 03

Grades Curriculares do Curso de Formação de Oficiais e do Curso de Formação de Soldados

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR D. JOÃO VI

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS PM

CURRÍCULO

1. DURAÇÃO DO CURSO

03 Anos .

2. OBJETIVO GERAL DO CURSO

Formar o Oficial Policial Militar, habilitando-o ao acesso até o posto de Capitão PM do Quadro de Oficiais Policiais Militares, proporcionando a indispensável cultura profissional e fundamental necessárias ao desenvolvimento de sua carreira.

3. GRADE CURRICULAR

ENSINO	Nº DE ORDEM	MATÉRIAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
			1º ANO	2º ANO	3º ANO
E N S I N O F U N D A M E N T A L	01	ADMINISTRAÇÃO GERAL	-	50	-
	02	CRIMINOLOGIA	-	50	-
	03	DIREITO ADMINISTRATIVO	-	60	-
	04	DIREITO CIVIL	60	-	-
	05	DIREITO CONSTITUCIONAL I	60	-	-
	06	DIREITO CONSTITUCIONAL II	-	60	-
	07	DIREITO DA CRIANÇA E DO	-	-	-
	08	ADOLESCENTE	-	20	-
		DIREITO DO CONSUMIDOR	-	-	30
	09	DIREITO HUMANOS	-	30	-
	10	DIREITO PENAL I	-	60	-
	11	DIREITO PENAL II	-	-	80
	12	DIREITO PENAL MILITAR	-	60	-
	13	DIREITO PROCESSUAL PENAL	-	-	40
	14	DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	-	-	-
		ÉTICA	-	-	40
	15	ÉTICA	30	30	30
	16	EXPRESSÃO ORAL E ESCRITA	40	40	40
	17	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	-	-	-
		DIREITO	70	-	-
	18	MEDICINA LEGAL	-	40	-
	19	METODOLOGIA DA PESQUISA	40	-	-
	20	PSICOLOGIA	-	-	30
	21	SOCIOLOGIA GERAL	30	-	-
	22	TÉCNICA DE PESQUISA	-	30	-

	23	LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL	-	-	30
--	----	---------------------------	---	---	----

ENSINO	Nº DE ORDEM	MATÉRIAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
			1º ANO	2º ANO	3º ANO
E N S I N O P R O F I S S I O N A L	01				
	02	ADMINISTRAÇÃO NA PMERJ	-	-	120
	03	ARMAMENTO	40	40	-
	04	ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA	-	-	40
	05	CHEFIA E LIDERANÇA	-	30	-
	06	COMUNICAÇÃO SOCIAL	-	-	20
	07	COMUNICAÇÕES	30	-	-
		CONHECIMENTO GERAIS SOBRE O	-	-	-
	08	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	20	-	-
	09	CONTROLE DE DISTÚRBIOS CIVIS	-	50	-
	10	DEFESA PESSOAL	60	60	60
	11	DIDÁTICA	-	40	-
	12	EDUCAÇÃO FÍSICA	125	125	125
	13	ESTATÍSTICA NA PMERJ	30	-	-
	14	ÉTICA POLICIAL MILITAR	30	30	30
	15	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PMERJ	40	-	-
	16	INFORMÁTICA	30	30	30
	17	INSTRUÇÃO POLICIAL À CAVALO	50	-	50
	18	INSTRUÇÃO TÁTICA INDIVIDUAL	70	-	-
	19	INVESTIGAÇÃO E PER. CRIMINAL	44	-	70
	20	LEGISLAÇÃO BÁSICA PARA A PMERJ	70	50	-
	21	NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS	-	-	30
	22	ORDEM UNIDA	54	40	20
	23	PRÁTICA OPERACIONAL	-	-	60
	24	PRÁTICA PROCESSUAL	-	-	70
		SAÚDE, HIGIENE E PRIMEIROS	-	-	-
	25	SOCORROS	30	-	-
	26	SEGURANÇA PÚBLICA	70	80	-
		TIRO POLICIAL	50	60	60
TOTAL DE MATÉRIAS			24	24	22
CARGA HORÁRIA PARCIAL DAS MATÉRIAS			1173	1225	1105
MATÉRIA COMPLEMENTARES DO ENSINO			CARGA HORÁRIA		
ESTÁGIO			--	36	36
PALESTRAS			64	64	64
VISITAS			48	48	48
ATIVIDADES EXTRA CURRICULARES			CARGA HORÁRIA		
FÉRIAS ESCOLARES			72	72	72
FERIADOS ESCOLARES			36	36	36
SOLENIDADES E TREINAMENTOS			92	92	92
EVENTOS ESPORTIVOS			72	72	72
VERIFICAÇÕES FINAIS E SUPLEMENTARES			36	36	72
CARGA HORÁRIA TOTAL POR ANO			1593	1681	1597
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CFO			4871		

4. OBJETIVOS PARTICULARES DE CADA MATÉRIA

Ao final de cada matéria o aluno deverá ser capaz de:

4.1. ENSINO FUNDAMENTAL

a. ADMINISTRAÇÃO GERAL

Definir as funções, os fundamentos e as principais teorias da Administração.

Empregar as teorias administrativas durante o exercício das funções de Oficial PM.

Valorizar a importância da Administração Geral para a melhoria dos serviços prestados pela Corporação.

b. CRIMINOLOGIA

Reconhecer as causas e fatores condicionantes da conduta delituosa.

Avaliar o desenvolvimento do fenômeno criminal no Estado do Rio de Janeiro.

c. DIREITO ADMINISTRATIVO

Identificar a estrutura administrativa, e a organização dos serviços públicos e as relações da administração pública com os servidores e o público em geral.

Aplicar os conhecimentos do ramo do direito administrativo na PMERJ.

Despertar o interesse para o ramo do direito administrativo.

d. DIREITO CIVIL

Reconhecer a legislação civil vigente.

e. DIREITO CONSTITUCIONAL

Reconhecer os dispositivos previstos na Constituição Federal.

f. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Identificar as normas preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Atuar em conformidade com o previsto no ECA, no desempenho da atividade profissional.

g. DIREITO DO CONSUMIDOR

Identificar os crimes previstos no Código do Consumidor.

Encaminhar corretamente ocorrências que envolvam desrespeito ao Código do Consumidor.

h. DIREITOS HUMANOS

Compreender que a atividade Policial Militar deve fundamentar-se na fiel observância ao respeito dos direitos da pessoa humana.

Identificar as diversas normas internas e internacionais relativas à proteção dos Direitos Humanos.

i. DIREITO PENAL

Reconhecer a legislação penal vigente.

Avaliar a importância do conhecimento da legislação penal para o correto exercício das funções policiais militares.

j. DIREITO PENAL MILITAR

Reconhecer o Código Penal Militar Vigente.

Empregar corretamente o Código Penal Militar nos diversos procedimentos existentes na Corporação.

Assinalar a importância do Direito Penal Militar na atividade de Polícia Judiciária Militar.

I. LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Reconhecer a Legislação Penal Especial Vigente.

Avaliar a importância do conhecimento da Legislação Penal Especial para o correto exercício das Funções Policiais Militares.

m. DIREITO PROCESSUAL PENAL

Conhecer a Legislação Processual Penal vigente ressaltando os procedimentos dos Policiais Militares.

Atuar em acordo com a legislação processual penal em vigor objetivando o bom desenvolvimento da função.

Conscientizar da importância do processo penal para o bom desempenho da função policial e conseqüente realização da justiça.

n. DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Conhecer a Legislação Processual Penal Militar em vigor.

Aplicar o direito processual penal militar nas funções de presidente de inquérito policial militar, membro de conselho de justiça bem como lavrar autos de prisão em flagrante de crime militar.

Conscientizar da importância do processo penal militar para o bom desempenho da função policial e conseqüente realização da justiça.

o. ÉTICA

Agregar conhecimentos teóricos na área da Filosofia, identificando o princípio da criação do pensamento ético.

Adotar postura éticas na sociedade entendendo conceitos que dizem respeito à ambiência profissional do Policial Militar.

p. EXPRESSÃO ORAL E ESCRITA

Identificar e utilizar os diversos documentos de uso na Corporação com clareza na comunicação escrita.

Reconhecer a função da Comunicação e Expressão nas várias vertentes da atividade Policial Militar.

Identificar e utilizar as técnicas de comunicação oral no desempenho profissional.

q. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Definir uma visão global da Ciência do Direito.

Assimilar o raciocínio jurídico necessário a ser aplicado nos campos específicos dessa ciência.

Aplicar os conhecimentos adquiridos, no campo Segurança Pública.

r. MEDICINA LEGAL

Conhecer os diversos termos específicos da Medicina Legal.

Interpretar laudos periciais.

Usar o termo Médico-Legal apropriado na aquisição de exames periciais.

Analisar os aspectos técnicos utilizados em exames médico-legais.

Valorizar a Medicina-Legal como ciência imprescindível à aplicação da Justiça.

s. METODOLOGIA DA PESQUISA

Identificar a importância do uso de um método próprio de estudo, através da aplicação de técnicas de estudo e métodos lógicos de raciocínio, a fim de alcançar, no mínimo, rendimento satisfatório no processo ensino aprendizagem.

Identificar as várias fases da elaboração e apresentação de um trabalho monográfico.

Desenvolver competente mentalidade científica, suficiente para análise e solução de problemas técnico-profissionais na área de Segurança Pública.

t. TÉCNICA DE PESQUISA

Estimular a reflexão do Aluno do CFO nos instrumentos práticos de pesquisa social, problematizando as relações entre métodos e técnicas.

Iniciar o Aluno na formulação de conhecimentos científicos que possam subsidiar a leitura da monografia.

u. PSICOLOGIA

Atuar no desempenho da função Policial Militar utilizando os princípios básicos das relações humanas.

Utilizar os princípios das Relações Interpessoais no que diz respeito a sua convivência profissional.

Identificar importância da Psicologia no desempenho das funções inerentes ao Oficial PM.

v. SOCIOLOGIA GERAL

Distinguir as várias perspectivas culturais.

Possuir uma consciência a ponto de superar estereótipos, atuando de forma refratária a toda e qualquer forma de discriminação.

Compreender a interdependência dos fatos sociais e as características dos diferentes grupos, atuando com equilíbrio no campo da Segurança Pública.

4.2 ENSINO PROFISSIONAL

a. ADMINISTRAÇÃO NA PMERJ

Habilitar o Aspirante-a-Oficial PM a desempenhar as funções na corporação.

Identificar as normas que norteiam a Administração na PMERJ.

Avaliar a importância do domínio da legislação pertinente para a execução das funções afetas ao Aspirante-a-Oficial PM.

b. ARMAMENTO

Verificar as partes componentes, o funcionamento, o manejo e os incidentes de tiro que envolvem o armamento e munição utilizados na Corporação.

Valorizar a intrínseca relação existente entre o armamento e a função policial militar.

Aplicar corretamente as técnicas no manejo com o armamento.

c. ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

Identificar os conceitos doutrinários básicos relativos às atividades de Informações especialmente as realizadas pela 2ª Seção de uma OPM.

Aplicar técnicas corretas para obtenção de dados que permitam planejar, coordenar, supervisionar as missões afetas à Corporação no campo da Segurança Pública.

Reconhecer a importância das informações como fator de decisão.

d. CHEFIA E LIDERANÇA

Definir Chefia e Liderança no contexto da PMERJ.
Praticar os princípios básicos da Chefia e Liderança.
Avaliar a importância da Chefia e Liderança para execução das funções próprias do Oficial combatente.

e. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Reconhecer a importância da comunicação Social para a divulgação da imagem da Corporação perante a opinião pública de um modo geral.
Analisar as variáveis presentes na integração entre a PM e a comunidade, visando a melhoria do desempenho do profissional de Segurança Pública.
Valorizar o domínio das Técnicas de Comunicação social para a execução das funções inerentes ao Aspirante a Oficial PM.

f. COMUNICAÇÕES

Integrar o futuro Oficial ao sistema de comunicações da PMERJ.
Conhecer as normas que regulam as atividades de comunicações.
Aplicar corretamente os meios de comunicação existentes na Corporação, empregando para tal, as regras, as técnicas e termos adequados.

g. CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reconhecer o Estado do Rio de Janeiro dentro de um quadro histórico-evolutivo, geográfico, político e econômico, visando a compreensão dos seus problemas atuais.
Assimilar os valores da Corporação, a hierarquia e disciplina como fatores preponderantes para os importantes serviços prestados ao longo de quase dois séculos de existência.

h. CONTROLE DE DISTÚRBIOS CIVIS

Conhecer as técnicas a serem utilizadas durante os distúrbios civis.
Empregar adequadamente as técnicas e conhecimentos doutrinários nas operações de controle de distúrbios civis.

i. DEFESA PESSOAL

Aplicar as técnicas de defesa própria nos casos de agressão à mão livre ou armada, alicerçada na Lei, no cumprimento de sua missão com auto confiança, destreza e condicionamento automático.

j. DIDÁTICA

Reconhecer os conceitos básicos da Didática.
Exercer corretamente a função de Instrutor, utilizando as técnicas e os meios auxiliares adequados.
Valorizar a importância da Didática para o correto desempenho da função do Oficial instrutor.

k. EDUCAÇÃO FÍSICA

Assegurar a aptidão, aprimorando as qualidades físicas, técnicas, morais e psíquicas necessária ao desempenho das atividades de Oficial da PM.
Valorizar o bem estar físico para um melhor desempenho profissional.

l. ESTATÍSTICA NA PMERJ

Reconhecer os métodos e técnicas Estatísticas.

Confeccionar e interpretar gráficos e tabelas Estatísticas.
Despertar o interesse para importância da Estatística e sua utilização na Polícia Militar.

m. ÉTICA POLICIAL MILITAR

Conhecer os princípios, fundamentos e sistemas de moral e ética relativas aos deveres de um Oficial PM.

Praticar os princípios básicos da Moral e Ética Militar.

Avaliar a importância da Ética Policial Militar no bom desempenho da função policial.

n. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PMERJ

Possuir uma consciência crítica a respeito da evolução histórica da PMERJ.

Identificar valores institucionais, como a hierarquia e a disciplina, fatores preponderantes para os importantes serviços prestados ao cidadão a quase dois séculos de existência.

o. INFORMÁTICA

Conhecer os conceitos avançados da informática, os aplicativos Windows, as topologia de redes locais e de longa distância adequada às necessidades da PMERJ.

Aplicar os conceitos avançados da informática na PMERJ

Valorizar a aplicação da informática na PMERJ.

p. INGLÊS INSTRUMENTAL

Valorizar o conhecimento de um idioma como elemento fundamental para um melhor desenvolvimento da função Policial Militar no tratamento com o público, sobretudo com turistas.

Possuir um vocabulário mínimo que permita o estabelecimento de comunicação junto aos estrangeiros, possibilitando o fornecimento de informações básicas e o encaminhamento de ocorrências.

q. INVESTIGAÇÃO E PERÍCIA CRIMINAL

Reconhecer os princípios e técnicas inerentes à investigação e Perícia Criminal e aplicá-los no exercício de suas funções.

Despertar o interesse para importância da Investigação e Perícia Criminal, principalmente no que diz respeito à atuação do policial militar diante do fato delituoso.

r. INSTRUÇÃO POLICIAL À CAVALO

Conhecer as técnicas para utilização do cavalo no policiamento ostensivo montando e os cuidados básicos para com o animal.

Desenvolver habilidades para utilização do cavalo no policiamento.

Valorizar a aplicação do policiamento à cavalo.

s. INSTRUÇÃO TÁTICA INDIVIDUAL

Aplicar o conhecimento técnico relativos ao evento tático do Policial Militar nas atividades de Segurança Pública.

Utilizar os conceitos básicos sobre topografia.

Executar corretamente as técnicas de Maneabilidade, Montanhismo e Natação Utilitária.

Executar com correção as técnicas de Abordagem de Pessoas, Veículos e Edificações, em conformidade com os preceitos legais.

t. LEGISLAÇÃO BÁSICA PARA A PMERJ

Identificar os conceitos básicos sobre a Legislação Básica utilizada na PMERJ.

Aplicar corretamente os preceitos regulamentares no exercício das atividades institucionais.

u. ORDEM UNIDA

Desenvolver habilidades para comandar uma tropa.

Executar corretamente os movimentos individuais de operações de tropa.

Assimilar a importância da Ordem Unida para o exercício da função policial militar.

v. PRÁTICA OPERACIONAL

Aplicar os fundamentos técnico-profissionais para o correto desenvolvimento das ocorrências policiais de maior incidência, com fiel observância dos preceitos legais.

w. PRÁTICA PROCESSUAL

Identificar os diversos tipos e peculiaridades de processos existentes na Corporação

Confeccionar os diversos tipos de processos existentes na Corporação.

Conscientizar da importância dos diversos processos existentes na Corporação.

x. SAÚDE, HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS

Reconhecer a importância da higiene na prevenção de doenças e de se aplicar o tipo de socorro necessário, utilizando os conhecimentos técnicos específicos para cada caso.

y. SEGURANÇA PÚBLICA

Definir os princípios técnicos encontrados nas diferentes formas e tipos de policiamento ostensivo executados pela Corporação.

Praticar o planejamento do Policiamento com base nos princípios e normas vigentes na Corporação.

Despertar o entendimento e adoção de procedimentos corretos na execução do Policiamento.

z. TIRO POLICIAL

Realizar o adestramento do aluno do 1º Ano no Tiro Policial básico, objetivando eliminar erros e vícios, privilegiando a precisão com armas curtas.

Reconhecer a importância da aplicação do tiro policial com técnica.

Assimilar a importância da realização correta do tiro policial a fim de não expor vidas alheias à risco, quando da sua execução.

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ENSINO E INSTRUÇÃO**

CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS 31 DE VOLUNTÁRIOS

CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS - 2005

GRADE CURRICULAR

1. Duração do Curso
32 semanas - 1135 horas/aula
2. Objetivos gerais do Curso
 - a. Formar o Soldado Policial Militar;
 - b. Desenvolver as aptidões necessárias para o exercício da função;
 - c. Motivar o Aluno em formação, demonstrando a importância de nossa Corporação e a responsabilidade do Soldado PM para com a sociedade fluminense.
3. Rol de disciplinas e carga horária

FORMAÇÃO POLICIAL MÓDULO I

	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
	AULA INAUGURAL	04h/a
I	ÉTICA E DIREITOS HUMANOS	12 h/a
II	PSICOLOGIA E STRESS POLICIAL	20 h/a
III	BIOSEGURANÇA E ABORDAGEM EM URGÊNCIAS (PRIMEIROS SOCORROS)	23 h/a
IV	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	20 h/a
V	EDUCAÇÃO FÍSICA	72 h/a
VI	INFORMÁTICA	20 h/a
VII	POLICIAMENTO OSTENSIVO	18 h/a
VIII	NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PRÁTICAS OPERACIONAIS	25 h/a
IX	LEGISLAÇÃO APLICADA A PMERJ	12 h/a
X	HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO POLICIAL	12 h/a

XI	ARMAMENTO	19 h/a
XII	ORDEM UNIDA	20 h/a
XIII	TIRO POLICIAL	20 h/a
XIV	GESTÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÕES	16 h/a
XV	DEFESA PESSOAL NO USO COMEDIDO DA FORÇA	32 h/a
XVI	LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	12h/a
XVII	FUNDAMENTOS DA ABORDAGEM	15 h/a
	TOTAL	372h/a

FORMAÇÃO POLICIAL MÓDULO II

	<i>DISCIPLINAS</i>	<i>CARGA HORÁRIA</i>
I	PRÁTICA POLICIAL CIDADÃ - VIVA-RIO	20 h/a
II	TIRO POLICIAL	48 h/a
III	ARMAMENTO	31 h/a
IV	EDUCAÇÃO FÍSICA	34 h/a
V	DEFESA PESSOAL E O USO COMEDIDO DA FORÇA	32 h/a
VI	INSTRUÇÃO TÁTICA INDIVIDUAL	40 h/a
	TOTAL	205h/a

FORMAÇÃO POLICIAL MÓDULO III

	<i>ESTÁGIO PRÁTICO OPERACIONAL</i>	288 h/a
	<i>POO</i>	POG
	<i>POE</i>	POG
	<i>POC</i>	* Mediante autorização da

		Diretoria de Ensino e Instrução
--	--	--

	PALESTRAS	10 h/a
	SERVIÇOS INTERNOS	146 h/a
	FERIADOS	54 h/a
	TREINAMENTO PARA FORMATURA	28 h/a
	SOLENIDADES	16 h/a
	PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	16 h/a
	TOTAL	270h/a

CARGA HORÁRIA TOTAL: 1135 h/a.

4. Objetivos Particulares das Disciplinas

a. Ética e Direitos Humanos

- Reconhecer os principais pontos da ética policial militar;
- Identificar os principais assuntos relativos a Direitos Humanos e,
- Assimilar a importância da conduta ética quando do exercício da função policial militar.

b. Psicologia e Estresse Policial

- Compreender a interdependência dos fatos sociais e,
- Definir as problemáticas sociais;

c- Biossegurança e Abordagem de Urgências

- Conceituar os preceitos básicos de primeiros socorros;
- Identificar as técnicas de primeiros socorros e,
- Assimilar a importância da disciplina para a atividade profissional

d. Português Instrumental

- Reconhecer os fundamentos da comunicação oral e escrita;
- Identificar os documentos utilizados na corporação e,
- Valorizar a correta utilização da Língua Portuguesa.

e. Educação Física

- Reconhecer a importância do condicionamento físico para o exercício profissional;
- Adquirir o vigor físico necessário para a profissão e,
- Despertar o interesse para a prática de esportes.

f. Informática

- Reconhecer o correto uso dos equipamentos de informática;
- Empregar o computador como ferramenta de trabalho e,
- Reconhecer as vantagens e desvantagens da utilização das tecnologias de informação;

g. Policciamento Ostensivo

- Informar os diversos tipos e modalidades de policiamento executados pela PMERJ e,
- Demonstrar os procedimentos a serem utilizados pelo Policial Militar em serviço;

h. Noções de Direito Penal e Práticas Operacionais

- Conhecer as noções de Direito Penal e Práticas Operacionais que dêem parâmetros às ações legais dos policiais militares.

i. Legislação Aplicada a PMERJ

- Aprimorar os conhecimentos acerca das legislações vigentes na Corporação e,
- Comparar as diversas legislações com as normas vigentes na PMERJ.

j. História e Organização Policial

- Conhecer a história de nossa corporação e,
- Valorizar a PMERJ através do estudo de suas raízes e de sua história, desde a sua criação até os dias de hoje.

k. Armamento

- Conhecer os diversos tipos de armamento utilizados na corporação;
- Compreender o mecanismo básico de funcionamento das armas utilizadas pelos policiais militares e,
- Orientar sobre o correto emprego do armamento.

l. Ordem Unida

- Adquirir o espírito de corpo, coesão, disciplina e adestramento;
- Reconhecer os principais objetivos da ordem unida;
- Assimilar os movimentos de ordem unida e,
- Aprimorar os reflexos da disciplina.

m. Tiro Policial

- Conhecer os fundamentos do tiro policial;
- Verificar as técnicas a serem usadas em cada situação e,
- Aprender o correto emprego das técnicas de tiro para o exercício da atividade policial.

n. Gestão do Sistema de Comunicações

- Conhecer os meios de comunicação existentes na corporação;
- Identificar as expressões convencionais e,
- Verificar a importância dos meios de comunicação para a atividade policial.

o. Defesa Pessoal no Uso Comedido da Força

- Identificar a importância da defesa pessoal para o exercício da profissão;
- Adquirir o vigor físico e as técnicas de defesa pessoal e,
- Obter os conhecimentos de defesa, imobilização e condução de agressores.

p. Fundamentos da Abordagem

- Conhecer os princípios legais da abordagem;

- Dotar o aluno de procedimentos técnicos (comandamento, atitude, efetivo e segurança);
- Demonstrar os procedimentos da abordagem a serem utilizados pelo Policial Militar em serviço e,
- Aplicar as técnicas de transposição de obstáculos durante uma abordagem.

q. Legislação de Trânsito

- Conhecer o Código de Trânsito Brasileiro;
- Identificar o princípio da legalidade e as técnicas utilizadas na abordagem e na revista;
- Demonstrar os procedimentos a serem utilizados pelo policial militar em serviço;
- Conhecer os procedimentos operacionais do policial militar em serviço, atuando no trânsito e local de acidente de trânsito e,
- Assimilar a importância do correto cumprimento dos dispositivos legais.

r. Prática Policial Cidadã

- Dotar os alunos do Curso de Formação de soldados dos conhecimentos profissionais necessários ao desempenho de suas funções, tais como: uso da força, utilização de arma de fogo, violência doméstica, entre outros, utilizando a metodologia de estudos de casos.

t. Instrução Tática Individual

- Conhecer os procedimentos utilizados nos diversos tipos de policiamento executados pela Corporação e,
- Analisar os procedimentos operacionais a serem desenvolvidas pelo policial militar.

Quartel na Fazenda dos Afonsos, 30 de Junho de 2005.

JORGE BRAGA - CEL PM
COMANDANTE